



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**VASTI DE PAULA CORREA**

**A COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL COMO ELEMENTO  
DE FORMAÇÃO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA REFLEXIVA NA REDE DE ENSINO  
DE SAPUCAIA - PA**

Dissertação de Mestrado

Assunção-Paraguai

2018

VASTI DE PAULA CORREA

**A COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL COMO ELEMENTO  
DE FORMAÇÃO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA REFLEXIVA NA REDE DE ENSINO  
DE SAPUCAIA - PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Ciências da Educação -, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS, como requisito à obtenção do título de mestre em educação.

Orientador Prof. Dr. Carlino Ivan Morinigo.

Assunção-Paraguai

2018

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

---

CORREA, Vasti de Paula

A comunicação na política pública educacional como elemento de formação de prática pedagógica reflexiva na rede de ensino de Sapucaia - PA  
164 p. : il. ; 30 cm.

Orientador Prof. Dr. Carlino Ivan Morinigo.

Dissertação – Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS; Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, Mestrado em Educação, 2018  
1. Comunicação. Políticas públicas educacionais. 2. Formação continuada. 3. Educação. Brasil.

---

VASTI DE PAULA CORREA

**A COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL COMO ELEMENTO  
DE FORMAÇÃO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA REFLEXIVA NA REDE DE ENSINO  
DE SAPUCAIA - PA**

Dissertação submetida à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação da FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – Mestrado em Ciências da Educação, para fins de defesa, sendo parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação pela FICS.

Asunción-Paraguay, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

---

Professor Dr. Carlino Morinigo  
**ORIENTADOR**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Ricardo Morel

---

Professora Dra. Susana M. Barbosa Galvão

---

Professor Dr. Ismael Fenner

À memória de meu pai, Hidebrair de Paula, que mesmo tendo deixado esse plano há muito tempo, sua imagem jamais se apagou em minha memória, e se estivesse aqui, certamente estaria vibrando com minha vitória, que também é sua.

## AGRADECIMENTOS

A produção de um trabalho como este nunca é feita apenas por quem o escreve. Muitas pessoas contribuem com ideias, palavras, leituras, observações, críticas... Sendo assim, ao finalizar este trabalho, não poderia deixar de agradecer a algumas destas pessoas, tão fundamentais:

A Deus, pois sem ele jamais teria chegado aonde cheguei. Sua proteção me fez forte e sua bênção me fez seguir em frente, sem me abater diante dos problemas.

Ao meu orientador, professor Dr. Carlino Morinigo, pela amizade, orientação competente e incentivo constante.

A minha sogra, Solange Aparecida Sperandio, pelo apoio.

À minha mãe Ana, que mesmo sem saber direito o que era o Mestrado, soube entender minha opção pelo estudo, compreender e respeitar a ausência em tantos momentos e, como ninguém, apoia-me nos momentos difíceis, brindando comigo cada etapa vencida.

Aos meus demais familiares, pessoas que foram e são as primeiras a acreditarem, incentivando-me sempre, pessoas singulares, todos especiais e fundamentais na minha trajetória.

À banca examinadora.

Aos professores do Mestrado em Educação pela partilha de conhecimentos. As amigas: Domingas Rocha, Antônia Edivania e Jane Katia, que me apoiaram, neste percurso de uma forma impecável.

Por fim, a meus parceiros diários, persistentes e espirituosos, que compreenderam este momento de rotinas e expectativas tão intensas e exigentes, Valentina e Artur, amores que me ensinam a amar.

Sem sonhos, as perdas se tornam insuportáveis, as pedras do caminho se tornam montanhas, os fracassos se transformam em golpes fatais. Mas, se você tiver grandes sonhos, seus erros produzirão crescimento, seus desafios produzirão oportunidade, seus medos produzirão coragem. Por isso, nunca desista dos seus sonhos.

Augusto Cury

## RESUMO

Nesta dissertação, estuda-se a formação continuada como elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA, tomando como ponto de partida a aplicação de políticas públicas educacionais. Com isto, o problema de pesquisa se resume na seguinte indagação: Como ocorre a implementação das Políticas públicas educacionais diante da Formação continuada como elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA, Deste jeito, o principal objetivo deste estudo é analisar a implementação das Políticas públicas educacionais diante da Formação continuada como elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA. Como específicos, por sua vez, apresentam-se as seguintes tarefas: 1º) Verificar de que maneira ocorre a aplicabilidade das Políticas Públicas Educacionais no espaço escolar para a melhoria do ensino; 2º) Descrever se a formação continuada é exercida como elemento formador para a construção de um ensino de qualidade; 3º) identificar como a prática pedagógica reflexiva vem sendo implementada no contexto escolar para a formação discente. Nos últimos anos, o Ministério da Educação vem investindo nas políticas públicas educacionais na tentativa de buscar a qualidade do ensino público brasileiro. Aliás, entre estas ações se destacam as políticas de formação continuada. Portanto a formação torna-se um mecanismo formador essencial por proporcionar uma melhor preparação do professor no desenvolvimento de suas atividades, incluindo-se aqui a gestão de uma educação de qualidade com maior frequência. Em suma, estas são as principais idéias que são trabalhadas nesta atividade dissertativa.

**Palavras-chave:** Comunicação. Políticas públicas educacionais. Formação continuada. Educação. Brasil.

## **ABSTRACT**

In this dissertation, we study continuing education as a formative element for the construction of the practice of reflective pedagogy in the municipal education network in the city of Sapucaia / PA, taking as a starting point the application of educational public policies. With this, the research problem is summarized in the following question: How does the implementation of public educational policies in relation to Continuing Education as a formative element for the construction of the practice of reflective pedagogy in the municipal education network in the municipality of Sapucaia / PA? In this way, the main objective of this study is to analyze the implementation of public educational policies in view of Continuing Education as a formative element for the construction of reflective pedagogy practice in the municipal education network in the city of Sapucaia / PA. As specific, by in turn, the following tasks are presented: 1º) To verify in what way the applicability of the Public Educational Policies in the school space for the improvement of the education; 2º) Describe whether continuing education is a formative element for the construction of quality education; 3º) to identify how the reflexive pedagogical practice has been implemented in the school context for the student formation. In recent years, the Ministry of Education has been investing in public educational policies in an effort to seek the quality of Brazilian public education. In fact, among these actions are the policies of continuing education. Therefore, training becomes an essential training mechanism by providing a better preparation of the teacher in the development of his activities, including here the management of a quality education with more frequency. In short, these are the main ideas that are worked out in this dissertative activity.

**Keywords:** Communication. Public educational policies. Continuing education. Education. Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das idades.....	73
Tabela 2 - Distribuição do tempo de serviço.....	75
Tabela 3 - Relacionamento saudável com os colegas do trabalho.....	77
Tabela 4 - Relacionamento positivo com os alunos.....	79
Tabela 5- Nível de motivação.....	81
Tabela 6 - Primeira assertiva.....	84
Tabela 7 - Segunda Assertiva.....	85
Tabela 8 - Terceira assertiva.....	86
Tabela 9 - Aplicação qualitativa de políticas públicas.....	88
Tabela 10 - No que implica políticas públicas qualitativas na escola.....	89
Tabela 11 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das autoridades federais. .....	91
Tabela 12 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das autoridades estaduais.....	92
Tabela 13 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das .....	93
Tabela 14 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das autoridades municipais.....	94
Tabela 15 - Políticas públicas educacionais são compreendidas pela sociedade .....	95
Tabela 16 - Políticas públicas educacionais compreendidas pela comunidade escolar.....	97
Tabela 17 - Políticas públicas educacionais executadas nesta unidade de ensino.....	98
Tabela 18 - Políticas públicas educacionais executadas nesta unidade de ensino.....	99
Tabela 19 - Políticas públicas educacionais favorecem o ensino qualitativo nesta unidade de ensino.....	100
Tabela 20 - As políticas públicas educacionais se aproximam da cidadania, da inclusão e da justiça social.....	102
Tabela 21 - Educação de qualidade sem cidadania, da inclusão e da justiça social. ....	104
Tabela 22 - A prática educativa de qualidade é antecedida por políticas públicas educacionais.-.....	105
Tabela 23 - A prática educativa de qualidade é sustentada por políticas públicas educacionais.....	107
Tabela 24 - Tabela 20 - Prática educativa de qualidade orientada por políticas públicas educacionais.....	109
Tabela 25 - Possibilidade de distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.....	110
Tabela 26 - Possibilidade de educar com qualidade.....	112

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados. Fonte: Dados da Pesquisa (2017).....	72
Gráfico 2 - Estado civil.....	74
Gráfico 3 - Formação.....	74
Gráfico 4 - Importância do relacionamento saudável.....	76
Gráfico 5 - Relacionamento saudável com os colegas do trabalho. ....	77
Gráfico 6 Relacionamento positivo com os alunos.....	79
Gráfico 7 - Importância da motivação para a qualidade do trabalho.....	80
Gráfico 8 - Nível de motivação.....	81
Gráfico 9 -Primeira assertiva.....	83
Gráfico 10 - Segunda assertiva.....	85
Gráfico 11 - Terceira assertiva.....	86
Gráfico 12 - Aplicação qualitativa de políticas públicas. -.....	87
Gráfico 13 -No que implica políticas públicas qualitativas na escola.....	89
Gráfico 14 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das autoridades federais. ....	90
Gráfico 15 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das autoridades estaduais.....	92
Gráfico 16 - Políticas públicas educacionais são compreendidas pela sociedade. ....	95
Gráfico 17 - Políticas públicas educacionais compreendidas pela.....	96
Gráfico 18 - Políticas públicas educacionais favorecem o ensino qualitativo nesta unidade de ensino.....	100
Gráfico 19 - As políticas públicas educacionais se aproximam da cidadania, da inclusão e da justiça social. ....	102
Gráfico 20 - Educação de qualidade sem cidadania, da inclusão e da justiça social.....	103
Gráfico 21 - A prática educativa de qualidade é antecedida por políticas públicas educacionais.....	105
Gráfico 22 - A prática educativa de qualidade é sustentada por políticas públicas educacionais.....	107
Gráfico 23 - Prática educativa de qualidade orientada por políticas públicas educacionais.....	108
Gráfico 24 - Possibilidade de distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.....	110
Gráfico 25 - Possibilidade de educar com qualidade. Fonte: Dados da Pesquisa (2017). ....	111
Gráfico 26 - Ações motivadas por políticas públicas na área da educação.....	113
Gráfico 27 - Autores ativamente participativos.....	114
Gráfico 28 - Participação ativa dos docentes.....	115
Gráfico 29 - Instrumentos normativos da LDB utilizados na prática pedagógica.....	116
Gráfico 30 - Personagens ativamente participativos da execução e da aplicabilidade do PPP.....	117
Gráfico 31 - Meios para implementar o ensino inclusivo e de qualidade na formação discente.....	118
Gráfico 32 - Adaptações favoráveis a promover o ensino inclusivo.....	119
Gráfico 33 - Ensino inclusivo e de qualidade inseridos na formação continuada dos educadores.....	120
Gráfico 34 - Os professores desta unidade de ensino são agentes ativos na elaboração das normas pedagógicas.....	121

Gráfico 35 - Diretrizes curriculares trabalhadas nesta unidade de ensino destinadas ao ensino inclusivo na formação discente.....	122
Gráfico 36 - Resistência à mudança de atividades didático- pedagógicas. ....	124
Gráfico 37 - Aprimoramento da autonomia docente ao ensino. ....	125
Gráfico 38 - Formações continuadas favorecem o desenvolvimento de uma mentalidade apropriada ao ensino. ....	126
Gráfico 39 - Presença de suportes apropriados à conscientização discente. ....	127
Gráfico 40 - As formações continuadas contribuem em projetos escolares favoráveis na formação discente. ....	129
Gráfico 41 - Ações desenvolvidas pela escola.....	130
Gráfico 42 - Capacidade de planejar e de avaliar as suas atividades didático- ....	131
Gráfico 43 - Realização de curso de aperfeiçoamento. ....	132
Gráfico 44 - Formação docente primordial à adequação do currículo escolar. ....	133
Gráfico 45 - Uso de metodologias didático-pedagógicas favoráveis ao ensino e formação discente. ....	134
Gráfico 46 - O papel das metodologias didático-pedagógicas apropriadas para os cursos de licenciatura. ....	135
Gráfico 47 - O principal desafio da prática didático-pedagógica apropriada ao ensino. ....	137
Gráfico 48 - O principal benefício à formação qualitativa do aluno na prática didático-pedagógica.....	138
Gráfico 49 - Ocorre isto quando o currículo favorece políticas públicas. ....	139
Gráfico 50 - Maior dificuldade.....	140
Gráfico 51 - Maiores dificuldades que limitam a prática didático-pedagógica.....	142
Gráfico 52 - As metodologias do ensino focadas em ações apropriadas às políticas públicas educacionais. ....	143
Gráfico 53 - Metodologias do ensino favoráveis às políticas públicas educacionais.....	144

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>MARCO INTRODUTÓRIO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>MARCO TEORICO</b> .....	<b>21</b>
2.1	COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICAS EDUCACIONAIS: AVANÇOS E RETROCESSOS .....	35
2.1.1	<i>A LDB e suas contribuições para o educador</i> .....	38
2.1.2	<i>PNE Metas avanços e limitações</i> .....	40
2.1.3	<i>Plano de Desenvolvimento da Educação</i> .....	43
2.1.4	<i>PPP um mecanismo para o avanço educacional</i> .....	44
2.1.5	<i>Diretrizes Curriculares suas contribuições educacionais</i> .....	45
2.1.6	<i>Planejamento e seus impactos na prática docente</i> .....	47
2.2	FORMAÇÃO CONTINUADA COMO ELEMENTO FORMADOR PARA A ATUAÇÃO DOCENTE.....	48
2.2.1	<i>Conceituando a formação docente</i> .....	48
2.2.2	<i>A formação continuada e o papel do educador</i> .....	51
2.2.3	<i>O Educador e sua valorização</i> .....	52
2.3	A PRÁTICA PEDAGÓGICA AVANÇOS E LIMITAÇÕES .....	54
2.3.1	<i>A prática pedagógica e a autonomia docente</i> .....	54
2.4	O PROFESSOR DO SÉCULO XXI.....	56
2.5	A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI .....	60
2.6	HIPÓTESES .....	64
<b>3</b>	<b>MARCO METODOLÓGICO</b> .....	<b>65</b>
3.1	TIPO DE ESTUDO .....	65
3.2	ABORDAGEM DE PESQUISA .....	65
3.3	O CAMPO EMPÍRICO .....	66
3.4	UNIVERSO E AMOSTRA.....	69
3.5	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	70
3.6	MÉTODO DE LEITURA, ANÁLISE E COMPREENSÃO DOS DADOS COLETADOS.....	70
3.7	MÉTODO DE APRESENTAÇÃO DE DADOS.....	71
<b>4</b>	<b>MARCO ANALÍTICO</b> .....	<b>72</b>
4.1	APRESENTAÇÃO DO PERFIL PESSOAL, PROFISSIONAL, INTERACIONAL E MOTIVACIONAL.....	72
4.3	AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO .....	112
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>146</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>150</b>
	<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA</b> .....	<b>153</b>

## 1 MARCO INTRODUTÓRIO

Nesta parte da pesquisa, apresenta-se a idéia geral do trabalho desenvolvido, através da especificação dos seguintes aspectos: 1º a apresentação e a descrição do tema, a teoria que vai fundamentar a discussão; 2º a importância do tema, a razão de sua escolha e a contextualização do problema de pesquisa (problematização) a ser estudado; e 3º a explanação dos capítulos contendo suas ideias gerais.

Aborda-se as políticas públicas educacionais, no que concerna a formação continuada um elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA.

O problema da pesquisa é perguntar como ocorre a implementação das Políticas públicas educacionais diante da Formação continuada como elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA?

Nesse sentido as perguntas investigativas são:1ª) Como ocorre a aplicabilidade das Políticas Públicas Educacionais no contexto escolar para o bom funcionamento do ensino?; 2ª) De que forma a gestão democrática é exercida no espaço educacional para o desenvolvimento de uma gestão participativa e coletiva?; 3ª) De que maneira ocorre a prática pedagógica reflexiva no espaço escolar?

Tem-se como objetivo geral: Analisar a implementação das Políticas públicas educacionais diante da Formação continuada como elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA. Seguindo-se dos objetivos específicos: 1º) Verificar de que maneira ocorre a aplicabilidade das Políticas Públicas Educacionais no espaço escolar para a melhoria do ensino;2º) Descrever se a formação continuada é exercida como elemento formador para a construção de um ensino de qualidade;3º) identificar como a prática pedagógica reflexiva vem sendo implementada no contexto escolar para a formação discente.

A pesquisa se justifica no sentido de que a aprendizagem acompanha as pessoas em todos os momentos nas suas vidas. Não se pode falar em educação de qualidade sem mencionar a formação continuada dos professores.

A escola está desempenhando novos papéis na sociedade atual, passando assim por diversas modificações, o professor não pode ficar de fora de todas essas

mudanças, tendo este um papel de suma importância na direção desses novos acontecimentos, sendo responsável pelas mudanças de atitudes e pensamentos dos alunos. A relevância pessoal deste estudo destaca-se por ser profissional da educação e vivenciar as dificuldades que permeia a formação do aluno e as limitações que apresenta a prática do educador. Assim, enquanto profissional da educação observo que o professor precisa e deve estar preparado para saber lidar com todas essas novas tecnologias, principalmente com a facilidade que nossos alunos têm que ter acesso às novas informações e conhecimentos ou forma instantânea através da internet, que promove sua conectividade com o mundo, assim as escolas precisam acompanhar essas mudanças para que a formação do aluno seja direcionada também em um paradigma global.

O Ministério da Educação nos últimos anos vem investindo nas políticas públicas educacionais na tentativa de buscar a qualidade do ensino público brasileiro, e entre as políticas educativas estão as políticas de formação continuada torna-se ações de suma importância por permitir que os profissionais da educação estejam a cada dia mais aperfeiçoados a auxiliar na percepção do uso de novas práticas pedagógicas, e inserção de metodologias que sejam inovadoras e promovam um ensino prazeroso e de qualidade para o discente. Portanto a formação torna-se um mecanismo formador essencial por proporcionar uma melhor preparação do professor no desenvolvimento de suas atividades.

Nesse mesmo sentido, destaca-se a relevância pedagógica desse estudo uma vez que a formação continuada de professores se faz necessário, pois esta vai ser associada a prática pedagógica, viabilizando metodologias que promovam um ensino de qualidade.

No âmbito educacional ocorrem as formações continuadas que direcionam o trabalho do educador, como as formações do PACTO, as jornadas, pedagógicas, cursos, oficinas, seminários, e até mesmo as formações de níveis de formação profissional, como graduações promovidas pelo PARFOR e as especializações, mestrado e doutorado sendo cursos realizados por professores da rede que buscam melhoria profissional muitas vezes por conta própria. Buscando uma constante formação ao educador volta-se para uma reflexão de seus conceitos e valores pedagógicos.

A pesquisa ganha relevância social, uma vez que as políticas de formação continuada possibilitam ao docente melhor reflexão para a melhoria do processo de

ensino e aprendizagem, amplia seu conhecimento profissional. Direcionado uma educação que acompanhe a evolução social, ou seja se a sociedade evolui a escola necessita acompanhar essa evolução. As escolas públicas brasileiras estão fracassando em termo da qualidade, com isso precisa-se repensar a prática docente. Os alunos estão a cada dia mais desmotivados e desinteressados, as evasões, as desistências, e reprovações são elementos preocupantes nas escolas de Sapucaia. Assim, acredita-se que o educador necessita de formação a para acompanhar tais mudanças anseios e necessidades dos alunos, além de valorização profissional que se torna um grande desafio no âmbito educacional. O ato de reflexão da prática pedagógica no espaço da sala de aula contribui para que o docente possa assumir seu papel de facilitado do conhecimento, participando de forma direta no aprendizado de seus alunos. Dessa forma percebe-se a importância do docente tanto na sua própria formação como na formação dos educando. Assim se faz necessário que o docente tenha consciência do seu papel social, só assim este poderá ajudar o aluno a compreender a sociedade em que está inserido, promovendo uma aprendizagem voltada para a solução de problemas da vida, dando uma visão crítica e ao mesmo tempo reflexiva das coisas.

Por fim, destaca-se a relevância acadêmica, pois como trabalho científico servirá de base para investigação e pesquisa, no âmbito da educação e para aqueles que tenham interesse pela temática ora defendida, uma vez que através da pesquisa o docente pode agir de forma mais consciente, critica e responsável no seu ato pedagógico. Na defesa de que através da pesquisa surge a possibilidade de renovação, pois está abre um novo olhar sobre os problemas existentes.

Esta pesquisa viabiliza-se, pois busca respostas significativas sobre o tema analisado Políticas públicas educacionais: Formação continuada um elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva. Visto que, historicamente nas últimas décadas do século XX a comunidade científica que escreveram e publicaram obras comprovando a necessidade e a importância de se promover estudos e pesquisas sobre a problemática formação continuada e políticas pública educacionais. Grande parte dos trabalhos apontam a escola e os professores como sendo os principais agentes de mediação das novas gerações na sociedade contemporânea. No contexto moderno, a escola tem acompanhado e reproduzido os interesses do contexto social vigente, tornando assim esse assunto de grande relevância social, e na escola Municipal de Sapucaia – PA, não seria diferente pois

tanto os professores e alunos acabam sofrendo as consequências com o baixo rendimento escolar, evasão, desestímulo, entre outros fatores, ocasionados pela ausência de uma verdadeira gestão democrática onde ensinar e aprender torna-se uma relação de cumplicidade em uma escola para todos.

Pelo exposto, constatamos que é de grande relevância investigar como vem ocorrendo a formação continuada dos docentes observando suas teorias e práticas em sala de aula, bem como analisar as políticas públicas que a definem.

A escola tem desempenhado vários papéis na sociedade atual, sofrendo assim constantemente modificações, em sua conjuntura pedagógica, e até mesmo estrutural e o professor tem um papel de fundamental importância, sendo este responsável pelas mudanças de atitudes e pensamentos dos educandos. E para isso ele precisa estar preparado para os novos desafios que estão surgindo com as novas tecnologias e avanços digitais, assim como mudança de comportamento e atitude dos alunos.

A pesquisa limita-se no trabalho investigativo que visa analisar a implementação das Políticas públicas educacionais direcionando o olhar para as políticas de Formação continuada como elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva para a qualidade educacional na rede de ensino municipal no município de Sapucaia no estado do Pará, tendo como tempo cronológico o ano de 2017 como tempo de investigação. A pesquisa ainda limita-se na compreensão das variáveis, políticas públicas educacionais, formação continuada como elemento formador, prática pedagógica reflexiva, perpassando pela qualidade educacional, visando compreender como estas se relacionam no processo educativo perante a formação do aluno. Por fim destaca-se a limitação teórica uma vez que as variáveis encontram-se respaldadas teoricamente, ou seja a pesquisa será embasada por autores que darão respaldo teórico ao trabalho.

As políticas públicas de formação continuada para os profissionais da educação, pretende favorecer a aquisição de dinâmicas de atuação e aperfeiçoamento de conhecimentos necessários para o exercício da práxis docente, numa sociedade que se descobre cada vez mais em mudanças.

Nesse contexto, é importante lembrar que as políticas públicas educacionais são recentes na rede municipal de Sapucaia – PA, onde não existe uma metodologia específica para se trabalhar a formação continuada docente, por isso o professor deve ter certeza de que suas metodologias serão eficazes para as necessidades e

anseios de seus educados. A escola sendo uma instituição responsável pela educação formal, preocupada com o desenvolvimento humano devem utilizar-se das formações continuadas para auxiliar no desenvolvimento da prática docente para a formação do ser humano.

O professor deve ter clareza do que estar ensinando, assim como utilizar-se de metodologias que facilitem o método de ensino e promovam uma aprendizagem significativa e de qualidade. A formação continuada é uma necessidade de todos os docentes para um bom desempenho de suas atividades, a ausência desta formação pode acarretar um mal funcionamento das metodologias que fundamentam as práxis docentes.

Procurando entender os principais problemas que interferem no processo de ensino-aprendizagem, acredito que as Políticas Educacionais afetam de maneira significativa em todo o processo que envolve a educação, pois, todos os processos que se passa em uma escola envolve políticas públicas, uma delas que será analisada nesta tese e a formação continuada, pois a falta desta acarreta muitos fatores negativos para o desenvolvimento do professor enquanto profissional, e até mesmo inviabiliza-o quanto a utilização de uma pratica pedagógica inovadora . Muitas vezes esta formação e negada pela gestão que organiza suas escolas em modelos totalmente tecnicistas, limitando seus educadores a trabalharem de forma parcial, reproduzindo conteúdos isolados, levando seus educadores e educandos a uma maratona em que tudo tem que acontecer como estar determinado, no calendário letivo não levando em consideração, o PPP (Projeto Político Pedagógico) que muitas vezes é engavetado, desatualizado ou inacabado. Infelizmente, muitos gestores veem o PPP como uma mera formalidade a ser cumprida por exigência legal - no caso, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, esquecendo-se assim da importância de mantê-lo vivo através de uma construção coletiva que envolva toda a comunidade escolar os funcionários da escola (administrativo, financeiro e pedagógico), os professores, e principalmente a participação da comunidade e da família no meio escolar.

Uma problemática que cada vez mais vem se consolidando e a ausência da família no processo de ensino e aprendizagem dos nossos alunos, o que vem ocasionando baixo desempenho e até mesmo a repetência escolar. Muitos pais estão fazendo da escola local de depósito de crianças , estão matriculando seus

filhos e só retornam à escola quando seus filhos estão com problemas, desempenho ruim ou quando são chamados.

Fatores como o isolamento, instabilidade, elevada carga horária, as condições de trabalho (recursos materiais e humanos), a baixa remuneração, falta de colocação para os professores mais novos, a falta de reconhecimento do trabalho do professor pela sociedade em geral, violência escolar são fatores que dão origem a desmotivação dos professores, que por sua vez estão relacionados com o indisciplina desinteresse dos alunos para desenvolver qualquer atividades escolar, dificuldades de aprendizagem, indisciplina, fazendo assim com que as aulas se tornem rotineiras, centradas nas questões metodológicas, de avaliação e de vigilância disciplinar dos alunos, e muito embora essas práticas tradicionais sejam criticadas ainda estão muito presente em nossas escolas.

Sabemos que os problemas apresentados na área da educação são muitos, como a falta de uma comunicação na concreta que vise a formação dos professores, que seja capaz de possibilitar uma prática pedagógica reflexiva.

Para isso e necessário criar uma estrutura no meio educacional que venha fazer da escola um lugar de conscientização social, com professores autônomos e uma educação de qualidade, ressaltamos também a necessidade do gestor em formar uma gestão participativa, onde toda a sociedade bem como toda a comunidade escolar criando projetos e ações dentro da escola. Elucidamos também a importância de manter o projeto político pedagógico vivo. Sem a família não há como promover uma boa educação.

A participação dos pais na vida escolar de seus filhos é condição indispensável para que a criança se sinta amada e motivada a obter avanços em sua aprendizagem. Cabe assim a gestor escolar junto com os demais membros da escola elaborar projetos que sensibilizem a familiar sobre a importância de sua participação no meio escolar. O gestor deve ainda criar situações que esteja sempre trabalhando a motivação de seus professores. É importante também que a sociedade reconheça a importância do professor na formação do indivíduo, para que haja valorização dos professores, primeiramente é necessário haver políticas de valorização do trabalho docente que funcionem na prática, assim como investimentos em infraestrutura, qualificação profissional em períodos adequados que não comprometa o tempo destinado ao lazer, deve estar previsto no Plano de Cargo e Carreira do profissional da educação.

Esta pesquisa está focada na necessidade das políticas públicas educacionais principalmente de uma formação profissional permanente. No caso do professor essa realidade é ainda mais latente. Portanto a formação continuada certamente se trata de uma ferramenta importante a disposição do docente para um bom desenvolvimento de suas práticas docentes.

Assim a pesquisa terá consequência positiva no âmbito pessoal Este por ser muito importante para que enquanto educadora possa adquirir novos conhecimentos na área profissional, direcionando o desenvolvimento de novas habilidades metodológicas enquanto docente para a aquisição de uma formação discente que esteja respaldada na qualidade educacional.

No âmbito educacional a pesquisa será de grande valia, pois os resultados desse estudo contribuirão como diagnóstico para o âmbito educativo acreditando que a formação continuada deve ser construída no cotidiano escolar de forma constante e contínua, tendo o professor que estar sempre em formação e com acompanhamento para que sua prática seja significativa a atender as necessidades dos discentes diante de seus interesses e limitações frente a sua formação.

Acredita-se na consequência positiva do estudo para o meio científico, ou seja para as academias, pois a pesquisa, além de ser uma via para a construção de conhecimento e informações, é base para o progresso humano. Fazer pesquisa, entre as variáveis, é defender uma ideia, fundamentando-a com bibliografias e dados extraídos do mundo real, assim como trabalho investigativo este estudo servirá de fonte de pesquisa para aqueles que desejam aprimorar seus conhecimentos com base nas políticas públicas educacionais, principalmente nas políticas de formação continuada como elemento formador para a prática pedagógica reflexiva na aquisição da qualidade educacional.

## 2 MARCO TEORICO

O referencial teórico da pesquisa é composto de autores que são considerados fundamentais para a legitimidade e credibilidade da pesquisa a nível de teorias, estes autores são: Gatti, Barreto e André (2011) ao realizarem uma pesquisa, estado da arte, revela a dinâmica das políticas docentes no Brasil, onde a autonomia dos entes federados, na elaboração e na implementação de leis em nível local, e das universidades, na formulação de cursos de formação de professores, impacta diretamente sobre o trabalho cotidiano nas escolas de todo o país.

Por sua vez, Azevedo (2011) e Selma Garrido Pimenta (2012), ao analisarem as construções de teorias fertilizadoras da atividade docente, Francisco Imbernón (2009) ao analisar a formação permanente do professorado, Gatti e Barreto (2009) com suas pesquisa sobre a profissão docente, com caracterização dos professores, sua formação inicial e continuada, análise dos modelos praticados no país e os marcos legais que impulsionaram as políticas públicas de formação, Santos e Azevedo (2009), Azevedo (2003). No cenário internacional, destacamos as pesquisas de Antonio Nóvoa (1995 e 2007), ao analisar a profissão docente, a participação dos professores em cursos a eles destinados e os saberes constituídos das experiências. Suas teorias servirão como base para a pesquisa sobre “Políticas Públicas Educacionais: formação continuada um elemento formador para a construção da prática reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia – PA”. Apoiando teoricamente e metodologicamente as necessidades existentes no decorrer da pesquisa.

Os estudos dos autores acima citados, apresentam pesquisas que indicam a importância da discussão sobre as políticas públicas de formação continuada de professores no Brasil, abrangendo a linha de pesquisa que se refere esta pesquisa. Considerando as propostas de melhoria para o sistema educacional vemos os resultados dessas pesquisas e experiências que são realizadas.

Partindo dessas perspectivas acredita-se que cada teoria desenvolveu em sua linha de pesquisa estratégias necessárias para consolidar e desenvolver no Brasil uma educação pública de qualidade, voltada para o desenvolvimento humano. Oferece também base para esta pesquisa, pois segue a mesma linha, procurando solução para as possíveis causas que interferem e dificultam o desenvolvimento da aprendizagem da leitura e escrita. Estes autores também dão especial atenção ao

papel do professor como agentes de mudanças e formadores do caráter das novas gerações, dando fundamentos ao papel político daqueles que são os responsáveis em assegurar a estabilidade do sistema educativo através das políticas públicas.

Temas estes, que são de grande importância, pois afetam o desenvolvimento escolar não só a nível municipal mais sim nacional, como vemos a cada dia nas pesquisas desenvolvidas pelo Ministério da Educação, onde verificamos a necessidade de se desenvolverem pesquisas que busquem soluções para esses problemas. Sendo este o principal ponto desta pesquisa.

As principais bibliográficas que compõem as diretrizes desta pesquisa seguem uma orientação progressista, que busca o progresso escolar, oferecendo métodos que possibilitem um ensino significativo, e analisam o quanto é importante se fazer uma formação permanente dos nossos professores. No meio das novas políticas no campo da educação no Brasil, destaca-se a formação continuada do profissional da educação, com a realização de programas específicos, seja através de acordos internacionais ou por considerarem estas políticas como planos importantes para atender a demanda da qualificação da população educacional (AZEVEDO e AGUIAR, 1999).

Observa-se que alguns setores do governo e da sociedade tem colocado a política de formação de professor como sendo o principal motivo da falta de qualidade na educação, como sendo a formação do professor o único elemento para a melhoria da qualidade na educação. Não levando em conta que outros elementos também são essenciais e que devem fazer parte de uma política geral de apoio aos docentes, valorização social da profissão, melhoria dos salários, melhores condições de trabalho, melhoria das estruturas físicas das escolas. Esses são alguns elementos que devem fazer parte das políticas de apoio aos docentes (GATTI, BARRETO e ANDRÉ, 2011, p. 15).

Gatti (2010), ao falar da questão docente, aponta que hoje, em função de graves problemas que enfrentamos no que diz respeito a aprendizagens escolares, tendem a aumentar as preocupações com os cursos de licenciatura. Hoje está apreensão perpassa as estruturas institucionais que as abrigam, seja quanto aos seus currículos e conteúdos formativos. No entanto a autora ainda destaca que os problemas de aprendizagem não estão ligados somente ao desempenho do professor estão também associados a outros fatores.

As políticas educacionais postas em ação, o financiamento da educação básica, aspectos das culturas nacional, regionais e locais, hábitos estruturados, a naturalização em nossa sociedade da situação crítica das aprendizagens efetivas de amplas camadas populares, as formas de estrutura e gestão das escolas, formação dos gestores, as condições sociais e de escolarização de pais e mães de alunos das camadas populacionais menos favorecidas (os “sem voz”) e, também, a condição do professorado: sua formação inicial e continuada, os planos de carreira e salário dos docentes da educação básica, as condições de trabalho nas escolas (GATTI, 2010, p. 205).

Na atual conjuntura educacional, as deficiências, no processo de formação inicial, têm proporcionado várias discussões sobre a implementação de políticas públicas de formação continuada de professores, o que sem sombra de dúvidas, auxilia o professor a fortalecer sua prática docente, proporcionando-lhe uma melhor reflexão sobre suas práticas pedagógicas.

As questões que envolvem políticas públicas estão num contexto amplo e de complexidade. Ao falar sobre políticas públicas de educação é necessário compreender seu significado, e sentido para a efetivação de uma educação de qualidade.

Vale ressaltar que não é suficiente a constituição de uma política pública educacional bem definida, com conteúdo bem formulados; o importante é trabalhar para que essa política aconteça de forma efetiva, proporcionando o desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito na esfera educacional.

Ao falarmos do conceito de políticas nos remetemos ao termo que o originou. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 7),

o termo “política” prenuncia uma multiplicidade de significados, presentes nas múltiplas fases históricas do Ocidente. Em sua acepção clássica, deriva de um adjetivo originado de polis – politikós – e refere-se à cidade e, por conseguinte ao urbano, ao civil, ao público, ao social (SHIROMA, 2007, p. 25).

A autora ainda nesta perspectiva diz que (2007, p. 7):

O conceito de política encadeou-se, assim, ao poder do Estado – ou sociedade política – em atuar, proibir, ordenar, planejar, legislar, intervir, com efeitos vinculadores a um grupo social definido e ao exercício do domínio exclusivo sobre um território e da defesa de suas fronteiras.

Para Silva (2002, p. 7) [...] que políticas refere-se ao conjunto de atos, de medidas e direcionamentos abrangentes e internacionais, estabelecidos no campo econômico e estendidos à educação pública pelo Banco Mundial (BM), dirigidas aos

Estados da América Latina e assumidos pelos governos locais, que tratam de disciplinar, de ordenar e de imprimir a direção que se deseja para a educação nacional.

Um exemplo é o Plano Nacional de Educação (PNE), prescrito no art. 214 da Constituição de 1988 e reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, art. 9º, § I e art. 87, § 1, este é o meio pelo qual o governo Federal, através do Ministério da Educação encontrou para sistematizar, controlar e fiscalizar as políticas de prioridades e conteúdo da educação em todo o território nacional, em os níveis de ensino. Tornando-se após sua aprovação, um documento de referência a todos os estados e municípios para a elaboração de seus planos. (SILVA, 2002). Em nossa realidade todo o sistema educacional é monitorado e controlado. Sendo sugerido que a escola exerça sua autonomia, por outro lado existe o domínio dos órgãos interessados em dar direção aos passos da educação.

Para Ball e Mainardes (2011, p. 13):

As políticas envolvem confusão, necessidades (legais e institucionais), crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentação, lacunas e espaços, dissenso e constrangimentos materiais e contextuais. Na prática as políticas são frequentemente obscuras, algumas vezes inexecutáveis, mas podem ser, mesmo assim, poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de falar sobre o mundo, caminhos de mudança do que pensamos sobre o que fazemos. As políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestruturas e condições de trabalho adequada (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais.

Quando falamos em políticas públicas educacionais, não podemos desconsiderar o papel do Estado, mesmo sem a pretensão de desenvolver a discussão sobre sua natureza, é necessário ressaltar a sua importância para o tema em questão.

Quando falamos no papel do Estado não podemos deixar de lado seu caráter dominante, regulador e avaliador, este sempre apresenta um discurso democrático, mas muitas vezes não condiz com o antagonismo das medidas tomadas em relação as exigências das necessidades educacionais.

O Estado tem a função de apresentar propostas de políticas públicas educacionais que beneficiem a todos e não apenas uma pequena parcela da população. Nesse sentido afirma Sidney (2010, p, 39).

[...] não caberia ao estado assumir a perspectiva ético-política de uma comunidade promovendo um bem comum relacionado com uma tradição local (como, por exemplo, definir a identidade e a cultura de um grupo específico como componente obrigatório do currículo da educação pública) ou com os valores nacionais, em nome dos quais certas políticas públicas deveriam ser promovidas. O Estado deve proteger os indivíduos de imposições comunitárias, ou de uma maioria no poder, de uma forma de vida ou valor específico a ser seguido. Atrelado a uma concepção de democracia formal, cabe ao Estado, sobretudo, garantir os direitos civis, entre os quais estão a liberdade de escolha cultural e educacional.

As políticas públicas educacionais só farão sentido quando forem construídas democraticamente, de forma coletiva e não individual e singular. “O estado é um dos principais lugares da política e um dos principais atores políticos. Em sentido mais simples, a política é uma declaração de algum tipo – ou ao menos uma decisão sobre como fazer coisas no sentido de “ter” uma política – mas que pode ser puramente simbólica, ou seja, mostrar que há uma política ou que uma política foi formulada”. (BALL, MAINARDES, 2011, p, 14).

Nas últimas décadas, estudos e pesquisas sobre políticas públicas vêm se intensificando cada vez mais nas esferas nacionais e internacionais. Para Azevedo (2011), nos anos 80 os estudos ganharam mais centralidade no Brasil, estas investigações estão ligadas aos campos das Ciências Políticas e da Sociologia, entre outros campos de conhecimentos.

Existe hoje um fortalecimento dos estudos sobre as políticas públicas, o que gerou uma cobrança maior por parte da sociedade e das instituições, para se fazer cumprir os objetivos propostos nessas políticas. Há ainda uma concordância para se ampliar as análises das políticas públicas para além de seus resultados.

A educação não deve ser vista de forma abstrata, e para a implementação das políticas públicas educacionais são necessárias a sensibilização e a qualificação de todos os envolvidos no processo educacional, para então serem criadas as políticas de Estado e não políticas de Governo, pois, nem tudo o que serve para o Governo, serve para a educação.

Gatti (2008) retoma a legislação educacional para formar reflexões acerca das políticas públicas, suas relações e consequências. Ao mesmo tempo, promove uma reflexão sobre a importância e o contexto em que as legislações são aprovadas e passam a gerenciar legalmente futuras ações e políticas públicas de educação. A autora escreve ainda a “legislação não nasce do nada, como inspiração ou insight

momentâneo, por desejo deste ou daquele; é resultante de um processo histórico e que ações se desenvolvem.” (GATTI, 2008, p 10).

A legislação é a base legal, sobre a qual as políticas públicas são implantadas, decisões são tomadas, e como afirma Gatti, “ações se desenvolvem”.

Assim as questões legais que configuram o pano de fundo da educação brasileira configuram-se, na Constituição Federal de 1988, que versa sobre a organização político-administrativa, referindo-se as competências dos entes federados. Mas a frente o texto apresenta aspectos que contribuem para os princípios do ensino, a organização dos sistemas e do regime de colaboração, aponta também a necessidade do desenvolvimento do ensino em diversos níveis, através do plano nacional de educação.

No campo educacional também ocorreu um crescimento das políticas públicas educacionais. Santos e Azevedo (2009, p 534) esse crescimento se justifica pelas mudanças ocorridas em nossa sociedade, que trouxe para o centro de todas as discussões sócio-políticas, assuntos voltados para temas como a negação dos direitos sociais e a necessidade de um resgate desses direitos pela maioria da população.

Compreender as políticas públicas em Educação, que estão sendo desenvolvidas em nosso país e de fundamental importância. Para Azevedo (2003, p.17) “política pública é tudo o que o governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e suas omissões”. Então políticas públicas educacionais é tudo o que o governo faz ou deixa de fazer em termos de educação escolar; isto é, são as decisões do governo que tem incidência no ambiente escolar enquanto local de ensino aprendizagem (AZEVEDO, 2003).

As discussões sobre políticas públicas docentes “formação continuada de professores da Educação Básica no Brasil” tem sido temas recorrentes em pesquisas e estudos realizados, que destacam a importância e a influência em torno dos desafios encontrados pela docência e dos embates em torno dos modelos de formação ofertados para uma educação de qualidade, refletindo sobre os programas de formação que são ofertados e se os mesmos correspondem às reais necessidades dos profissionais envolvidos, achando-se “consenso entre a comunidade acadêmica que a educação continuada é imprescindível para a qualidade da educação” (ENGERS, 2008, p. 419). Engers (2008, p. 410) também reconhece que a formação continuada de professores “é uma questão relevante para a análise atualmente”.

Essa preocupação com a formação de professores é relevante e merecedora de análises, se considerarmos “a velocidade que as informações e a pressão pela produção que os profissionais da educação estão recebendo” (ENGERS, 2008 p. 410).

No que diz respeito, Gatti (2008, p 2) mostra que existe “uma vastidão de possibilidades dentro do rótulo de educação continuada”, e inegavelmente sob essa vastidão, há uma infinidade de questionamentos feitos pela literatura.

Vale ressaltar que a formação de professores vem recebendo especial atenção a nível internacional Marilyn Cochran-Smith, em seu artigo publicado pela Revista Educação, aborda o tema A nova educação de professores: para melhor ou para pior? Sua argumentação reforça a preocupação Norte americana quanto a reforma na formação docente, tanto nos aspectos positivos quanto negativos da proposta. Para Marilyn Cochran-Smith, “chamadas urgentes por algo novo e melhor tem sido a regra e não a exceção na educação de professores desde o seu começo” (2006, p. 205). O modelo adotado não corresponde as reais necessidades de algo novo e melhor. Essa necessidade do novo abre sim uma imensidão de possibilidades de se fazer, inovar, o que já está sendo oferecido.

Essa mesma preocupação acontece a nível nacional e está cada vez mais se intensificando pelas organizações públicas, como vemos através das pesquisas (IDEB) realizadas pelo Ministério da Educação, que mostra a fragilidade e ineficácia do sistema educativo brasileiro. Desta forma compatível com pano de fundo da educação brasileira no que concerne os incentivos, chegamos à conclusão da necessidade de se fazer reformulações nas propostas de formação de professores. Cochran-Smith (2006, p. 205) diz que:

[...] a nova educação de professores foi influenciada pela diferença no rendimento educacional, o papel aumentado do governo em educação, a elevação da ciência da educação, a aceitação de uma política de mercado para a política educacional, a história e o status do professor.

Encontramos fatores parecidos no Brasil, fazendo uma análise dos resultados encontrados nas avaliações internacionais Pisa, vemos que os resultados são ineficazes em relação à educação que passamos para os nossos estudantes, como resultado temos um péssimo rendimento escolar. Com isso vemos que o governo federal vem cada vez mais interferindo, e trazendo para si a responsabilidade de execução de uma política pública nacional que viabilize a formação de professores e

com isso inibe a autonomia dos entes federados na execução de suas políticas educacionais. A proposta de formação continuada oferecida pelo governo federal promove cada vez mais os sistemas e as Universidades Federais, através de programas como Gestar II, Pro-Letramento<sup>1</sup> e outros. Cochran-Smith no caso americano a “profissão de educador está sendo formada e, ao mesmo tempo, ajudando a dar forma a nova educação de professores” (2006, p. 205).

No Brasil por sua vez, as políticas públicas de formação continuada, sofrem reedições através de programas federais, onde não ocorre a participação ativa dos gestores educacionais das redes estaduais e municipais de ensino, e menos ainda dos professores.

Segundo Alvorado Prada (2010, p. 372) a formação continua de professores surgiu por razões sociais políticas e culturais, “A formação continuada de professores sempre esteve ligada à formação de professores no sentido de se atualizar ou de manter uma educação permanente que permitisse passar para os alunos [...] conhecimentos científicos atualizados”, que visavam inúmeras ações de “capacitação, reciclar, treinamento”, para uma melhor qualidade na educação. Nesse cenário, a formação de professores, foi se estabelecendo como um produto de consumo, inicialmente ofertado pelo Estado, ou pelos empregadores dos professores.

Percebemos no entanto, que existe um grande desafio para a educação brasileira, pois as propostas de formação continuada aplicadas pelo governo federal são cada vez mais centralizadas em programas regulares e prontos, não permitindo que os sistemas de ensino façam suas adaptações para as necessidades da comunidade escolar dos municípios e estados, indo de encontro aos princípios básicos da gestão democrática. Em um país como o Brasil, não deve haver uma política educacional regularizada e pronta.

Para Saviani (2009) esse discurso está elevando a educação como a única responsável pelas mazelas existentes em nosso país. Ainda assim aponta que esse discurso é incoerente se for levado em consideração as ações que são implementadas como políticas públicas educacionais. Assim reconhece que fatores como condições de trabalho, remuneração salarial estão relacionadas com a formação de professores, nesse sentido o autor afirma:

Ora, tanto para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário promover os recursos

financeiros correspondentes. Aí está o grande desafio a ser enfrentado. É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como está em que vivemos, classificada como “sociedade do Conhecimento”, as políticas predominantes se pautam pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar decisões políticas ao discurso imperante. (SAVIANI, 2009, p. 10).

A necessidade de se adequar as decisões políticas ao discurso predominante de que a educação e a saída para tirar o Brasil do rol dos países subdesenvolvidos, levando assim a discutimos a qualidade da educação brasileira, que deve ajustar aos programas de formação continuada de professores. Reconhecendo a necessidade de ruptura desse discurso, vemos que existe cada vez mais investimentos financeiros em programas de formação continuada de professores, que são na maioria das vezes recursos próprios das administrações locais. O que é necessário nesse momento e rever como estão sendo investido os recursos destinados para a educação, pois vemos que os programas de formação continuada, na maioria as vezes, tentam sanar questões vindas da formação inicial do professor. Nesse sentido o sistema educacional está formando lacunas de aprendizagem que leva a um profissional da educação despreparado. Para Saviani o fenômeno histórico que se formou no país, onde os profissionais da educação formados no ensino superior dão ênfases aos conteúdos, enquanto a formação a nível médio priorizou a questão da formação. O autor afirma que a formação de professores deve ser pautada, no ensino superior, em temas como cultura geral, domínio específicos dos conteúdos da área de conhecimento. Considera ainda que a formação pedagógico-didática virá em virtude do domínio dos conteúdos logicamente organizados, sendo adquirido na própria prática docente, ou mediante tempo de serviço. (SAVIANI, 2009, p. 6).

Por sua vez Gatti e Barreto (2009), em estudo realizado encomendado pela UNESCO, apontam alguns elementos com bases em estudos acadêmicos sobre o tema formação continuada, que aparece como insatisfação dos docentes quanto as práticas de formação, destacando que as propostas não condizem com as reais necessidades da escola e do professor, e que a não participação do professor no processo de escolha da formação ao qual serão submetidos, e o desconhecimento do formador acerca da realidade da instituição e dos professores que iram participar da formação, dificulta a adaptação da teoria para a prática docente. Gatti, Barreto e André (2011) consideram que:

A intenção de ouvir os professores para conhecer o que dizem, pensam, sentem e fazem nos parece muito positiva, se o que se pretende é descobrir, com eles, quais os caminhos mais efetivos para alcançar um ensino de qualidade que se reverta em uma aprendizagem significativa para todos os alunos (p 15).

Para as autoras essa mudança no foco da pesquisa, deve provocar dois tipos de preocupações: por um lado, que não se deixem de investigar a formação inicial, que ainda necessita de muitos estudos; por outro lado, que as pesquisas não reforcem a ideia de que o professor é o único elemento no qual se deve investir para melhorar a qualidade da educação. As autoras afirmam ainda que:

Há outros elementos igualmente importantes – como a valorização social da profissão, os salários, as condições de trabalho, a infraestrutura das escolas, as formas de organização do trabalho escolar, a carreira – que devem fazer parte de uma política geral de apoio aos docentes. São múltiplos os fatores que não podem ser esquecidos, nem desconsiderados no delineamento de políticas para os professores.

Maurice Tardif pesquisador canadense, enfatiza que é necessário reconhecer o professor como sujeito de conhecimento e, conseqüentemente, como sujeito que tem algo a dizer sobre sua formação profissional. Nesse sentido Tardif, escreveu ainda que:

É estranho que os professores tenham a missão de formar pessoas e que se reconheça que possuem competência para tal, mas que, ao mesmo tempo, não se reconheça que possuem a competência para atuar em sua própria formação para controlá-la, pelo menos em parte, isto é, ter o poder e o direito de determinar, com outros atores da educação, seus conteúdos e formas (TARDIF, 2007, p. 240).

Com essa afirmação, percebemos a crítica que Tardif faz a respeito das políticas realizadas na formação de professores, principalmente no processo de planejamento e execução das propostas de formação, provoca ainda uma reflexão sobre como os professores estão participando de sua formação continuada ou se são apenas espectadores dessas propostas. O autor destaca ainda a necessidade de um entendimento entre os saberes produzidos pelas instituições formadoras e os saberes desenvolvidos pelos docentes em suas práticas pedagógicas.

[...] chegamos ao último fio condutor, decorrente dos anteriores: a necessidade de repensar, agora, a formação para o magistério, levando em conta os saberes dos professores e as realidades específicas de seu trabalho cotidiano. [...] expressa a vontade de encontrar, nos cursos de formação de professores uma nova articulação e um novo equilíbrio entre os conhecimentos produzidos pelas universidades a respeito do ensino e os

saberes desenvolvidos pelos professores em suas práticas cotidianas. (TARDIF, 2007, p. 21 e 22).

A necessidade do diálogo entre professor e instituição formadora é reforçada pelo autor quando diz que “o corpo docente tem uma função social estrategicamente tão importante quanto a comunidade científica e dos grupos produtores de saberes” (TARDIF, 2007, p. 36). Para Tardif uma proposta de formação continuada só terá êxito quando o corpo docente for “concedido como ator de sua formação” (2008, p. 44). Destaca ainda que professores devem fazer parte dessa formação como formadores, “no sentido mais amplo da palavra, mas também como responsáveis pela tomada de decisões no que diz respeito aos programas e as práticas de formação” (TARDIF, 2008, p. 44). Para finalizar Maurice Tardif escreve ainda que um sistema com uma proposta seria de formação continuada é o sistema que a apoia e a valoriza.

Francisco Imbernón (2009), pesquisador espanhol, em seus estudos sobre formação permanente, reconhece que a formação começa a ser admitida como essencial para a garantia de sucesso nas reformas educativas, “muitos países lançam, literalmente, os poucos recursos destinados a capacitação do professorado ao grande lixo da inutilidade”. (IBERNÓN, 2009, p. 34). Constata que os sistemas de ensino de modo geral oferecem muitas formações, mas ações que ainda não conseguem ver de forma mais eficaz as solicitações dos professores, para uma formação que se aproxime mais da realidade, com propostas conservadoras, pautadas na transmissão da teoria que é ministrada fora do contexto escolar. O autor aponta alguns meios para se estruturar propostas inovadoras que faça a diferença e que contribua para a qualidade da educação.

O objetivo dessa reestruturação deveria ser ressituar o professorado para ser protagonista ativo de sua formação em seu contexto trabalhista, no qual deve combinar as decisões entre o prescrito e o real, aumentar seu autoconceito, sua consideração e seu status trabalhista e social. (IBERNÓN, 2009, p. 37).

Para Imbernón, é necessário uma mudança na política educativa, apoiada pelas reivindicações dos professores, portanto os professores devem fazer parte da construção das políticas educacionais, principalmente das que estão ligadas a formação continuada. Para compreender melhor seu raciocínio o autor destacou

alguns elementos que considera importantes para uma proposta de formação permanente mais perto da realidade do professorado:

- a reflexão sobre a prática num contexto determinado;
- criação de redes de inovação comunidade de prática, e comunicação entre o professorado;
- maior autonomia na formação com a intervenção do professorado;
- partir dos projetos da escola que o professor decida qual a formação mais necessita;
- potencializar uma formação que seja capaz de estabelecer espaços de reflexão e participação “aprendam” com a reflexão e a análise das situações problemáticas, que partam das necessidades democráticas.

Selma Garrido Pimenta (2012), os cursos de formação inicial desenvolvem um currículo formal que se distancia da realidade das escolas, com conteúdo e atividades burocráticas que não estão presentes na prática social do educador. Quanto à formação continuada a autora afirma:

No que se refere à formação contínua, a prática mais frequente tem sido a de realizar cursos de suplência e/ ou atualização dos conteúdos de ensino. Esses programas têm se mostrado pouco eficientes para alterar a prática docente e, conseqüentemente, as situações de fracasso escolar, por não tomarem a prática docente e pedagógica escolar nos seus contextos. (PIMENTA, 2012, p. 17).

A autora demonstra preocupação com as propostas ineficientes que pautam as metodologias dos cursos de suplência, que pouco modificam a prática docente. O que tem levado ao fracasso escolar, já que a formação continuada não tem inferência sobre o aprendizado do aluno.

A preocupação com a prática pedagógica reflexiva surgiu no início da década de 80, como uma crítica as técnicas de ensino e sobre o papel do professor como profissional. Alguns estudiosos da educação basearam seus estudos nos trabalhos de John Dewey (1859 – 1952) que negava uma prática pedagógica baseada na obediência e na submissão. Seus trabalhos tiveram grandes influências na formação da Escola Nova, influenciando de forma determinante o pensamento pedagógico contemporâneo.

Para uma prática pedagógica reflexiva e necessário que o professor não se limite apenas aos conhecimentos acadêmicos, este deve produzir seu próprio conhecimento através de suas práticas, embasada em suas reflexões. Pensando e

agindo desta forma o professor tem respostas para certos dilemas que surgem no dia a dia do exercício de sua prática pedagógica.

Pimenta (2012) o desafio posto para os cursos de formação inicial está no processo de construção de sua identidade de educador. Para aqueles que somente a experiência não bastam.

Os saberes da experiência são também aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente, num processo permanente de reflexão sobre sua prática, mediatizada pela de outrem – seus colegas de trabalho, os textos produzidos por outros educadores (PIMENTA, 2012, p. 22).

A reflexão na ação é um processo significativo e essencial para a consolidação de mudanças de caráter quantitativo no trabalho pedagógico. Fazendo o profissional tomar consciência de sua forma de atuar em sala. Junta o pensar no fazer, faz com que a ação seja lucida e não apenas algo rotineiro, mas atenta e sensível.

Segundo Imbernón (2001) a formação inicial deveria estimular a reflexão sobre a mudança, no processo de formação, mudanças as vezes lenta, que requer uma determinada experiência. “A aquisição de conhecimento por parte do professor está muito ligada à prática profissional e condicionalmente pela organização da instituição educacional em que esta é exercida” (IMBÉRNON. 2001, p. 16).

O professor necessita não apenas de técnicas de ensino, e metodologias, este deve estar preparado para desenvolver as atividades curriculares, assim como ter a capacidade de solucionar os problemas que surgem no dia a dia do contexto escolar. A capacitação deve promover um professor facilitador do processo de ensino e aprendizagem, um profissional que crie estratégias de pensamento e meios para estimular seus alunos, voltamos assim para a necessidade da reflexão sobre as práticas de ensino.

Trata-se de formar um profissional prático-reflexivo que se defronta com situações de incerteza, contextualizada e únicas, que recorre à investigação como forma de decidir e de intervir praticamente em tais situações, que faz emergir novos discursos e concepções alternativas de formação (IMBÉRNON, 2008, p.39).

A reflexão é fundamental para a melhoria da qualidade do processo de ensino e para o desenvolvimento dos docentes. Desta forma, todos estarão envolvidos, e com o mesmo objetivo a ser alcançado.

Segundo Alarcão,

Os professores desempenham um importante papel na produção e estruturação do conhecimento pedagógico porque refletem, de uma forma situada, na e sobre a interação que se gera entre o conhecimento científico [...] e a sua aquisição pelo aluno, refletem na e sobre a interação entre a pessoa do professor e a pessoa do aluno, entre a instituição escola e a sociedade em geral. Desta forma, têm um papel ativo na educação e não um papel meramente técnico que se reduza à execução de normas e receitas ou à aplicação de teorias exteriores à sua própria comunidade profissional (2005, p. 176).

Nessa perspectiva o profissional reflexivo não atuara como mero transmissor de conteúdo, mas fará com que ocorra a interação entre professor e aluno.

Alarcão (2005) o professor reflexivo e aquele que tem a necessidade de saber quem é e as razões pelas quais atua, compreendendo o lugar que ocupa na sociedade. Alarcão afirma ainda que “os professores têm de ser agentes ativos do seu próprio desenvolvimento e do funcionamento das escolas como organização ao serviço do grande projeto social que é a formação dos educandos” (ALARCÃO, 2005, p. 177).

Neste contexto, DonaldhShon (1997), afirma que a “reflexão na ação”, possibilita ao professor a reestruturação de suas ações no desenrolar de uma mediação profissional e, a “reflexão-na-ação”, proporciona ao professor a investigação de sua prática de ensino, direcionando-o a uma transformação. Shon (1997, p. 87) nos afirma que o:

[...] desenvolvimento de uma prática reflexiva eficaz tem que integrar o contexto institucional. O professor tem de se tornar um navegador atendo à burocracia. E os responsáveis escolares que queiram encorajar os professores a tornarem-se profissionais reflexivos devem criar espaços de liberdade tranquila onde a reflexão seja possível. Estes são os dois lados da questão – aprender a ouvir os alunos e aprender a fazer da escola um lugar no qual seja possível ouvir os alunos – devem ser olhados como inseparáveis.

Seguindo pensamentos semelhantes Maurice Tardif (2007, p. 36) disse que o saber docente “[...] se constitui em um saber plural, formado pela mistura de saberes oriundos da formação profissional e de saberes curriculares: experiências e disciplinares. Ao falar das competências dos professores Tardif (2007) destacou “[...] ligadas às suas capacidades de racionalizar sua própria prática, de criticá-la, de revisá-la, de objetivá-la, buscando fundamentá-la em razões de agir”. Identifica-se a importância do desenvolvimento de uma prática flexível, consciente, que atenda às necessidades e aos interesses dos educandos.

## 2.1 COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICAS EDUCACIONAIS: AVANÇOS E RETROCESSOS

Resgatar os marcos legais referentes à educação mostra-se necessário, considerando-se que a seguinte pesquisa se faz sobre como são implantadas as políticas públicas de formação continuada de professores no sistema de ensino da rede municipal de Sapucaia – PA, para a análise das propostas de formação continuada no município e é necessário o resgate não só legal, mas de todo o processo histórico referente a educação nacional. Assim faremos um breve resgate das questões que configuram o pano de fundo da educação, suas contribuições e interferências.

A legislação nacional acerca da educação encontra-se na Constituição Federal de 1988, versa sobre a organização político-administrativa, referindo-se as competências dos entes federados. Nas seções que trata sobre a educação, o texto apresenta aspectos que dão referências aos princípios do ensino, sua organização e seus regimes de colaboração, apontando ainda para a necessidade de articulação e desenvolvimento do ensino em diversos níveis, por meio do plano nacional de educação, com duração plurianual.

Antes que o plano nacional de educação fosse elaborado em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB que disciplina a educação escolar através do ensino, em instituições. Seguindo a análise passamos para Plano Nacional de Educação – PNE de janeiro de 2001, que apresenta as diretrizes e metas para a educação nacional, dando base de como os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus planos de educação.

Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE de autoria do Ministério da Educação que apresenta princípios e programas entre eles a proposta de formação de professores através de instituições federais de ensino.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 18, reconhece a autonomia de cada ente federado que compõe a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil: União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios. No artigo seguinte a legislação estabelece que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si. No artigo 23, fala que é de competência comum entre os entes federados, –

“proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela EC n. 85/2015)” (BRASIL, 2017, p. 34).

Assim, a legislação nacional estabelece e reconhece a autonomia dos entes federados, apresentando princípios que nortearão as políticas públicas, reconhecendo que todos são iguais perante a lei, que merecem igualdade de condições, que sejam “proporcionadas estratégias que oportunizem acesso educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; (Redação dada pela EC n. 85/2015)”. Esses dois grandes desafios sendo reconhecidos, não há dúvidas que todos os alunos terão condições de acesso à educação escolar. A legislação acerca da educação, cultura, ensino e desporto sustenta-se no artigo 24 da carta magna, quando fala que “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente”, quando a lei trata dos Municípios no artigo 30 sustenta que compete a este novo ente federado, legislar sobre os assuntos que são de interesse da comunidade local, “mantendo, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela EC n. 53/2006)”.

A Constituição Federal, no artigo 205, reforça e explicita o conceito de direito universal, especificando em seção exclusiva da educação que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2017 p, 160).

O texto deixa claro que a educação é um direito de todos, reconhece a oferta da educação como direito de todos, é dever do Estado e da família, deixando claro que ambos são responsáveis por efetuarem a matrícula de alunos e filhos na escola na idade recomendada pela LDB. Esse artigo colaborou significativamente para a universalização do acesso dos estudantes ao ensino fundamental, especialmente articulado com o Estatuto da Criança e do Adolescente, estatuto que regula ações de controle social, em ações protetivas voltadas às crianças e adolescentes. Mais adiante no artigo 206, a lei expressa os princípios que servirão como base para ensino, o artigo reforça p aspecto da igualdade de condições, acesso e permanência na escola, acrescenta ainda que a gestão democrática passa a ser um fator importante para o ensino.

Vitor Paro (2008) fez relação quanto a adoção de políticas públicas educacionais e as negligências com que as políticas públicas têm sido tratadas pelos sistemas, levando em conta que qualquer tentativa de melhoria na educação passa pela excitabilidade em reconhecer a prática cotidiana e suas dimensões. O caso de Sapucaia – PA, nos ajuda a ver como ocorre essa intermediação entre gestão pública no sistema de ensino e a forma como é negligenciada a execução da política traçadas. O artigo 208 no inciso I, escreve que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela EC n. 59/2009)”. Conforme expressa o artigo, o Brasil aproxima-se do aspecto da universalização da educação para o ensino fundamental, pois aproxima-se da meta traçada para o nível fundamental de ensino, reconhecido pelo país como obrigatório gratuito, segundo fontes do INESP, o Brasil somente alcançou índices próximos dessa universalização no final do século XX, quando comparados com países da América do Sul, como a Argentina e Uruguai que já haviam alcançado este objetivo no século XIX. A universalização do acesso ao ensino fundamental deixou de ser o desafio maior, por quase ter alcançado a meta de todos os alunos na escola, por outro lado a qualidade da educação ofertada a esse novo discente passa a ser o centro das atenções e discussões da educação brasileira que reconhece nos discursos políticos, nos estudos acadêmicos e no contexto da comunidade escolar, que essa nova configuração de educação exige das instituições de ensino novos desafios no processo de ensino e aprendizagem.

Bernadete Gatti (2008) relata que o ingresso de mais alunos no sistema de ensino, e uma das causas que elevam a necessidade da efetivação de propostas de formação continuada de professores.

O surgimento de tantos tipos de formação não é gratuito. Tem base histórica em condições emergentes na sociedade contemporânea, nos desafios colocados aos currículos e ao ensino, nos desafios postos aos sistemas pelo acolhimento cada vez maior de crianças e jovens, [...] Criaram-se o discurso da atualização e o discurso da necessidade de renovação (GATTI, p. 3).

Mesmo que a constituição federal não reconheça a formação continuada dos professores como sendo importante para resolver os problemas da qualidade do ensino, o artigo 214 fala que a lei estabelecerá o plano nacional de educação, com o

objetivo de desenvolver o ensino em seus diversos níveis. O plano plurianual compartilha as ações do poder público, com a intenção de conduzir uma melhoria na qualidade da educação. A pergunta que surge é se a junção desses desafios é tão simples, e se o sistema de ensino tem condições de suprir as necessidades do ensino oferecido a esses novos discentes. Dados recentes mostram que os resultados não são animadores e necessitam de respostas urgentes, com resultados eficazes que condizem com as atuais necessidades de ensino.

### 2.1.1 A LDB e suas contribuições para o educador

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB -, promulgada em 20 de Dezembro de 1996, foi um marco importante para educação brasileira e para os municípios pois gerou uma grande transformação nos mesmos, ao reformular toda a educação, oportunizou a formação dos professores, voltando um olhar para a qualidade do ensino além de oportunizar a todos, em qualquer idade, o acesso a escolarização. Ao direcionar a educação escolar a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96, se desenvolve de forma predominante através do ensino, em instituições próprias o que se encontra previsto na constituição federal em artigos específicos.

Assim cabe destacar a previsão de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o que fala o inciso I do artigo 3º “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade.

Estes são princípios legais que reforçam a educação na perspectiva da democratização dos processos de gestão, e não devem ser desconsiderados quanto a sua implementação nas políticas públicas educacionais especialmente no que diz respeito a participação dos entes federados e dos diferentes sistemas que os compõem na hora da elaboração e definição das propostas educacionais a serem desenvolvidas a nível federal, estadual e municipal.

Seguindo a mesma linha da Constituição Federal, a LDB, também traça uma meta para a universalização e qualidade do ensino, acesso e permanência com

padrão de qualidade na educação, o artigo 4º no inciso IX fala dos padrões mínimos de qualidade de ensino por aluno, fator indispensável ao processo de ensino e aprendizagem. A LDB assim com a Constituição Federal, prevê a elaboração do Plano Nacional de Educação, dever da União, em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, em seu artigo 9º inciso VI, a LDB, escreve que a União ainda deve se incumbir de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (LDB, 2017, p. 12).

Em seu artigo 13, a lei dedica atenção a algumas atribuições aos docentes, que merecem destaque especial, no inciso V fala da responsabilidade dos docentes em ministrar os 200 dias letivos, além da participação integral nos dias de planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. No artigo aparece ainda referência a formação continuada e aponta para o caráter de compromisso do profissional da educação com a sua formação, deste modo a oferta de formação além de ser um dever do sistema, implica no dever da participação do docente, sendo um direito e ou dever tanto de um quanto do outro, levando em consideração a responsabilidade de cada um.

Claramente a LDB dedica um título específico para falar dos profissionais da educação. O título reserva exclusivamente seis artigos que falam da formação dos profissionais da educação, destaca em seu primeiro artigo de número 61, que a formação dos profissionais da educação terá como fundamentos a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço, o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. Já os demais artigos fazem alusão à formação inicial, somente o artigo 67, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (2017) retorna a destacar a formação continuada, ao se referir que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho.

A LDB mesmo que timidamente se referi a formação continuada de professores, quando reconhece que os sistemas de ensino são responsáveis pela valorização dos profissionais da educação, fala do piso salarial profissional e do ingresso a profissionalização através de concurso público e destaca ainda o aperfeiçoamento profissional continuado. No artigo 87, a LDB declara a década da educação, que deveria ser iniciada um ano após a publicação da lei, onde a União teve a incumbência de encaminhar ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, onde consta as diretrizes e metas para os dez anos subsequentes. O texto diz ainda que todos os Municípios, Estados e União realizarão programas de capacitação para todos os professores em exercício, podendo para isso utilizar recursos da educação a distância.

Conforme Gatti (2008, p. 7) “a partir de meados das últimas décadas do século passado é que a expansão de programas ou cursos de educação continuada se deu exponencialmente”. Ainda segundo a autora, “a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio provocar especialmente os poderes públicos quanto a essa formação”. Não resta dúvidas que a legislação contribuiu para o sistema de ensino, mas assim como ocorreu com o fenômeno da universalização do ensino, está ocorrendo com a proposta da formação continuada, onde o padrão de qualidade ainda está sendo perseguido, ou seja a formação continuada necessita gerar uma qualidade no processo de ensino aprendizagem.

### 2.1.2 PNE Metas avanços e limitações

O Plano Nacional de educação – PNE – passou a vigorar em 2001, de acordo com o que aponta a Constituição Federal já em 1988, em seu artigo 214, e na LDB nas disposições transitórias. É necessário evidenciar que no artigo que se refere à implementação do plano nacional de educação, e mencionada a universalização do ensino e a melhoria da qualidade da educação. A legislação neste aspecto reúne dois desafios nacionais deixando-os e níveis iguais onde se desencadeiam concomitantemente.

O plano apresenta quatro objetivos e prioridades.

- A elevação global do nível da escolaridade da população;
- A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;

- A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência, com sucesso, na educação pública;
- A democratização da gestão do ensino público.

Em seu capítulo IV o plano dedica especificamente ao Magistério da Educação Básica no item 10, apresenta as diretrizes, os objetivos e as metas para a formação dos professores e valorização do magistério, um capítulo específico do plano que se detém sobre a formação de professores, o que deixa em destaque a importância reservada a essa dimensão, como sendo um dos fatores que contribui com a qualidade da educação. O capítulo inicia-se afirmando que a “melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação – PNE – somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério”. (PNE, 2008, p. 109). Essa constatação não se limita, mas continua de forma mais indiscutível, ao escrever que sem a valorização do magistério “ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino”. (PNE, 2008, p. 109).

De maneira a não deixar dúvidas sobre a expressão valorização do magistério, o texto ainda afirma que somente uma política global do magistério poderia garantir a supracitada valorização, através de três aspectos: a formação inicial, as condições de trabalho, salário e carreira e a formação continuada. Segundo os participantes da teleconferência realizada para avaliar o atual plano e projetar preocupações para o próximo Plano Nacional de Educação, destacou-se Francisco Cordão que afirmou que esse aspecto é fundamental para a execução de um plano nacional de educação, aspectos esses que limitou a execução das metas e diretrizes no atual plano. Já Carlos Jamil Cury, que participou da mesma teleconferência reconheceu o avanço do plano no que concerne ao apontamento de diretrizes e metas, ressaltou também a ineficiência do plano, pela falta de articulação entre os entes federados impossibilitando a implantação de políticas públicas eficazes que estivessem ao alcance de sanar os problemas e deficiências do panorama educacional brasileiro.

Ainda nos reportando às diretrizes e metas atuais, lemos que “a formação continuada assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimento sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna” (PNE, 2007, p. 115). O texto já abordava

qualificação do pessoal docente se apresenta como um dos maiores desafios para o Plano Nacional de Educação, reconhecendo ainda que o poder público tem a necessidade de dedicar de forma prioritária para a resolução desses problemas tendo em vista a ineficácia de uma formação inicial adequada ou mesmo de uma formação continuada com resultados significativos.

O PNE ao apresentar as diretrizes e metas para a formação dos profissionais da educação apontou a atividade docente como sendo o foco formativo e a pesquisa como princípio formativo. O Plano Nacional de Educação fala ainda que uma formação profissional deve assegurar o “desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem”. Completa ainda os docentes desempenham papel fundamental no processo de educação. Mesmo assim ainda encontramos, especialmente na educação básica, sistema que não privilegia o espaço da pesquisa, não reconhecendo esse princípio formativo legalmente previsto, como sendo uma prática de suma importância para a garantia de uma educação de qualidade que se volta para a formação de pessoas investigadoras e autônomas capazes de dar resposta aos questionamentos que a vida traz.

O texto traz ainda reflexões importantes sobre as políticas públicas que são implementadas nas redes de ensino, principalmente quando evidencia o foco e o princípio formativo. A Legislação e estudos acadêmicos acabam reconhecendo a atividade docente e os saberes como fonte para a promoção da formação docente, além de reconhecer as práticas cotidianas como a relação entre teoria e prática. No PNE (2008) lemos que a formação continua dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação.

Os gestores dos diferentes entes federados, como municípios são os responsáveis por articular o universo legal relativo as políticas públicas em formação continua de professores, conforme estudos acadêmicos e a legislação nacional, uma gestão comprometida com educação de qualidade, precisa reconhecer as reais necessidades da rede de ensino, dos seus profissionais da educação e seus diferentes saberes docentes assim como suas pratica, precisa pois juntar teoria e prática, para garantir a qualidade da educação pública ofertada assim como a aprendizagem dos alunos.

Referindo ainda sobre formação continuada o PNE expõe que sua finalidade é a de promover a reflexão sobre a prática educacional e a busca de seu aperfeiçoamento técnico, ético e político, relata ainda que a ampla formação cultural é outro princípio das propostas de formação.

### 2.1.3 Plano de Desenvolvimento da Educação

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, se destaca pelo estabelecimento de diretrizes e metas para a educação brasileira, o Ministério da Educação ainda preconiza no documento O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas, a ideia de educação necessária para que o país vença os obstáculos que o impedem de ter uma educação de maior qualidade. Aborda ainda a necessidade de interligar as políticas públicas, de modo a não prestigiar um nível de educação em relação ao outro, dado que os resultados da educação são decorrentes de um processo que ocorre desde a educação infantil, passando por toda a educação básica, e que acima de tudo teve profissionais que passaram por uma formação superior.

Nessa perspectiva o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – considera que a formação de professores como um de seus principais pontos enfatizando que “a melhoria da qualidade da educação básica depende da formação de seus professores, o que decorre diretamente das oportunidades oferecidas aos docentes”. (PDE, 2008, p 10).

No site do Ministério da Educação estão disponíveis, as prioridades do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – sendo a garantia de uma educação básica de qualidade, e ao mesmo tempo reconhece a necessidade do envolvimento de toda a sociedade para a garantia de que todas as ações cheguem as salas de aulas, o plano reuniu ainda várias ações do governo federal, na intenção de garantir a efetivação da meta que objetiva a qualificação da educação nacional. Entre essas ações encontramos o Plano de Metas Todos pela Educação, apresentado pelo governo federal aos Estados e Municípios visando uma mobilização coletiva entre os entes federados, com metas em diferentes tópicos da educação como alfabetização, formação e outros.

A medida em que, o governo intensifica, ações como as avaliações externas dos estudantes, através de avaliações como a Provinha Brasil, destinadas aos alunos que frequentam do segundo ano de escolarização do ensino fundamental, a aprovação de um piso salarial a nível nacional, maior acesso dos educadores em instituições de ensino superior, entre tantas outras ações, encontra-se aí um desafio lançado pelo governo com o intuito de implantar uma proposta nacional de formação de professores.

A educação brasileira encontra vários desafios, estes estão claramente evidenciados pela legislação e todos esses arcabouços de documentos e mecanismos utilizados para aferir os resultados da educação nacional, o que aponta a quase universalização do ensino fundamental. A constituição federal aponta outros marcos legais que falam sobre a qualidade da educação oferecida aos cidadãos brasileiros, e quando vemos as avaliações internacionais como o Pisa fica clara que esta educação está longe de ser conquistada, o Plano Nacional de Educação assume que para ocorrer uma melhoria na qualidade da educação ofertada na educação básica, depende da formação de seus professores

#### 2.1.4 PPP um mecanismo para o avanço educacional

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o resultado do planejamento que ocorre nas unidades escolares. O PPP tem por objetivo apresentar características da escola, os princípios norteadores, suas propostas metodológicas de ensino e aprendizagem, assim como as metas e ações que serão desenvolvidas em seus planos de cursos. É importante ressaltar que o projeto político pedagógico deve ser elaborado dentro de uma perspectiva democrática, com a participação de todos os agentes da comunidade educacional e da sociedade em geral. O PPP também deve reconhecer o meio no qual a escola está inserida. Essa temática destaca a importância do projeto político pedagógico para o contexto escolar, uma vez que sua construção e execução visa a melhoria dos serviços educacionais ofertados, considerados relevantes para estruturar as práticas educativas.

A história da educação brasileira é marcada por políticas educacionais centralizadas e autoritárias, que causaram e causam situações de conflitos e resistência, o que impossibilita a criação de uma escola independente, capaz de gerir de forma democrática e autônoma sua liberdade de criação. Mesmo com os

grandes avanços da educação, ainda é comum encontrar escolas que continuam defasadas em relação as grandes mudanças que vem ocorrendo na sociedade. Se fazer uma mudança na escola é necessário e urgente, já que entendemos que estas transformações fazem parte das conquistas sociais, que são na maioria das vezes limitadas para a maioria da população brasileira.

É importante ressaltar que o projeto político pedagógico pode contribuir para a qualidade dos serviços oferecidos na escola, a partir do momento que ele é pensado e executado da forma correta, sendo encarado pela comunidade escolar como um instrumento de transformação, e não somente como um documento que será arquivado. Portanto é necessário que ele seja elaborado coletivamente e de acordo com a realidade escolar. O PPP deve ser norteador do ideal de qualidade que se quer alcançar, este deve ser consultado, avaliado e reformulado constantemente, sempre de acordo com as necessidades que vão surgindo no contexto escolar. Deste modo o projeto político pedagógico não é algo que vai ser elaborado e logo em seguida ser arquivado, ou encaminhado para as autoridades locais, ele precisa ser vivenciado por todos os envolvidos no processo educacional.

A construção do PPP, sem dúvida é a forma mais objetiva que a escola tem para dar sentido a condição de instituição escolar. É necessário ressaltar que necessitamos de uma escola descentralizada que busque mais autonomia, visando a melhoria e a manutenção da qualidade para todos, garantindo acesso global de todas as crianças na idade escolar garantindo que todo que nela ingressaram permaneçam.

Na busca por um serviço de qualidade o Projeto Político Pedagógico, contempla tópicos importantes como: missão; clientela; dados sobre a aprendizagem; relação com as famílias; recursos; diretrizes pedagógicas e plano de ação. Deve existir um compromisso de todos a fim de entender as mudanças que a escola está vivenciando, avaliando suas próprias práticas e percebendo suas necessidades. Nesse processo devemos ter consciência de que o projeto político pedagógico deve ser mutável, dinâmico, intencional, claro e funcional para a eficácia da escola.

#### 2.1.5 Diretrizes Curriculares suas contribuições educacionais

As Diretrizes Curriculares Nacionais é um conjunto de definições, princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Básica, que visam orientar as escolas na sua organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. As Diretrizes Curriculares, tiveram origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 que estabelece a incumbência da União, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

As diretrizes curriculares visam preservar a autonomia da escola e da proposta pedagógica incentivando as instituições de ensino a montar seu currículo, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que lhes convém para a formação das competências explícitas nas Diretrizes Curriculares. Deste modo as escolas poderão trabalhar os conteúdos no contexto necessário para atender as necessidades dos alunos, considerando a região em que estão inseridos e os aspectos locais mais relevantes para a comunidade estudantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação – DCN – baseia-se no direito da pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para exercer a cidadania e à qualidade para o Trabalho, como está definido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996, que em seu artigo 1º reforça a ideia de vivência e convivência em ambiente educativo, dando ênfase as responsabilidades do Estado, família e sociedade, o que exige consciência cidadã para usufruir dos direitos e plenitudes do desenvolvimento humano.

A Resolução nº 4/ 2010 que versa sobre as regulamentações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica deixando claro o compromisso de fundamentar o processo pedagógico nos fundamentos da cidadania, levando-nos a questionar no presente trabalho, a formação do cidadão ativo questionador, sujeito que participa do meio em que vive, que desempenha com plenitude as ações cidadãs, que no meio escolar vivencia de forma significativa sua totalidade enquanto sujeito de formação.

Com a finalidade de garantir um padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência na escola, com redução da evasão escolar, distribuição idade, ano, série. O artigo 8º versa sobre a qualidade social da educação como sendo uma conquista de todos os sujeitos do processo educativo, ressaltando ao longo da resolução que o coletivo é fundamental para a cidadania, disseminando ideias coletivas da necessidade de cidadãos participantes e conscientes.

### 2.1.6 Planejamento e seus impactos na prática docente

Observando a dinâmica da humanidade vemos que é de fundamental importância como esclarece Luckesi que “o ser humano age, em função de construir resultados”. Esses resultados principalmente os que concernem ao campo da educação não podem ser realizados de forma aleatória faz-se necessário uma disciplina e um método a ser seguido, para enfim alcançar o objetivo desejado. E na educação o plano de trabalho é o espaço que o professor tem para definir suas ações, e os meios como irá realizá-los, assim como as formas que utilizará para avaliar os resultados esperados.

Sendo o planejamento uma ferramenta importante no processo pedagógico através do qual o docente irá desenvolver seu trabalho, sem planejamento o docente não tem uma visão de como está sendo desenvolvido seu trabalho. Vasconcellos nos ensina:

[...] Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada é agir de acordo com o previsto; é buscar algo incrível, essencialmente humano: o real comandado pelo ideal. Percebemos assim que o planejamento só tem sentido se o sujeito coloca se numa perspectiva de mudança. (VASCONCELLOS, 2006, p. 25).

Na realidade escolar o planejamento é algo que precisa ser feito, com racionalização, organização e para isso é necessário que esteja embasado na realidade escolar, como um projeto definido de visão de mundo, sociedade e do homem que se deseja formar.

Com passar dos anos os docentes tentem a adquirir hábitos que vão se tornando comum em seu cotidiano escolar, estes hábitos muitas vezes não levam o docente a fazerem uma análise de seus conhecimentos e suas habilidades. Nesse sentido é importante levar o professor a desencadear ações que o levem a refletir sobre sua prática no processo de ensino e aprendizagem.

Todas as transformações ocorridas no espaço escolar precisam ser vistas como forma de acompanhar as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, e com essas transformações o docente deve ter em mente que precisa preparar o discente para fazer parte dele, pois disto depende a sobrevivência da escola como instituição de ensino, assim é necessário que o professor reconheça a bagagem cultural trazida por seus discentes.

Se tratando de educação os desafios encontrados diante das mudanças ocorridas na sociedade atual é importante que a escola seja questionada, analisada e modificada, para isto é necessário uma nova postura dos docentes e discentes, no que diz respeito aos conteúdos trabalhados e contexto social escolar.

## 2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA COMO ELEMENTO FORMADOR PARA A ATUAÇÃO DOCENTE

### 2.2.1 Conceituando a formação docente

Para entender do conceito de formação primeiramente recorri ao dicionário online Infopédia (2017) que formação, vem do latim formatione, e está relacionada ao que dá forma, significando:

- ato ou modo de formar ou constituir algo; criação, constituição;
- modo como uma pessoa é criada, educação;
- conjunto de conhecimentos relativos a uma área científica ou exigidos para exercer uma atividade; instrução;
- conjunto dos cursos concluídos e graus obtidos por uma pessoa (formação acadêmica, formação técnica etc.);
- disposição (de objetos ou pessoas), organização;
- grupo de pessoas com objetivos comuns;
- transmissão de conhecimentos, valores ou regras;
- conjunto de valores morais e intelectuais;
- Gramática modo como se constitui uma palavra.

A formação que me interessa nesse momento é a que se refere à formação da pessoa. A formação relacionada à modificação tanto biológica, que se refere ao desenvolvimento físico e às transformações orgânicas e emocionais que o indivíduo passa desde sua fecundação até sua morte, e a cognitiva, que está relativa às aprendizagens que são propiciadas pelas interações que ocorrem com sujeito e o meio em que está inserido e com as pessoas com quem se relaciona. Então, a formação é algo que ocorre naturalmente, bastando o indivíduo estar no mundo e viver em sociedade. Entretanto, o conceito de formação vai além dessa perspectiva, alcança esferas maiores em que os acontecimentos naturais não bastam ao

indivíduo, o qual necessita de um aprimoramento cada vez maior para se satisfazer pessoal, social e profissionalmente.

Para García (1999) a formação está associada ao conceito de desenvolvimento pessoal, destacando-a como “[...] o processo de desenvolvimento que o sujeito humano percorre na procura de sua identidade plena [...]”. Esta identidade está baseada nos princípios que são impostos pela sociedade e pela cultura presente no contexto social em que a pessoa está inserida, através de suas normas, padrões, modelos e costumes aos quais o indivíduo deve adaptar-se.

Ao conceitualizar a formação faz relação com o desenvolvimento pessoal, pois destaca que o ato de se formar nada mais é do que um trabalho sobre si mesmo, realizado de forma livre e imaginária, desejado e procurado, realizado pelos meios que são oferecidos ou que o próprio sujeito procura. Pensando sob esse ponto de vista, a formação é algo que está relacionada e construída de forma consciente e desejada, sendo o sujeito responsável pelo seu próprio desenvolvimento. Para que este tipo de formação venha a acontecer o indivíduo deve possuir finalidades e metas a alcançar, quando busca a formação de valores pessoais e não apenas uma formação técnica ou instrumental. Não devemos pensar que a formação acontece somente de forma autônoma; ela também se dá de forma organizada e elaborada por meios externos ao indivíduo, sem que seja comprometida a personalidade do sujeito que participa.

Uma reflexão mais profunda de Garcia (1999) diz respeito a noção de formação no sentido de relacioná-la ao ato de constituir, desenvolver e aperfeiçoar.

[...] está geralmente associado a alguma atividade, sempre que se trata de formação para algo, entendida como uma função social de transmissão de saberes, de saber-fazer ou de saber-ser [...]. Um processo de desenvolvimento e estrutura da pessoa que se realiza por meio da maturação interna e de possibilidades de aprendizagem por meio de experiências dos sujeitos (GARCÍA, 1999, p. 19).

Vista desta forma, a formação tem efeito de construção, de transformação e modificação, de algo que contribui significativamente para a formação do indivíduo, algo imprescindível para que este conquiste a satisfação pessoal, social e profissional, algo permanente e contínuo. Ao considerarmos esse fato, entendemos que o indivíduo está em constante processo de formação, formação esta necessária para que ele possa se adequar à cultura e à sociedade em que está inserido. Tamanha é a relevância da formação, que vários autores apontam para a

necessidade de desenvolver uma doutrina própria para explicá-la, uma teoria que estude os problemas específicos da formação. Essa teoria, na visão de García, teria:

[...] o trabalho de tornar claros os pressupostos antropológicos da formação, determinar os caminhos que o homem tem de percorrer no processo de se tornar 'homens', e indicar de que maneira é possível ajudá-lo neste empreendimento através de um estilo metódico, de acordo com um plano (GARCÍA, 1999, p. 20).

Neste contexto, o indivíduo será formado de acordo com os princípios morais, culturais, sociais, e científicos do meio que este participa. Essa formação no entanto requer uma estrutura e organização. Ao se tratar de estrutura organizacional, estamos falando de uma que promova a formação, falamos das instituições formativas, ou seja, a formação, que ocorre neste caso, refere-se ao caráter específico, sendo ela informal ou formal.

A família é um modelo de instituição informal, pois esta é o primeiro grupo social do qual o indivíduo participa. É através desta que o indivíduo aprende as primeiras noções sobre educação, relações pessoais e vida em comunidade. Através do convívio familiar que as interações vão surgindo entre os seus membros, esta vai se fortificando e formando seus princípios e ao mesmo tempo em que educa.

De acordo com Garcia (1999) a formação de professores, consiste na preparação e emancipação profissional do docente para realizar crítica, reflexiva e eficazmente, através de um estilo a aprendizagem de forma significativa nos alunos, bem como o trabalho em equipe com os colegas para desempenharem um projeto educativo de forma coletiva.

O educador não é somente um agente determinado que reproduz conhecimento produzidos por outros, e sim alguém que assume sua prática a partir dos conhecimentos que ele possui, e dos conceitos que ele lhe dá através de sua própria atividade que mesmo estrutura e orienta (TARDIF, 2005).

O ato de ensinar, não é o mesmo que ser um professor, a atuação docente requer trabalhar com colegas de profissão com alunos que possuem sua própria capacidade de formular suas ideias, e pessoas de vários segmentos sociais, fazendo com que os profissionais da educação esteja presente em várias situações e não apenas em situações de ensino e aprendizagem.

A legislação brasileira junto com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação nº 9394/96, reconhece a importância da atuação dos docentes no processo de ensino aprendizagem e dedica especial atenção ao problema de formação de professores para a educação básica. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9. 394/96, art. 62:

A formação de professores para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

A LDB considera a formação continuada como direito de todos os profissionais que tenham vínculos com qualquer instituição de ensino, uma vez que está também propícia o desenvolvimento dos professores articulados com estes estabelecimentos e seus projetos.

Conforme Alarcão (2005), a formação continuada deve proporcionar o desenvolvimento da dimensão profissional na complexidade. Devendo dar conta da atualização inerente ao progresso dos conhecimentos científicos, não se limitando a ações de reciclagens acadêmicas, mas capitalizando a experiência profissional adquirida, a reflexão formativa e a investigação conjunta no contexto do trabalho.

### 2.2.2 A formação continuada e o papel do educador

Nos dias de hoje a busca pela qualificação está cada vez mais presente na vida dos profissionais, e no meio educacional não poderia ser diferente. Desta maneira os cursos de extensão, palestras e outros estão sempre ligados ao processo de qualificação profissional.

De acordo com Libâneo (1998) os momentos de formação continuada que levam professores a uma ação reflexão. Já que depois do desenvolvimento da sua prática, o professor poderá reorganizar e analisar pontos negativos e positivos das atividades por ele desenvolvidas, para então caso necessário reformular as atividades para um próximo momento.

As escolas da atualidade exigem do professor uma prática pedagógica que lhe auxilie no trabalho com alunos e com as séries de problemas que estão presentes no contexto da comunidade escolar. Behrens (1996, p. 24) “Na busca da

educação continuada é necessário ao profissional que acredita que a educação é um caminho para a transformação social”.

Nessa perspectiva a escola deve proporcionar o ambiente necessário para o aprendizado, o papel do professor sendo este profissional que tem contato com o aluno e levar o educando a um entendimento da importância do ato de aprender, assim como estimular a busca pelo conhecimento. A formação continuada passa a ser um suporte para que o professor consiga trabalhar e exercer a sua função diante da sociedade, tornando importante observar os reais motivos para que a formação ocorra, assim como analisar a melhoria que irá acontecer nas aulas de um profissional bem preparado.

Como sabemos a ação pedagógica é o momento de atuação do professor dentro de sua área de conhecimento, que pode vir a ser mais eficiente conforme a capacidade que este tem de assimilar os conhecimentos armazenados. É necessário que o professor desenvolva ações de acordo com o público que irá trabalhar, e delimitar o tema de estudo, que seus alunos consigam entender de maneira simples, e que sejam capazes de construir seus próprios conhecimentos.

O professor deve desenvolver as suas aulas de maneira sequenciada, propondo aos seus alunos vários jeitos adquirirem conhecimento, deve também utilizar os mais variados recursos para que suas aulas se tornem mais dinâmica e atraente. Cabe então ao educador manter-se sempre atualizado e qualificado para atender as necessidades de seus alunos.

O professor deve buscar uma ótima aula, dentro desta reflexão como Antunes (2013, p. 49) nos diz que “Uma aula é excelente, no Brasil ou em qualquer país do mundo, quando alcança com facilidade seu objetivo essencial, no caso “ajudar o aluno a construir a sua própria aprendizagem”.

De acordo com esse entendimento, o termo aula não se aplica somente à aula expositiva, mas a todas as formas didáticas organizadas e dirigidas direta ou indiretamente pelo professor, tendo em vista realizar o ensino e a aprendizagem, Em outras palavras, a aula é toda situação didática na qual se põe objetivos, conhecimentos, problemas, desafios, com fins instrutivos e formativos, que incitam as crianças e jovens a aprender (LIBÂNEO, 2013, p. 196).

### 2.2.3 O Educador e sua valorização

A valorização do profissional da educação está em vários temas proposto pelo PNE, de forma explícita ou implícita, e pode ser identificada com outros aspectos em especial com a formação. As metas 17 e 18 estão diretamente relacionadas a este tema.

A meta 17 discorre sobre a valorização do profissional do magistério e busca equiparar até o final de 2019 o rendimento médio dos docentes da educação básica pública ao rendimento dos demais profissionais de outras áreas com escolaridade equivalente.

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE” (PNE 2015-2019, p. 35).

A meta 18 assegura que no prazo de 2 (dois) anos devem existir planos de carreiras para os profissionais da educação básica e de os sistemas de ensino.

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal”. (PNE 2015-2019 p. 35).

A profissão do professor é conhecida há muito tempo. Porém o seu reconhecimento e sua valorização social enquanto profissão não tem avançado. A função que traz o profissional da educação à escola deveria ser a de mediador do conhecimento mas com os avanços da sociedade estão surgindo outras demandas para esta função, funções estas que deveriam ser desempenhadas por outros agentes da sociedade. As funções do educador estão sendo muitas vezes direcionadas para solucionar problemas de violência doméstica, de saúde, de higiene, estas demandas levam o professor a resolverem problemas em quatro horas semanais, e na maioria das vezes sem recursos humanos sem qualificação ou mesmo apoio da equipe pedagógica. Não se pretende tirar as responsabilidades do educador, mas sim expor aspectos importantes na relação ensino-aprendizagem, como buscar melhores condições para o sucesso escolar dos educandos.

Segundo Aranha (1996) “o papel de todos os educadores não é somente de transmitir o patrimônio cultural mas também participar da formação do homem e do cidadão”. O professor deixa de ser o transmissor de conhecimento e passa a ser o

mediador, reconhecendo e fazendo parte da vida de seus alunos, tornando-se referência pessoal e social.

Quando falamos de qualidade na educação não temos como desvincular as condições de trabalho do professor bem como sua preparação profissional. Conforme Aranha (1996) “e a educação, portanto que mantém viva a memória de um povo e dá condições para sua sobrevivência. Por isso dizemos que a educação é uma instância mediadora que torna possível a reciprocidade entre indivíduos e sociedade”.

O profissional da educação, necessita diante desta realidade desencadear reflexões e ações na sociedade para que este tenha condições de trabalhar com dignidade justiça.

## 2.3 A PRÁTICA PEDAGÓGICA AVANÇOS E LIMITAÇÕES

### 2.3.1 A prática pedagógica e a autonomia docente

A relação da autonomia entre o professor e o processo de aprendizagem pode ser compreendida de diversas abordagens. A autonomia segundo Contreras (2002) é uma procura e prática contínua, onde o professor se abre para compreensão e reconstrução da identidade profissional, para almejar uma relação de autonomia, é preciso que a educação tenha uma característica que não seja explosiva para que a autonomia seja vista como decisão reflexiva e como construção contínua.

Quando falamos de questão da ética e da educação o professor deve comunicar suas princípios e sonhos aos alunos respeitando-os diante de outras escolhas, visando um processo de autonomia na relação professor e aluno.

Conforme Freire (2014), o professor necessita insistir no seu processo de aprendizagem, refletir que ensinar não é apenas transferir conhecimento e nem somente aprendido por parte do professor e do aluno em suas razões de ser. Levando a refletir sobre a sua compreensão de educação e autonomia para que se estabeleçam as propriedades do processo pedagógico, para o professor a educação deve ser acima de tudo uma observação permanente, para modificar a sua atitude.

De acordo com Tardif (2002), o saber do professor esta, ligado com seu eu e sua relação em sala de aula, questionando o saber que serve para ele como base.

Explorando os conhecimentos que traz consigo, demonstrando suas habilidades que estão centradas em prática educativa.

Trabalharemos com a ideia de que a autonomia possibilitará a escola o poder para organizar seu trabalho de forma mais eficiente e mais democrática. Se levarmos esse pensamento para o trabalho docente, poderemos, então, compreender a autonomia como liberdade e poder que o professor tem para organizar seu trabalho de forma mais adequada com a sua realidade, conseguindo assim, melhores resultados, pode parecer interessante essa compreensão de autonomia, afinal é reconhecer que o professor está mais próximo de sua sala de aula, conhecendo melhor seus alunos. Por outro lado, esse conceito de autonomia pode intensificar o processo de responsabilização do professor pelos resultados, principalmente quando levado em consideração a organização não coletiva do trabalho escolar.

Existem alguns aspectos a serem considerados para compreendermos melhor o conceito de autonomia docente são: o relacionamento do professor com os seus pares, a divisão do trabalho e a questão do conhecimento; segundo Tardif e Lessard (2007), esses aspectos não são relevados em algumas pesquisas sobre a docência, mas para nosso estudo será fundamental, pois muitas vezes autonomia pode ser erroneamente entendida como isolamento, o que reforça a hierarquia docente e afasta o professor de decisões que o afetam e que são tomadas fora de sala de aula. Ainda nas palavras de Tardif e Lessard (2007)

[...] fechados em suas classes, os professores não têm nenhum controle sobre o que acontece fora delas; eles privilegiam, conseqüentemente, práticas marcadas pelo individualismo, ausência de colegialidade, o recurso à experiência pessoal como critério de competência, etc. Em suma, longe de estar se profissionalizando, constata-se que esses diferentes fatos levantam no fundo toda a questão da proletarização do trabalho docente ou, ao menos, de transformação de grupos de professores em equipes de executivos que não têm nenhum vínculo com as decisões que os afetam (TARDIF; LESSARD, 2007, p.27).

Essa ausência ou pouco envolvimento com as questões que ocorrem na escola, mas não necessariamente no interior da sala de aula, costuma ser constante na fala de alguns professores, não sendo raro ouvirmos depoimentos de professores que, ao discordar de alguma mudança administrativa ou mesmo proposta governamental, afirmam que “quem manda na minha sala, sou eu”; como se fosse possível isolar a sala de aula do espaço que está inserida assim como dos reflexos de decisões tomadas além de suas paredes.

Como vemos definir autonomia e conhecer como os professores a compreendem não é tarefa fácil, no entanto é algo sempre referenciado por diversos autores como os apontados ao longo do texto. Vale ressaltar que alguns autores como Ludke (2004) reconhecem a importância da autonomia do pensamento docente para enfrentar os problemas de seu trabalho na escola. Para a autora, essa deve ser uma preocupação dos cursos de formação de professores e poderá ser construída a partir de práticas que valorizem a pesquisa.

## 2.4 O PROFESSOR DO SÉCULO XXI

O Pedagogo que inicia na docência, traz consigo suas experiências teóricas, o qual julga serem adequadas para passar aos seus alunos, muitas vezes cópias de seus professores do período da graduação e pós-graduação, que marcaram sua formação, bons exemplos serão absorvidos por este novo professor, trazendo consigo um modelo de escola tradicional e tecnicista.

A formação pedagógica deste professor não é apenas um discurso de pesquisadores da educação, é uma realidade do novo perfil das instituições de ensino, dos alunos e dos anseios na formação dos alunos. Um professor que tem como base um bacharelado e busca uma formação para atuação docente, abre para si um novo universo para a vida acadêmica, no qual compreenderá que ser professor é muito mais que apenas dar aula e aplicar provas. O perfil do novo educador deve trazer as características que os novos paradigmas da educação buscam: capacidade reflexiva, atuação criativa para resolução de problemas que se apresentem na vida profissional, além dos saberes humanísticos fundamentais a sua atuação. No entanto, estes aspectos descritos no perfil do educador que se quer, não estão presentes nas salas de aula de grande parte das escolas de nosso país, seja pelo desejo das instituições de ensino que buscam apenas formar turmas e obter novos alunos, não se preocupando com a qualidade da formação, ou pela prática dos professores, que buscam um ensino pronto e acabado, não estimulando a reflexão de seus alunos, transmitindo um ensino fechado, centrado no professor como o detentor do conhecimento e tendo o aluno apenas como um espectador passivo, não trará os resultados esperados com relação ao cidadãos que se quer, reflexivos, críticos. Este modelo de ensino, ultrapassado, pode ser sintetizado por

Behrens (2013) de uma forma bem clara: “Referendada por uma visão cartesiana, a metodologia fundamenta-se em quatro pilares: leia, escute, decore e repita”. Este processo mecânico, no qual o aluno não interage, o professor não busca contextualizar os saberes teóricos, não sai do modo automatizado de ensino, leva a formação de uma pessoa que ao se deparar com uma situação diferente, encontrará dificuldade em buscar a solução deles. Ao falarmos da atuação do professor e suas práticas pedagógicas, não podemos deixar de destacar que as características pedagógicas tradicionais normalmente estão mais presentes nas escolas. As pesquisas na área da educação buscam uma reflexão da prática pedagógica, superando o paradigma tradicional na caminhada em direção a uma prática aliada ao paradigma inovador.

O professor com características tradicionais é aquele que:

[...] apresenta o conteúdo para seus alunos como pronto e acabado. Busca repassar e transmitir as informações de maneira que os alunos possam repetir e reproduzir o modelo proposto. Como dono da verdade, apresenta-se autoritário, severo, rigoroso e objetivo. Distante dos alunos, procura discipliná-los na sala de aula em nome da obediência, da organização e do silêncio. Apresenta os conteúdos de maneira fragmentada, com uma organização em partes, enfocando o conhecimento como absoluto e inquestionável. (BEHRENS, 2013, p. 42).

A forte presença do modelo de mão única: professor ensina e aluno aprende, professor domina e aluno busca nele o conhecimento, necessita ser superada. Nos dias atuais, em sala de aula, num instante o aluno pode pesquisar novas informações e acrescentar novos pontos de vista ao que ouviu em sala, ou seja, não há como manter esta linha de que o professor é a detentor do conhecimento e por este aspecto, ser um dominador do espaço da sala de aula, no qual deveria ser privilegiado a produção do conhecimento e não uma replicação dele.

Nos dias atuais a necessidade de formação continuada é característica daqueles que buscam uma atuação diferenciada em sala de aula. Hoje, com a evolução das tecnologias da informação, dos meios de comunicação e da facilidade no acesso às informações, o professor necessita buscar conhecimento e aprimoramento constante para uma prática pedagógica inovadora.

A mudança está, portanto, na postura do professor, voltado para um olhar ampliado e periférico das ações educacionais, mais dialético e menos cartesiano, verificando as possibilidades e buscando novas ferramentas, recursos tecnológicos e abordagens pedagógicas [...]. O desejável é um educador que vá além, saia da zona de conforto e inove, que “olhe para além da moldura” (MULLER; OLIVEIRA, 2013, p. 17).

Não basta ao docente do século XXI apenas repensar sua forma de atuação, se as ferramentas e os meios que continua utilizando na condução de suas aulas, não representam o novo pensar sobre a educação. Ressalta-se a necessidade da reflexão sobre a metodologia utilizadas nas aulas, uma vez que no modelo tradicional a aula pode ser vista como um momento de reprodução do conhecimento, tendo em vista as características deste aluno inserido num paradigma educacional tradicional. A prática pedagógica do professor que busca pelo novo modelo de educação necessita de um olhar que vise não apenas as aulas, mas assim uma forma de avaliação do processo pedagógico, na busca pela produção do conhecimento, e no relacionamento com os alunos.

O professor que atua com uma pedagogia inovadora possui algumas características que irão contribuir para sua prática pedagógica. Estas estratégias devem estar presentes no planejamento diário das aulas. Há algumas atitudes do professor que possibilitam o desenvolvimento da criatividade em sala de aula são: ouvir idéias que são diferentes das suas, encorajar os alunos a realizar seus próprios projetos; estimular o questionamento, dar tempo para aluno pensarem e para testarem suas hipóteses; estimular a curiosidade dos alunos; criar um ambiente sem pressões, descobrir e influenciar o potencial de cada aluno.

Um professor inovador e o que estimula a produção do conhecimento de seus alunos, dá autonomia para que aluno possa construir seu próprio aprendizado, deixando de lado o ensino com base apenas em livros e aulas com a exposição dos conteúdos. Ao refletirmos sobre o nosso papel, entendendo que a didática vai além da prova e do quadro, a prática pedagógica do professor deve ser motivo para atualização constante, busca de novas informações, saberes, estratégias. Esse professor (BEHRENS, 2013):

[...] passa a ter uma nova proposição pedagógica em que se torna o articulador e o orquestrador do processo pedagógico. Atua em parceria com os alunos, propõe atendimento diferenciado, frequenta biblioteca e laboratórios de informática junto com os estudantes. Abre os laboratórios historicamente chaveados no sistema escolar vigente, torna a escola um espaço aberto para criação, provoca situações desafiadoras, instiga o aluno a buscar e investigar novos caminhos, acolhe os estudantes que passam a frequentar a escola também em horários alternativos, motivando a revolução dos meios acadêmicos reprodutivos (BEHRENS, 2013, p. 110).

Perrenoud (2000), aponta que é necessário que o docente busque o domínio de competências técnicas profissionais capazes de possibilitar uma mudança de

concepção que venha de encontro as necessidades educacionais deste milênio. Dentre estas estão as competências básicas que cabem ao educador:

- Organizar e animar situações de aprendizagem;
- Gerir a progressão das aprendizagens: conceber e gerir situações-problema ajustadas aos níveis e possibilidades dos alunos;
- Conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação: gerir a heterogeneidade dentro de uma classe;
- Implicar os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho: suscitar o desejo de aprender, explicitar a relação com os conhecimentos, o sentido do trabalho escolar e desenvolver a capacidade de auto avaliação na criança;
- Trabalhar em equipe: elaborar um projeto de equipe, representações comuns;
- Participar da gestão da escola: elaborar, negociar um projeto da escola;
- Informar e implicar os pais: animar reuniões de informação e de debate;
- Utilizar tecnologias novas: utilizar softwares de edição de documentos;
- Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão;
- Gerir sua própria formação contínua.

É através da tecnologia com suas infinitas inovações, tanto nos meios de produção como de entretenimento e de relações interpessoais que vemos que exercer a atividade de professor é muito diferente do que era tempos atrás. Essas inovações exigem cada vez mais profissionais capacitados humana e profissionalmente, capazes de ingressar, atuar e se manter num mercado de trabalho extremamente competitivo. Os professores dos dias atuais precisam reencontrar estímulos no interior de seu trabalho, precisam investir no desenvolvimento profissional, individual e coletivo, criando condições que permitam basear a sua carreira docente no mérito e na qualidade de trabalho promovendo assim o prestígio e a valorização da carreira.

O professor do século XXI precisa ter conhecimentos teóricos além das disciplinas a que se propõe trabalhar e ter uma prática pedagógica diversificada de ensino. Ser professor no século XXI é desenvolver os conteúdos de modo contextualizado, globalizado e diversificado o suficiente para envolver os alunos num projeto de ensino aprendizagem que seja capaz de despertar interesse e motivação, e saber desenvolver práticas de ensino que atendam à diversidade dos processos de aprendizagem dos alunos contemplando às necessidades individuais num trabalho coletivo de construção de conhecimento.

## 2.5 A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

Nos dias atuais, ocorreram diversas mudanças na sociedade e no mundo o rápido desenvolvimento da sociedade técnica informacional, atingiu em cheio o mundo do conhecimento, levando a sociedade a repensar a dicotomia entre o pensar e o fazer, proporcionando inúmeros questionamentos sobre a arte de ensinar. A educação neste novo cenário, é vista como um instrumento imprescindível para as demandas desse novo contexto social.

Dentro deste novo contexto econômico, surge debate sobre o papel da educação em reorientar seus processos pedagógicos para lidar com a emergência deste novo paradigma. Jacques Delors, presidente da Comissão Internacional de Estudos sobre a Educação para o século XXI, em seu relatório para UNESCO relata que o mundo está cheio de injustiças sociais e econômicas, o que deixa a sociedade exposta aos riscos causados pelos desentendimentos étnicos e entre nações, ocorrendo uma crescente independência dos povos no processo de globalização dos problemas, o relatório destaca ainda essência da questão é aprender a viver juntos nesta “aldeia global”, se não somos capazes de viver nas comunidades naturais a que pertencemos: nação, região, cidade, aldeia, vizinhança (Delors 2006, p 14).

O autor destaca ainda que um dos maiores desafios da atualidade, onde as pessoas buscam raízes e referências nas ideias de paz, democracia, liberdade e justiça social a educação nesse sentido passa a ser o grande trunfo, pois contribui para um mundo melhor, possibilitando o desenvolvimento contínuo das pessoas e da sociedade em geral. Para Delors (2006) o alcance dessa realidade devemos ultrapassar as principais tensões que não sendo novas, constituem a essência da problemática do século XXI.

- A tensão entre o global e o local: torna-se, pouco a pouco, cidadão do mundo sem perder as suas raízes e participando, ativamente, na vida do seu país e das comunidades de base;
- A tensão entre o universal e o singular: a mundialização da cultura e a individualidade da pessoa;
- A tensão entre tradição e modernidade tem origem na mesma problemática: adaptar-se sem se negar a si mesmo, construir sua autonomia com liberdade;

- A tensão entre as soluções a curto e longo prazo, tensão eterna: respostas e soluções rápidas, mas algumas vezes os problemas necessitem de soluções pacientes a longo prazo, necessitando da concertação e negociação das reformas a executar. As políticas educativas são, precisamente, uma área em que esta estratégia se aplica;
- A tensão entre a indispensável competição e o cuidado com a igualdade de oportunidades: dar ao ser humano os meios de poder realizar todas as suas oportunidades, atualizar o conceito de educação ao longo da vida, de modo a conciliar a competição que estimula, a cooperação que reforça e a solidariedade que uni;
- A tensão entre o extraordinário desenvolvimento do homem dos conhecimentos e as capacidades de assimilação pelo homem: condições de preservar os elementos essenciais de uma educação básica que ensine a viver melhor, através do conhecimento, da experiência e da construção de uma cultura pessoal;
- E finalmente a tensão entre o material e o espiritual: o mundo tem sede de humanidade e de valores morais, cabendo a educação a tarefa de despertar em todos o ideal de respeito, e pluralismo de ideais, elevando assim o pensamento e o espírito para o universal;

No relatório encaminhado para a UNESCO, a Comissão Internacional de Estudos sobre a Educação para o Século XXI, o relatório destaca que para se dar uma resposta a esse conjunto de missões, a Educação deve ser organizada de acordo com quatro grandes pilares sobre os quais deve se apoiar a educação do planeta a partir de então: Aprender a conhecer (adquirir cultura geral ampla, dominar um reduzido número de assuntos, construir uma educação permanente, com bases para o aprendizado ao longo de toda vida) , aprender a fazer (além da aprendizagem de uma profissão, deve preparar o indivíduo para enfrentar numerosas situação), aprender a conviver (cooperação uns com os outros, estimular a participação em atividades sociais)e aprender a ser, todo o ser humano deve ser preparado para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo que possa decidir por si mesmo, como agir nas diferentes circunstancias da vida (DELORS, 2006 p. 90 a 100).

Para que os quatro pilares da educação sejam desenvolvidos, é necessário que a escola conte com a participação dos professores, pois estes serão capazes de

proporcionar aos alunos as oportunidades para adquirirem tais aprendizagens. Perrenoud (2002) compreende que a educação e suas finalidades formam uma questão nacional, devendo ficar clara a forma como se dará, ou seja, democrática ou como instrumento de reprodução de desigualdades e de sujeição. Ainda segundo o autor, o propósito da educação e a competência do professor não podem ser dissociadas, o papel desempenhado pelo professor deve estar de acordo com os propósitos da escola.

O conceito de educação que aparece no século XXI, deve ultrapassar a distinção do tradicional, com objetivos basicamente voltados para o conhecimento, e deve ater-se para uma educação voltada especialmente para dar respostas aos desafios de um mundo em rápida transformação, chamando atenção para a reelaboração dos conhecimentos e habilidades aprendidos e a produção de novos conhecimentos, o que ocorre através da interação professor-educando. A educação deve criar ações que levem a reflexão crítica, a curiosidade científica, e investigativa, considerando a realidade dos educandos o professor deverá planejar suas metodologias de ensino com atividades estimulem a criatividade de seus alunos.

Compete a educação enquanto sistema sociopolítico-cultural de uma nação, esclarecer aos jovens o histórico cultural, religioso das diferentes ideologias sociais que envolvem a escola e a sala de aula, assim como os instrumentos de formação e organização que visam sobre tudo as práticas escolares ao longo de toda a vida, ressaltando que a educação deve valorizar o pluralismo cultural, bem com desenvolver atividades que trabalhem os preconceitos raciais, fatores de violência e de exclusão que devem ser combatidos através de informações mútuas sobre a história e os valores das diferentes culturas.

Cavalcante (2000) explica que a Educação Brasileira ao longo de sua história, teve várias formas de se organizar, dividindo-se em graus de ensino que receberam diferentes denominações como: primário, secundário e superior, ou 1º, 2º e 3º grau; atualmente conforme a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB), Lei nº 9.394/96, o ensino passou a ser organizado por níveis escolares:

- Educação Básica, tem como finalidade a formação comum para o exercício da cidadania e para progredir no trabalho. Está inclusa a Educação Infantil, que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade

- O Ensino Fundamental, objetiva a formação básica do cidadão, e obrigatório e gratuito nas escolas públicas, com duração de oito anos;
- O Ensino Médio, etapa final da formação básica, tem duração mínima de 3 anos, habilitando o prosseguimento dos estudos, e que ainda poderá preparar para o exercício de profissões técnicas.
- E Ensino Superior, ministrada em instituições de ensino superior, pública ou privada com abrangência para várias especializações, abertas para candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente.

Nas últimas décadas o ensino superior tem demonstrado vários modelos de educação que pressupõe a atuação do professor como predominantemente técnico, as ações são evidentemente instrumental, fundada por princípios e técnicas científicas. Partindo do princípio de que as Instituições de Ensino Superior (IES) são em parte as responsáveis pela formação do cidadão e por prepará-lo para o trabalho, ao longo dos tempos essa prática está se alterando para duas práticas bem distintas: uma com enfoque tradicional e outra com uma visão mais voltada para a prática reflexiva.

Na atual conjuntura das Instituições de Ensino Superior (IES) o ensino está sendo concebido de forma conceitual e sem nenhuma teoria investigativa, facilitando a reprodução de vícios e mitos, causando assim o esfacelamento do pensamento pedagógico, bem como a falta de interesse dos docentes e dos alunos, a prática educativa reflexiva tem buscado fazer um novo papel na educação dando ênfase para investigação no processo interativo com novos pensamentos e ações no que diz respeito à tomada de decisões, na atividade prática do professor quanto prático-reflexivo.

Nas últimas décadas com fenômeno da globalização nas atividades científicas e tecnológicas, tem feito surgir muitas demandas a sociedade, e com a educação não poderia ser diferente, a educação tem, pois, uma especial responsabilidade na edificação de um mundo mais solidário, e em muitos casos os professores estão de mostrando despreparados para acompanhar tais mudanças, o que tem gerado muitas discussões e publicações sobre os aspectos que envolvem a educação, como as mudanças necessárias nos projetos educativos, formação inicial e continuada de professores, e a necessidade de se criarem projetos comuns com valores partilhados.

No século XXI, segundo Morin (2006) o ser humano deverá ser visto em toda a sua complexidade bipolarizada e antagônica, isto é: sábio e louco, trabalhador e lúdico, empírico e imaginário, econômico e consumista, prosaico e poético. “A missão da educação do futuro é ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia de solidariedade intelectual e moral da humanidade” (MORIN, 2006, p. 93).

## 2.6 HIPÓTESES

Como ocorre a implementação da políticas públicas educacionais na rede de ensino municipal?

### **Primeira Hipótese Investigativa:**

“HI” As Políticas públicas educacionais na rede de ensino. Infelizmente ainda é muito precária pois o Município de Sapucaia – PA, ainda não possui esses programas educacionais que direcionem a formação continuada dos profissionais da rede.

De que maneira a formação docente ocorre no espaço educacional?

### **Segunda Hipótese Investigativa:**

“HII” No Município ocorre apenas uma formação no início do ano letivo, onde um professor orientador trabalha um tema através de palestras, realizadas para todos os professores do município de Sapucaia – PA.

Como a práxis pedagógica é desenvolvida pelos educadores da rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA no período de 2017?

“HIII” como não ocorre formação continuada de docente, eles desenvolvem suas atividades pedagógicas através de suas vivências, procurando sempre novas técnicas para um bom desenvolvimento do seu trabalho.

### 3 MARCO METODOLÓGICO

Nesta parte da pesquisa, apresenta-se os procedimentos metodológicos que são adotados no decorrer da atividade de pesquisa. Agindo assim, possibilita-se compreender em quais ideias o estudo se fundamenta para se realizar, visando a resolução do problema de pesquisa nas páginas subsequentes.

#### 3.1 TIPO DE ESTUDO

Esta pesquisa é um estudo de caso descritivo qualiquantitativo, porquanto o autor já conhece inúmeros elementos característicos do objeto investigado, ao mesmo tempo em que faz uso de ferramentas metodológicas de natureza qualitativa e quantitativa com igual rigor (BARBOSA, 2010), que mais adiante será explicado do melhor modo.

Os estudos de caso são pesquisas de natureza experimental que vislumbram uma problemática ampla explorando um recorte espacial, populacional e ou temporal, isolada e ou conjuntamente (LAKATOS; MARCONI, 2007). Aliás, é isto que se processa aqui.

#### 3.2 ABORDAGEM DE PESQUISA

Nesta pesquisa, adota-se como abordagem de pesquisa o Horizonte Qualiquantitativo. Agindo assim, é possível explorar ao máximo o objeto investigado, oferecendo novas perspectivas aos resultados que se deseja na investigação proposta (BARBOSA, 2010).

A Abordagem de Pesquisa é o horizonte teórico que determina de que maneira o pesquisador estudará o objeto investigado. Ou seja, qual será o seu proceder ao coletar, ler, analisar, compreender e apresentar os dados de uma pesquisa em particular. Dito de outro modo: é a estratégia de estudo para que tudo se realize do melhor jeito, explorando todos os recursos disponíveis (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Como a intenção aqui é explorar ao máximo a problemática proposta, urge utilizar todas as possibilidades epistemológicas inerentes à qualidade do material

coletado no trabalho de campo. Por isto, a abordagem de pesquisa que aqui se adota é o Horizonte Quali quantitativo. Assim se sucede porque esta perspectiva teórico- metodológica proporciona, de uma só vez, mensurar e avaliar em âmbito teórico- indutivo a problemática apresentada, quantificando elementos úteis a resolução dos objetivos propostos.

### 3.3 O CAMPO EMPÍRICO

A educação brasileira sofre com as péssimas estatísticas que apontam o fracasso escolar. E para buscar solução a essa deficiência em terma da qualidade do ensino público brasileiro e que o governo vem investindo em políticas públicas educacionais que promovam a melhoria da educação brasileira.

E neste sentido que surge a necessidade investigativa dessa pesquisa em busca investigar como ocorre a implementação das Políticas públicas educacionais diante da Formação continuada como elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA, no período de 2017? Uma vez que observa-se que os municípios brasileiros e entre ele o município de Sapucaia invertem em formações docente para que professores direcionem sua prática pedagógica e possibilitem a inserção metodológica inovadora que motivem os alunos diante de sua formação.

Mesmo com formações educacionais aos profissionais da área educativa os desafios frente o termo qualidade ainda é um grande desafio, e nesta perspectiva direciona-se este estudo para analisar como as políticas públicas educacionais entre elas a formação continuada vem sendo desenvolvida para os educadores e se estas são realmente elemento formador da prática pedagógica reflexiva perante a formação do aluno no que concerne à qualidade do ensino aprendizagem.

Portanto, se faz necessário compreender como o município de Sapucaia está organizado. Para iniciar essa caracterização é de grande valia relembrar o surgimento da cidade se Sapucaia, na qual a escola está situada. A região que hoje compõe município começou a ser povoada por volta da década de setenta, região essa que na época era integrada ao município de Conceição do Araguaia, situado no sul do Pará.

Sapucaia se afirmou como município autônomo através da Lei Estadual Nº 5.961, de 24 de abril de 1996, sancionada pelo governador Almir Gabriel, deixando de fazer parte do município de Xinguara, tendo gestão própria. A instalação oficial deu-se no dia 01 de janeiro de 1997, com a posse do prefeito, Sr. José Augusto Marinho, seu vice e vereadores, eleitos no pleito municipal de 03 de outubro de 1996.

O município de Sapucaia pertencente ao estado do Pará tem sua localização à latitude 06º56'50" sul e à longitude 49º40'56" oeste, com altitude de 190 metros. Pelo último censo do IBGE em 2012 o município tinha um número populacional estimado em 5.236 habitantes. O nome Sapucaia é derivado da origem geográfica destacado pela flora da região onde a muitas árvores de sapucaia que predomina o solo de sapucaia.

O município de Sapucaia é marcado pela exploração madeireira que acaba provocando a imigração para esta região. Assim muitas pessoas migraram para tentar a sorte neta região e acabaram por povoar o município.

Assim o município se emancipa e organiza sua gestão entre ela a preocupação com a área educacional. Sendo um processo lento a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta, foi a primeira escola a ser criada no município no ano de 1974. A instituição tinha 23 alunos, sendo atendidos em regime de multi- seriado (do 1º ao 5º ano), funcionando em um barraco de tábuas, de chão batido e coberto de palha. Escola esta que foi o elo para a organização da educação no município.

A educação se estende na área rural e na sede que podemos chamar de perímetro urbano. Na área rural a educação se faz representar em três escolas que funcionam em regime de multisseriado, sendo elas:

Escola Municipal de Ensino Fundamental Orlando Quagliato, construída no ano de 1997, na Fazenda Rio Vermelho;

Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Catette Pinheiro, construída na década de 80, na Fazenda Colorado;

E a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom José Gomes, fundada no ano de 2007 às margens da BR-155, no Acampamento João Canuto.

No perímetro Urbano ou sede do município funcionam três instituições de ensino sendo elas:

Creche Alegria do Saber, atendendo crianças de 0 a 3 anos, fundada no ano de 2003;

Núcleo de Educação Infantil José Augusto Marinho, que atende crianças de 4 a 5 anos, fundada no ano de 1997;

E a escola sede – Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta, na qual estão anexadas todas as outras escolas e atendendo as turmas do primeiro ao nono ano.

Neste contexto a pesquisa será direcionada a rede de ensino educacional publica de Sapucaia em que será fenômeno de estudo os docentes, coordenadores e gestores tanto da área urbana como rural. (pesquisa realizada somente na área urbana, na escola Jose de Anchieta).

A escola Mul. Ens. Fund. M Orlando Quagliato, está localizada na Fazenda Rio Vermelho, a 30 km de Sapucaia. A escola conta com um prédio em boas condições com 1 sala de aula, 1 biblioteca, 1 cantina, 2 banheiros e playground com balanço e escorregador, a turminha do jardim estuda no pátio da cantina. A escola oferece a Educação Infantil e o Ciclo de Alfabetização Jardim I e II e 1º, 2º e 3º ano, estão matriculados 41 alunos, em sistema de Multisseriado com 2 professoras uma com Jardim I e II e a outra com 1º, 2º e 3º, ambos no horário vespertino.

A escola Mul. Ens. Fund. D. José Gomes, está localizada no Assentamento João Canuto II, a 45 km de Sapucaia. A escola conta com um prédio em boas condições a escola conta com 2 salas de aulas, 1 cantina, 1 pátio coberto, 1 biblioteca, 1 secretaria e 2 banheiros minúsculos e ruins. A escola oferece a Educação Infantil e o Ciclo de Alfabetização Jardim I e II e 1º, 2º e 3º ano, estão matriculados 37 alunos matriculados, a escola funciona em 2 turnos com 4 professoras, fazem parte do quadro além das professoras 02 vigias, 02 merendeiras e 02 serventes.

A escola Mul. Ens. Fund. Catete Pinheiro, está localizada na Fazenda Colorado, a 27 km de Sapucaia. A escola conta com um prédio em boas condições 1 (uma) sala de aula, 1 banheiro, 1 cantina, e playground com balanço e escorregador. A escola oferece a Educação Infantil e o Ciclo de Alfabetização Jardim I e II e 1º, 2º e 3º ano, estão matriculados 24 alunos, em sistema de Multisseriado com 2 (duas) professoras uma com Jardim I e II e a outra com 1º, 2º e 3º, ambos no horário vespertino.

As escolas da Zona Rural contam ainda 1 coordenador, que trabalha de forma itinerante, realizando uma visita semanal a cada escola, fazendo visitas às escolas em dias alternados este faz o elo das escolas da zona rural com a escola Sede. A coordenação neste período providencia as solicitações das escolas junto a SEMEC, faz reuniões com as equipes escolares e realiza sondagem de aprendizagem bimestral com os alunos fazendo relatórios mensais das visitas com cópias para a direção da escola sede e diretoria de ensino.

A escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta, ocupa um espaço grande, está estruturada em 3 pavimentos. Sendo 16 salas de aula 2 salas de coordenação, 1 sala dos professores, 1 sala que fica o consultório odontológico, 1 sala da direção 1 sala que fica a secretaria da escola. A escola atende a 1339 alunos do ensino fundamental, distribuídos em 3 turnos. No turno matutino e vespertino atende estudantes do 1º ao 9º ano, no período noturno atende a 1º e 2ª etapa e 3º e 4ª etapa da EJA. No primeiro pavimento temos 2 salas de aulas, 1 sala que funciona a secretaria da escola, no segundo pavimento estão localizadas 8 salas de aula, 1 sala da coordenação, 1 sala dos professores, no terceiro pavimento estão 6 salas de aula, 1 consultório dentário, os banheiros masculinos e femininos, o refeitório da escola.

O corpo docente é constituído por professores da que moram na cidade, que em sua maioria possuem graduação e especialização em sua área de atuação, os demais estão em processo de graduação. Em relação aos estudantes, todos estão regularmente matriculados e residem nos bairros próximos e no período vespertino a grande maioria vem zona rural. Em conversa com os professores notou-se que muitos estudantes têm apresentado dificuldades de leitura, interpretação e compreensão de texto. Há também casos de indisciplina e descompromisso com os estudos.

### 3.4 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo desta pesquisa é formado por apenas 13 (treze) elementos. Considerando-se isto, indica-se que a estratégia amostral é de âmbito não-probabilístico (BARBOSA, 2010). Inclusive, considerando-se a pequena amplitude do universo, o tipo de amostra que aqui se adota é a amostragem censo. Neste tipo

de amostragem, o tamanho final da amostra escolhida para análise do objeto investigado é igual à amplitude final do universo investigado (LAKATOS; MARCONI, 2010).

A priori, a escolha por esta estratégia amostral se justifica pela pequena amplitude, ou seja, pelo tamanho diminuto do universo investigado. Aliás, como universo, entende-se aqui o conjunto de todos os elementos que possuem pelo menos uma característica em comum, no caso pessoas que trabalham na unidade escolar pesquisada. Com isto, impossibilita-se o uso do cálculo estatístico para a seleção de uma quantidade justa de elementos para observação experimental, pois o universo de pesquisa é de natureza não-probabilística. Para universos não-probabilísticos, a melhor estratégia disponível é explorar o procedimento amostral que melhor equacione a problemática proposta ao termino de tudo (BARBOSA, 2010). Para tanto, se faz necessário avaliar todos os recursos disponíveis, no intuito de seguir o melhor caminho. No caso aqui é amostragem do tipo censo porque, além de possibilitar uma visão completa da população investigada, é um procedimento que exigirá para isto uma pequena quantidade de recursos ao fim de tudo (LAKATOS; MARCONI, 2010).

### 3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de Coleta de Dados, adotam-se três questionários, os quais serão preenchidos pelos entrevistados de forma assistida, ou seja, com o necessário suporte do pesquisador. Agindo assim, é possível explorá-lo ao máximo, reduzindo prováveis erros no entendimento de cada uma das questões apresentadas.

### 3.6 MÉTODO DE LEITURA, ANÁLISE E COMPREENSÃO DOS DADOS COLETADOS

O método de leitura, de análise e de compreensão dos dados coletados deverá corresponder à abordagem de pesquisa anteriormente descrita nas suas duas vertentes básicas. Afinal a leitura, a análise e a compreensão de todos dados coletados numa atividade de campo exige consonância à perspectiva teórico-

epistemológica. Por consequência, de nada adiantará colher uma grande quantidade de informações, através dos mais variados e mirabolantes métodos, se não sabe usá-los com inteligência (BARBOSA, 2010).

### 3.7 MÉTODO DE APRESENTAÇÃO DE DADOS

Todas as informações coletadas serão tabuladas no Editor de Planilhas Excel, obedecendo aos preceitos básicos da Escala Likert, ao mesmo tempo em que respeitam o método teórico-indutivo. Este procedimento corresponde ao horizonte qualiquantitativo que aqui se adota na realização de todas as atividades. Agindo assim, com certeza a investigação proposta cumprirá o seu papel informando com qualidade, respeitando-se a horizonte de pesquisa escolhido (BARBOSA, 2010).

Apresentar os resultados de uma pesquisa é o coroar todas as ações anteriores executadas. O seu intuito é divulgar o conhecimento para que experiências sejam compartilhadas. Com isto, o eixo teórico do tema estudado reforça as suas bases, comprovando hipóteses e ou refutando teorias prévias. A apresentação deverá ser didática para que o resultado da investigação seja compreendido por qualquer pessoa que acesse a apresentação dos dados (LAKATOS; MARCONI, 2007, 2010).

## 4 MARCO ANALÍTICO

Nesta parte da pesquisa, apresenta-se os resultados gerais do trabalho de campo realizado na unidade escolar pesquisada. Para tanto, adota-se um roteiro de apresentação adequado aos objetivos específicos do estudo. Ou seja, em cada uma das seções seguintes é trabalhado um dos objetivos previamente estabelecidos.

### 4.1 APRESENTAÇÃO DO PERFIL PESSOAL, PROFISSIONAL, INTERACIONAL E MOTIVACIONAL

Na primeira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Qual o seu gênero? Para esta questão, foram dispostas 3 (três) alternativas: “Homem”; “Mulher”; e “Outros”. Com isto, estão resumidos abaixo os seguintes resultados no gráfico a seguir:

**Gráfico 1- Gênero dos entrevistados. Fonte: Dados da Pesquisa (2017).**



Como se observa no Gráfico 1, entre as três possibilidades de resposta duas delas foram escolhidas pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Sendo assim, 8% deles afirmaram que são homens; e os outros 92% disseram que são mulheres. Com esta resposta, observa-se que a unidade escolar pesquisada apresenta um perfil de gênero com uma inequívoca predominância feminina.

Naprática, este resultado conjectura o que já se visualiza com maior frequência em atividades de ensino dos primeiros anos da educação básica, isto é, no Fundamental I mediante a presença maciça de professoras.

Prosseguindo, na segunda pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Qual a sua idade? Para esta questão, possibilitou-se aos entrevistados escreverem as suas próprias respostas. Sendo assim, no quadro a seguir estão dispostos os seguintes resultados:

**Tabela 1 - Distribuição das idades.**

DISTRIBUIÇÃO DAS IDADES	
FREQÜÊNCIAS	
<b>27, 28, 30, 32, 32, 34, 36, 36, 38, 42, 45, 50 e 52.</b>	
IDADE MÉDIA	<b>37,07 anos.</b>

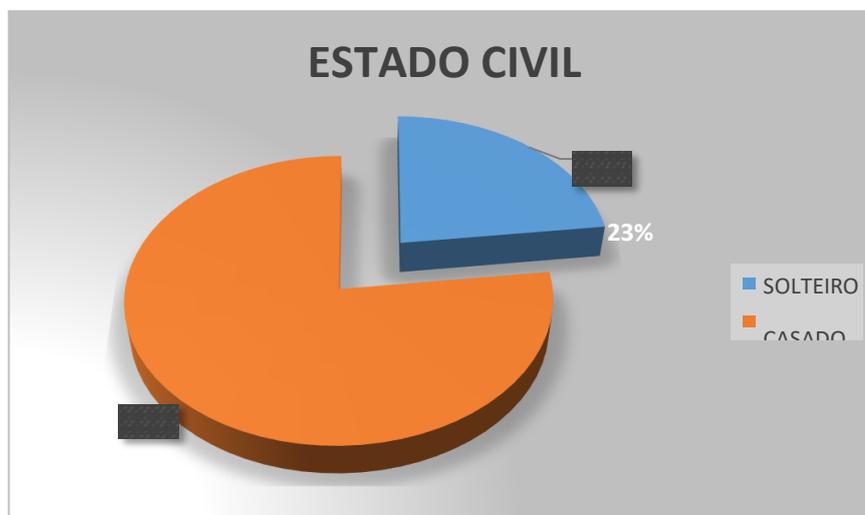
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Quadro 1, a pessoa mais nova entrevistada no decorrer da atividade de campo realizada na escola pesquisada afirmou ter no momento 27 anos, enquanto a mais velha disse que já tem 52 anos de idade. A idade média dos entrevistados ficou em 37,07 anos. Diante destes resultados, observa-se que estes profissionais são adultos com certa experiência de vida.

Apesar de prevalecer a presença de adultos jovens como professores na escola investigada, é importante ressaltar a presença de pessoas com idades superiores aos

40 anos. Nestas condições, é admissível cogitar que os resultados que aqui se apresentam indicam que os profissionais de ensino que atuam na escola investigada no ato da pesquisa de campo possuem boa experiência. De qualquer modo, isto só será comprovado mais adiante.

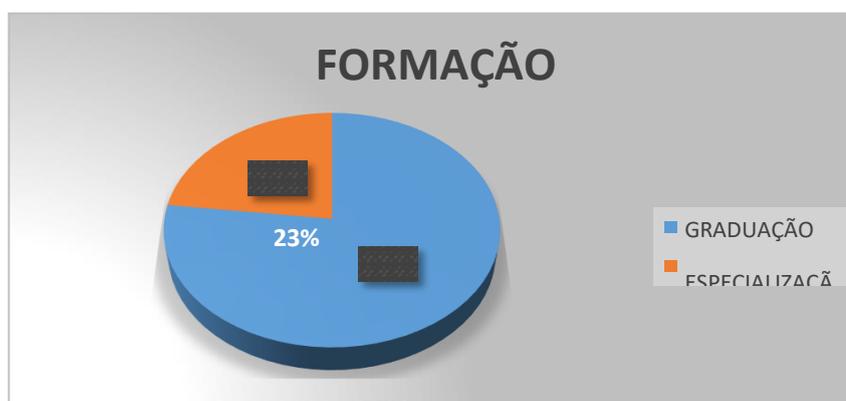
Na terceira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Qual o seu estado civil? Para esta questão, foram dispostas 3 (três) alternativas: “Solteiro”; “Casado”; e “Outros”. Nestas condições, estão resumidos, no gráfico a seguir, os seguintes resultados abaixo:

**Gráfico 2 - Estado civil.**

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se ressalta no Gráfico 2, entre as três possibilidades de resposta duas delas foram escolhidas pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Deste jeito, 23% deles afirmaram que ainda são solteiros; e os outros 77% disseram que já se encontram casados. Com esta resposta, observa-se que a unidade escolar pesquisada apresenta um perfil de gênero com uma inequívoca predominância feminina.

Na quarta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Qual a sua formação? Para esta questão, foram dispostas 5 (cinco) alternativas: “Graduação”; “Especialização”; “Mestrado”; “Doutorado”; e “Pós-Doutorado”. Isto dito, estão abreviados os seguintes resultados abaixo no gráfico a seguir:

**Gráfico 3 - Formação.**

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se ressalta no Gráfico 3, entre as cinco possibilidades de resposta duas delas foram escolhidas pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Deste jeito, 23% deles afirmaram que possuem especialização; e os outros 77% disseram que são graduados. Com esta resposta, observa-se que a unidade escolar pesquisada apresenta um grupo de professores interessados em melhorar academicamente.

Na quinta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Há quanto tempo você atua na área de educação? Para esta questão, possibilitou-se aos entrevistados, mais uma vez, escreverem as suas próprias respostas. Sendo assim, estão dispostos os seguintes resultados no quadro a seguir:

**Tabela 2 - Distribuição do tempo de serviço.**

DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO	
FREQÜÊNCIAS	
<b>2, 2, 4, 5, 5, 6, 6, 8, 8, 10, 12, 16 e 20.</b>	
TEMPO MÉDIO	<b>8 anos.</b>

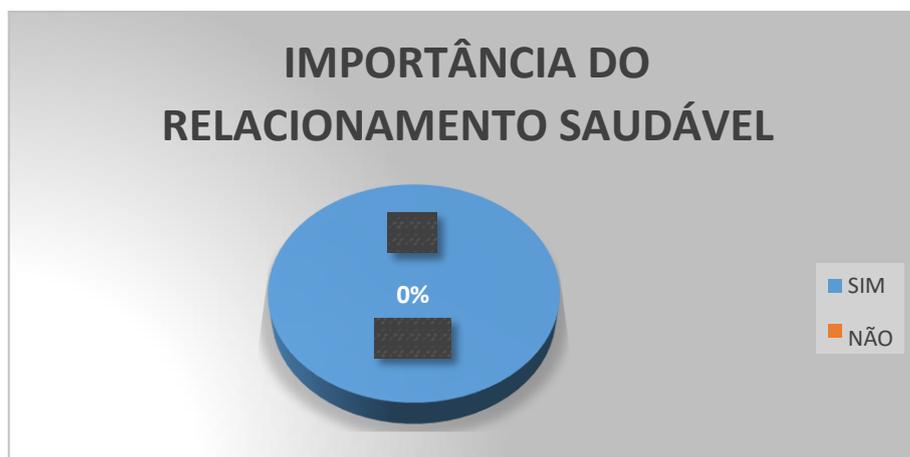
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se nota no Quadro 2, a maioria dos entrevistados se declaram com um tempo de serviço igual ou superior a 8 (oito) anos de trabalho na área de educação, porquanto 7 (sete) dos 13 (treze) entrevistados assim se declararam. Além disto, os outros 6 (seis) entrevistados se declaram com um tempo de serviço igual ou inferior aos 6 (seis) anos de trabalho na área de educação. Com isto, é possível afirmar que os resultados que aqui se apresentam realmente são um indicativo prévio que os profissionais de ensino que atuam na escola investigada já possuem uma boa experiência de trabalho, como já se cogitava na análise dos resultados que estão expressos no Quadro 1.

Na sexta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Para você, é importante se relacionar de forma saudável com os seus colegas de trabalho e com os seus alunos na escola investigada? Para esta questão, foram dispostas 2 (duas)

alternativas de natureza dicotômica: “Sim”; e ou “Não”. Além disto, foi pedido, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Por consequência, estão sumariados os seguintes resultados abaixo no gráfico a seguir:

**Gráfico 4 - Importância do relacionamento saudável**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

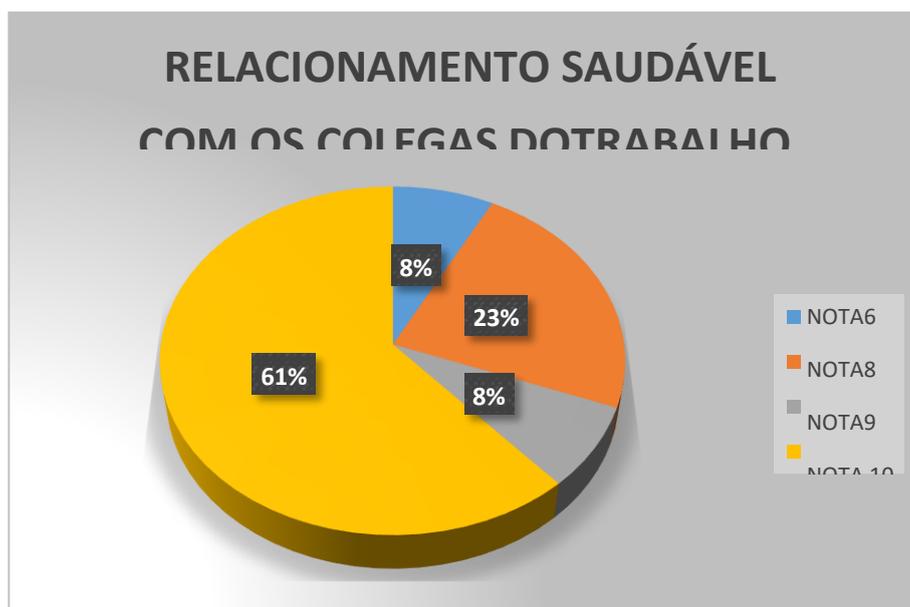
Como se ressalta no Gráfico 4, entre as duas possibilidades de resposta apenas uma foi escolhida pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Deste jeito, 100% deles afirmaram que é importante relacionar-se de forma saudável com os seus colegas de trabalho.

Como pedido, foram apresentadas as seguintes justificativas pelos educadores entrevistados na atividade de pesquisa realizada na unidade escolar: 1º “Trabalhar em um ambiente amigável favorece o aprendizado dos discentes”; 2º “Quando se relaciona bem, tudo vai bem”; 3º “Só assim podemos desempenhar um bom trabalho”; 4º “Resultados acontecem quando o ambiente é saudável”; 5º “Ter um ambiente harmonioso é mais agradável”; e 6º “É essencial manter um bom relacionamento para alcançarmos êxito em nosso meio” [na atividade de ensino].

Na sétima pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto você se relaciona de forma saudável com os seus colegas de trabalho? Para esta questão, foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. É importante frisar que foi apresentada aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Além disto, foi pedido, uma justificativa pela resposta escolhida, se o

entrevistado julgasse necessário. Diante disto tudo, estão sumariados os seguintes resultados abaixo no gráfico a seguir:

**Gráfico 5 - Relacionamento saudável com os colegas do trabalho.**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se ressalta no Gráfico 5, entre as dez possibilidades de resposta quatro delas foram escolhidas pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Deste modo, a nota “6” (seis) ficou com 8%, a nota “8” (oito) ficou com 23%, a nota “9” (nove) ficou com 8% e a nota “10” (dez) ficou com 61%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “10” (dez) para uma nota valor “6” (seis).

Além disso, apresentam-se os seguintes resultados na tabela seguinte:

**Tabela 3 - Relacionamento saudável com os colegas do trabalho**

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 6	6	1	<b>6</b>
NOTA 8	8	3	<b>24</b>
NOTA 9	9	1	<b>9</b>
NOTA 10	10	8	<b>80</b>
TOTAL GERAL		<b>119</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>91,53%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se enfatiza na Tabela 1, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 119 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 91,53% das ocasiões. Com este resultado, constata-se que o relacionamento saudável com os colegas do trabalho é uma premissa importante para a qualidade geral do ensino pela perspectiva dos educadores entrevistados.

Como pedido, foram também apresentadas as seguintes justificativas pelos educadores entrevistados na atividade de pesquisa realizada na unidade escolar para o item que se avalia neste ponto: 1º “Porque me considero bastante comunicativa e trabalhamos em equipe”; 2º “Um trabalho em equipe faz a diferença”; 3º “A todo momento se deve ter um bom relacionamento. Pois a interação entre colegas gera qualidade e segurança”; 4º “De forma que cada um respeite o espaço do outro mesmo quando temos opiniões diferentes, não levando para o lado pessoal as questões relacionadas ao trabalho na escola”; 5º “Trabalhando em equipe, os resultados são melhores com maior frequência”; 6º “Todos tem uma boa união”; e 7º “Evito maiores constrangimentos, tentando ser mais relacionável”.

Em suma, os educadores entrevistados indicam com as suas respectivas respostas e justificativas que a premissa do relacionamento saudável no ambiente de trabalho é importante para a qualidade geral das atividades que serão executadas, incluindo-se no caso do ensino.

Na oitava pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto você se relaciona de forma positiva com os seus alunos em sala de aula? Para esta questão, foi disposta, mais uma vez, uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. De igual modo à questão anterior, urge frisar que foi apresentada aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Além disto, foi pedido, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Estão sumariados, portanto, os seguintes resultados abaixo no gráfico a seguir:

**Gráfico 6 Relacionamento positivo com os alunos.**

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se ressalta no Gráfico 6, entre as dez possibilidades de resposta duas delas foram escolhidas pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Deste modo, a nota a nota “8” (oito) ficou com 37% e a nota “9” (nove) ficou com 63%.

Prosseguindo, apresentam-se os seguintes resultados na tabela seguinte para a pergunta destacada nesta parte da pesquisa:

**Tabela 4 - Relacionamento positivo com os alunos.**

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 8	8	3	<b>24</b>
NOTA 9	9	5	<b>45</b>
TOTAL GERAL		<b>69</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>53,08%</b>	

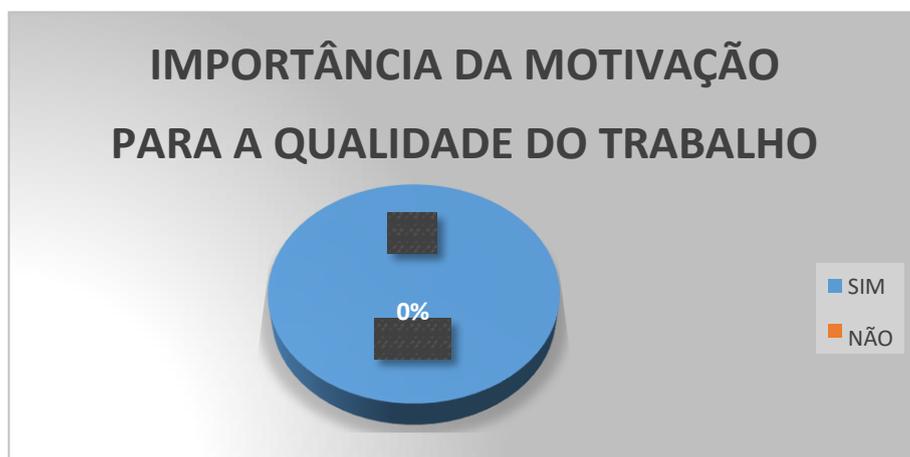
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se visualiza na Tabela 2, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 69 pontos ao todo. Dito isto, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 53,08% das ocasiões. Com este resultado, constata-se que o relacionamento saudável com os alunos também é

uma premissa importante para a qualidade geral do ensino pela perspectiva dos educadores entrevistados. No entanto, aparentemente os sujeitos entrevistados consideraram ser mais relevante a qualidade geral do relacionamento com os colegas de trabalho do que a relação com os seus alunos.

Na nona pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Para você, é importante a motivação para a qualidade geral do trabalho na escola investigada? Mais uma vez, para esta questão, também foram dispostas 2 (duas) alternativas de natureza dicotômica: “Sim”; e ou “Não”. Além disto, foi pedido, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Deste jeito, abaixo estão abreviados os seguintes resultados no gráfico a seguir:

**Gráfico 7 - Importância da motivação para a qualidade do trabalho.**



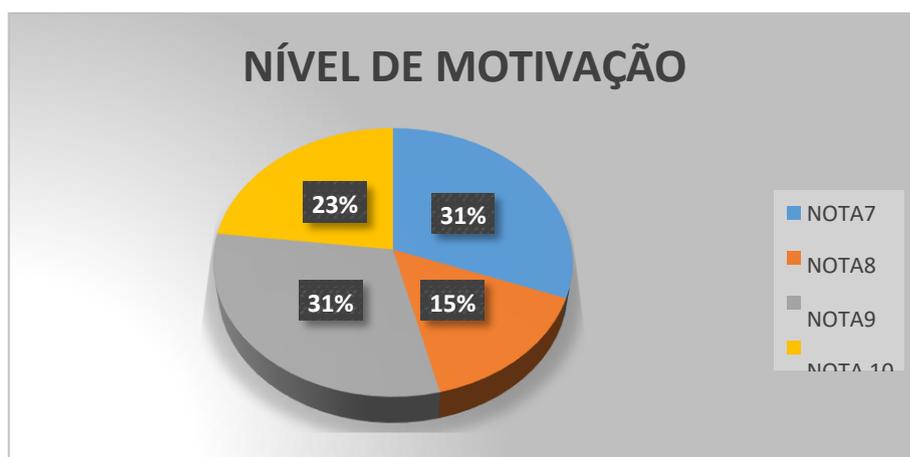
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se ressalta no Gráfico 7, entre as duas possibilidades de resposta apenas uma foi escolhida pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Deste jeito, 100% deles afirmaram que é importante relacionar-se de forma saudável com os seus colegas de trabalho.

Nas duas questões anteriores, foi abordada a questão da qualidade geral dos relacionamentos de natureza interpessoal na unidade de ensino pesquisada. Por sua vez, na questão seguinte será apresentada a abrangência da motivação geral do entrevistado em relação ao cumprimento de suas funções. Na teoria, quanto melhor for a qualidade das relações interpessoais no ambiente investigado, tanto também será a motivação geral.

Sendo assim na oitava pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto você se encontra motivado para atuar como professor? Para esta questão, foi disposta, pela terceira vez, uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. De igual modo à questão anterior, urge frisar que foi apresentada aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Ao lado disto tudo, também foi pedido uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Nestas condições, abaixo estão sumariados os seguintes resultados no gráfico a seguir:

**Gráfico 8 - Nível de motivação.**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se ressalta no Gráfico 8, entre as dez possibilidades de resposta quatro delas foram escolhidas pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Deste modo, a nota “7” (sete) ficou com 31%, a nota “8” (oito) ficou com 15%, a nota “9” (nove) ficou com 31% e a nota “10” (dez) ficou com 23%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “9” (nove) para uma nota valor “8” (oito).

Dito isso tudo, apresentam-se os seguintes resultados na tabela seguinte para o item que aqui se avalia:

**Tabela 5- Nível de motivação.**

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL

NOTA 7	7	4	<b>28</b>
NOTA 8	8	2	<b>16</b>
NOTA 9	9	4	<b>36</b>
NOTA 10	10	3	<b>30</b>
TOTAL GERAL		<b>110</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>84,61%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Na Tabela 3, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 110 pontos ao todo. Com este registro, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 84,61% das ocasiões. Com este resultado, constata-se que o nível de motivação também é uma premissa importante para a qualidade geral do ensino pela perspectiva dos educadores entrevistados, confirmando o que já era antevisto considerando a qualidade geral das relações interpessoais na unidade escolar pesquisada.

Como justificativa para esta parte da pesquisa, foram apresentadas as seguintes assertivas: 1º “Falta alguns recursos didáticos, mesmo assim procuro fazer o melhor posso no ambiente de ensino”; 2º “Acredito na educação que pode transformar, por isto me motivo dia a dia, de conquista a conquista”; 3º “mesmo faltando algumas coisas na escola, sobretudo a participação familiar, considero me motivar para ensinar com maior qualidade”; 4º “No momento que vemos somos capazes de grandes coisas, também reconheço que a cada dia podemos e devemos melhorar mais e mais, nos motivando”; 5º “Faltam alguns recursos didáticos”; 6º “Me encontro motivada, quando percebo que o meu trabalho está gerando bons resultados com certa frequência”; e 7º “Apesar da desmotivação dos alunos, a educação ainda é a chave para o conhecimento”.

## 4.2 MENSURANDO AS VARIÁVEIS DA PESQUISA

Na primeira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Na prática, até que ponto as seguintes definições se aplicam? As definições estão resumidas nas seguintes assertivas:

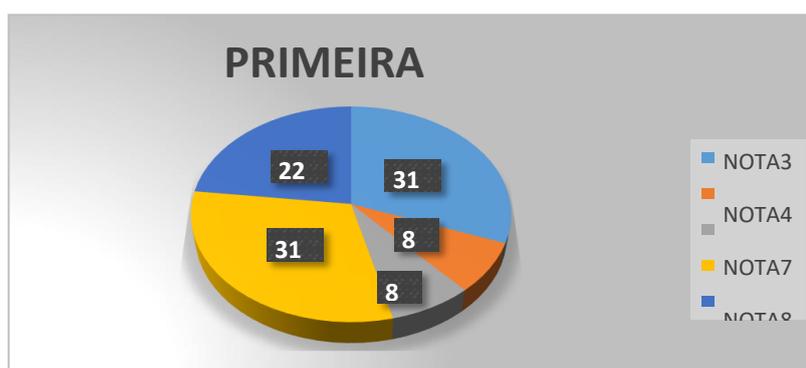
Primeira: A educação é uma atividade interativa que visa instruir e ao mesmo tempo doutrinar, preservando na medida do possível todos os conceitos, ideias e paradigmas coletivamente predominantes (BARBOSA; CORDEIRO, 2018);

Segunda: A educação de qualidade é aquela que possibilita o aprendizado pleno de todos os conteúdos que estão inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo em que também favorece a cidadania, a inclusão e a justiça social (BARBOSA; CORDEIRO, 2018);

Terceira: Uma política pública educacional é qualquer ato de origem Estatal que visa o custeio de uma educação de qualidade, possibilitando instrução plena de todos os conteúdos inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo em que preserva o usufruto de todos os direitos e deveres inerentes ao estado cidadão e democrático (BARBOSA; CORDEIRO, 2018).

Dito isso tudo, para esta questão, foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. É importante frisar que foi apresentada aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Além disso, foi pedido uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Prosseguindo, estão sumariados os seguintes resultados abaixo nos gráficos a seguir:

**Gráfico 9 -Primeira assertiva.**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se destaca no Gráfico 9, entre as dez possibilidades de resposta cinco delas foram escolhidas pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Deste modo, a nota “3” (três) ficou com 31%, a nota “4” (quatro) ficou com 8%, a nota “7” (sete) ficou com 8%, a nota “8” (oito) ficou com 31% e a nota “10” (dez) ficou com 22%. Destaca-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “8” (oito) para uma nota valor “10” (dez).

Prosseguindo, apresentam-se os seguintes resultados na tabela seguinte para o item que aqui se avalia:

**Tabela 6 - Primeira assertiva**

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 3	3	4	<b>12</b>
NOTA 4	4	1	<b>4</b>
NOTA 7	7	1	<b>7</b>
NOTA 8	8	4	<b>32</b>
NOTA 10	10	3	<b>30</b>
TOTAL GERAL		<b>85</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>65,38%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Pela Tabela 4, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 85 pontos ao todo. Pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 65,38% das ocasiões. Constata-se, portanto, que a educação é uma atividade interativa que visa instruir e ao mesmo tempo doutrinar, preservando na medida do possível todos os conceitos, ideias e paradigmas coletivamente predominantes em pelo menos 65,38% das ocasiões na unidade escolar pesquisada. Por sua vez, para a segunda assertiva constata-se os seguintes resultados:

Gráfico 10 - Segunda assertiva.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se destaca no Gráfico 10, entre as dez possibilidades de resposta cinco delas foram escolhidas pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Assim sendo, a nota “3” (três) ficou com 15%, a nota “7” (sete) ficou com 15%, a nota “8” (oito) ficou com 39%, a nota “9” (nove) ficou com 23% e a nota “10” (dez) ficou com 8%. Neste ponto, observa-se que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “9” (nove) para uma nota valor “10” (dez).

Na próxima tabela, apresentam-se os seguintes resultados:

**Tabela 7 - Segunda Assertiva.**

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 3	3	2	<b>6</b>
NOTA 7	7	2	<b>14</b>
NOTA 8	8	5	<b>40</b>
NOTA 9	9	3	<b>27</b>
NOTA 10	10	1	<b>10</b>
TOTAL GERAL		<b>97</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>74,62%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se vislumbra na Tabela 5, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 97 pontos ao todo. Com este registro, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da

afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 74,62% das ocasiões. Com este resultado, constata-se que a educação de qualidade é aquela que possibilita o aprendizado pleno de todos os conteúdos que estão inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo em que também favorece a cidadania, a inclusão e a justiça social em até 74,62% das ocasiões. Ao seu turno, para a terceira assertiva constata-se os seguintes resultados:

**Gráfico 11 - Terceira assertiva.**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se destaca no Gráfico 11, entre as dez possibilidades de resposta quatro delas foram escolhidas pelos entrevistados no decorrer da atividade de campo. Assim sendo, a nota “6” (seis) ficou com 8%, a nota “7” (sete) ficou com 67%, a nota “8” (oito) ficou com 17% e a nota “9” (nove) ficou com 8%. Observa-se que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “7”.

Na tabela seguinte, estão expressos estes resultados:

Tabela 8 - Terceira assertiva.

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 6	6	1	<b>6</b>
NOTA 7	7	9	<b>63</b>
NOTA 8	8	2	<b>16</b>
NOTA 9	9	1	<b>9</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>94</b>	
<b>MÉDIA PERCENTUAL FINAL</b>		<b>72,30%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se vislumbra na Tabela 6, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 94 pontos ao todo. Com este registro, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 72,30% das ocasiões. Com este resultado, constata-se que uma política pública educacional é qualquer ato de origem Estatal que visa o custeio de uma educação de qualidade, possibilitando instrução plena de todos os conteúdos inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo em que preserva o usufruto de todos os direitos e deveres inerentes ao estado cidadão e democrático em até 72,30% das ocasiões.

Na segunda pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto urge a aplicação qualitativa de políticas públicas no ambiente escolar? Nesta esta questão, foi apresentada a seguinte assertiva: No caso, considera-se aqui como uma política pública qualitativa no ambiente escolar todas as ações estatais que favorecem a cidadania, a inclusão, a justiça social e o aprendizado pleno de todos os conteúdos que estão inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo. Dito isso tudo, para esta questão, foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0”(zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. É importante frisar que foi apresentada aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Além disto, foi pedido, mais uma vez, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Mediante estas condições, estão sumariados os seguintes resultados abaixo no gráfico adiante:

Gráfico 12 - Aplicação qualitativa de políticas públicas. -



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto no Gráfico 12, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “4” (quatro) ficou com 23%, a nota “5” (cinco) ficou com 23%, a nota “6” (seis) ficou com 7%, a nota “7” (sete) ficou com 31%, a nota “8” (oito) ficou com 8% e a nota “9” (nove) ficou com 8%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “7” (sete) para uma nota valor “8” (oito).

Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

**Tabela 9 - Aplicação qualitativa de políticas públicas.**

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 4	4	3	<b>12</b>
NOTA 5	5	3	<b>15</b>
NOTA 6	6	1	<b>6</b>
NOTA 7	7	4	<b>28</b>
NOTA 8	8	1	<b>8</b>
NOTA 9	9	1	<b>9</b>
TOTAL GERAL		<b>78</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>60%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se visualiza na Tabela 7, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 78 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consoma em até 60% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais. Na terceira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto a aplicação de políticas públicas qualitativas no ambiente escolar implica em cidadania, inclusão e justiça social? Nesta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. É importante frisar que foi apresentada aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Ao lado disto, foi pedido, de igual modo às 2 (duas) questões anteriores,

uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Nestas condições, estão abreviados os

seguintes resultados abaixo no gráfico a seguir:

**Gráfico 13 -No que implica políticas públicas qualitativas na escola**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto no Gráfico 13, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “3” (três) ficou com 7%, a nota “5” (cinco) ficou com 46%, a nota “6” (seis) ficou com 8%, a nota “7” (sete) ficou com 31%, e a nota “8” (oito) ficou com 8%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “5” (cinco) para uma nota valor “7” (sete). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

**Tabela 10 - No que implica políticas públicas qualitativas na escola**

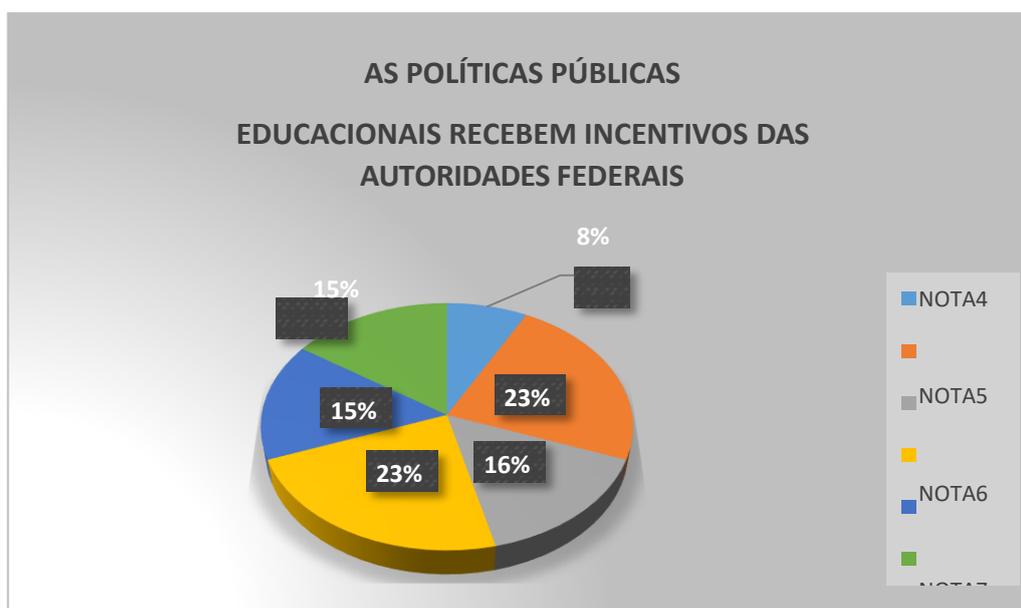
NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 3	3	1	<b>3</b>
NOTA 5	5	6	<b>30</b>
NOTA 6	6	1	<b>6</b>
NOTA 7	7	4	<b>28</b>
NOTA 8	8	1	<b>8</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>75</b>	
<b>MÉDIA PERCENTUAL FINAL</b>		<b>57,69%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Diante dos resultados da Tabela 8, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 75 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 57,69% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na quarta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais estão recebendo incentivos das autoridades federais? Para esta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Frisa-se, mais uma vez, que foi apresentada aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Pela quarta vez, foi pedido, ao lado disto, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Com estas condições, estão resumidos os seguintes resultados abaixo no gráfico precedente:

**Gráfico 14 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das autoridades federais.**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto no Gráfico 14, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “4” (quatro) ficou com 8%, a nota “5” (cinco) ficou com 23%, a nota “6” (seis) ficou com 16%, a nota “7” (sete) ficou com 23%, a nota “8” (oito) ficou com 15% e a nota “9” (nove) ficou com 15%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “5” (cinco) para uma nota valor “4” (quatro). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

**Tabela 11 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das autoridades federais.**

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 4	3	1	<b>4</b>
NOTA 5	5	3	<b>15</b>
NOTA 6	6	2	<b>12</b>
NOTA 7	7	3	<b>21</b>
NOTA 8	8	2	<b>16</b>
NOTA 9	9	2	<b>18</b>
TOTAL GERAL		<b>86</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>66,15%</b>	

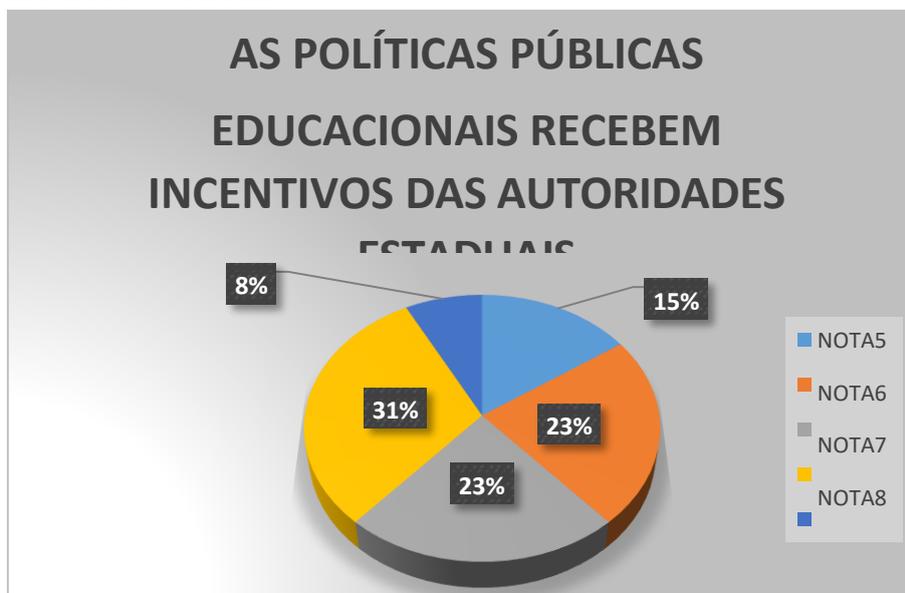
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se destaca na Tabela 9, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 86 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 66,15% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais. Na quinta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais estão recebendo incentivos das autoridades estaduais? Nesta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. É importante enfatizar, mais uma vez, que foi apresentada aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Como complemento, foi pedido, de igual forma às 4 (quatro) questões anteriores, uma

justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Sendo assim, estão abreviados os

seguintes resultados abaixo no gráfico a seguir:

**Gráfico 15 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das autoridades estaduais.**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto no Gráfico 15, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “5” (cinco) ficou com 15%, a nota “6” (seis) ficou com 23%, a nota “7” (sete) ficou com 23%, a nota “8” (oito) ficou com 23% e a nota “9” (nove) ficou com 8%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “8” (oito) para uma nota valor “9” (nove). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

**Tabela 12 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das autoridades estaduais.**

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 5	5	2	<b>10</b>
NOTA 6	6	3	<b>18</b>
NOTA 7	7	3	<b>21</b>
NOTA 8	8	4	<b>32</b>
NOTA 9	9	1	<b>9</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>90</b>	

---

MÉDIA PERCENTUAL FINAL

69,23%

---

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Perante os resultados da Tabela 10, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 90 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 69,23 % das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na sexta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais estão recebendo incentivos das autoridades municipais? Para esta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Mais uma vez, urge frisar que foi apresentada aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Como complemento, foi pedido, pela sexta vez seguida, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Sendo assim, estão abreviados os seguintes resultados abaixo no gráfico adiante:

**Tabela 13 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 16, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “3” (três) ficou com 39%, a nota “5” (cinco) ficou com 15%, a nota “6” (seis) ficou com 8%, a nota “7” (sete) ficou com 23%, a nota “8” (oito) ficou com 8%, a nota “9” (nove) ficou com 23% e a nota “10” (dez) ficou com 15%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “3” (três) para uma nota valor “6” (seis). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

**Tabela 14 - As políticas públicas educacionais recebem incentivos das autoridades municipais.**

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 3	3	1	<b>3</b>
NOTA 5	5	2	<b>10</b>
NOTA 6	6	1	<b>6</b>
NOTA 7	7	3	<b>21</b>
NOTA 8	8	1	<b>8</b>
NOTA 9	9	3	<b>27</b>
NOTA 10	10	2	<b>20</b>
TOTAL GERAL		<b>95</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>73,08%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Considerando os resultados da Tabela 11, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 95 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 73,08% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na sétima pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais são compreendidas pela sociedade? Nesta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Mais uma vez, é necessário destacar que foi exibida aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas

de trabalho nesta escola”. Foi pedido, de igual maneira às 6 (seis) questões anteriores, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. A seguir, estão abreviados os seguintes resultados abaixo no gráfico subsequente:

Gráfico 16 - Políticas públicas educacionais são compreendidas pela sociedade.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 17, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “3” (três) ficou com 39%, a nota “4” (quatro) ficou com 15%, a nota “5” (cinco) ficou com 15%, a nota “6” (seis) ficou com 8%, a nota “7” (sete) ficou com 39% e a nota “8” (oito) ficou com 15%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “7” (sete) para uma nota valor “6” (seis). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

Tabela 15 - Políticas públicas educacionais são compreendidas pela sociedade

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 3	3	1	<b>3</b>
NOTA 4	4	2	<b>8</b>
NOTA 5	5	2	<b>10</b>
NOTA 6	6	1	<b>6</b>
NOTA 7	7	5	<b>35</b>
NOTA 8	8	2	<b>16</b>

---

TOTAL GERAL	<b>78</b>
-------------	-----------

---

MÉDIA PERCENTUAL FINAL	<b>60%</b>
------------------------	------------

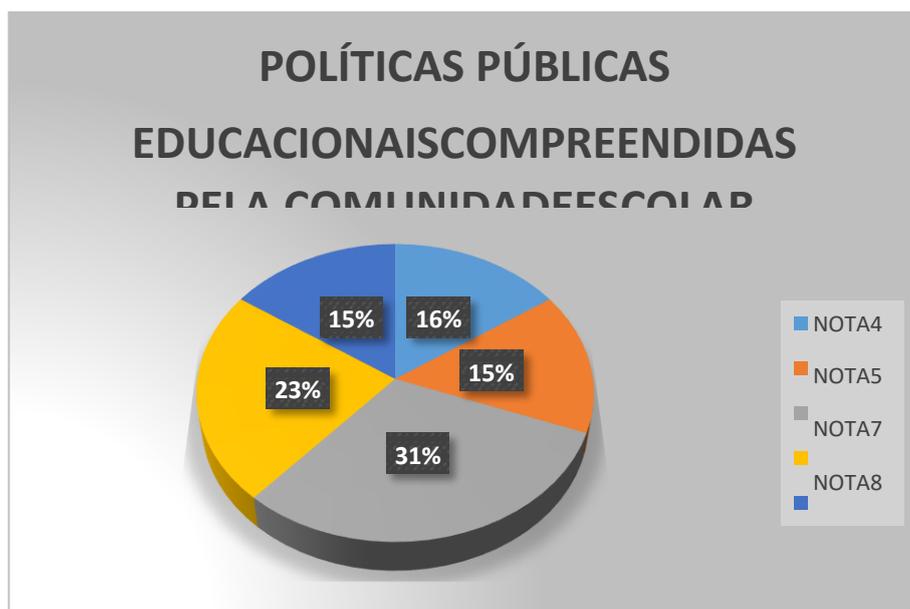
---

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Na Tabela 12, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 78 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 60% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na oitava pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais são compreendidas pela comunidade escolar? Para esta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Mais uma vez, foi exposta a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Foi pedido, pela oitava vez seguida, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. A seguir, estão abreviados os seguintes resultados abaixo no gráfico subsequente:

**Gráfico 17 - Políticas públicas educacionais compreendidas pela comunidade escolar.**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 18, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “4” (quatro) ficou com 16%, a nota “5” (cinco) ficou com 15%, a nota “7” (sete) ficou com 31%, a nota “8” (oito) ficou com 23% e a nota “9” (nove) ficou com 15%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “7” (sete) para uma nota valor “5” (cinco). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

*Tabela 16 - Políticas públicas educacionais compreendidas pela comunidade escolar.*

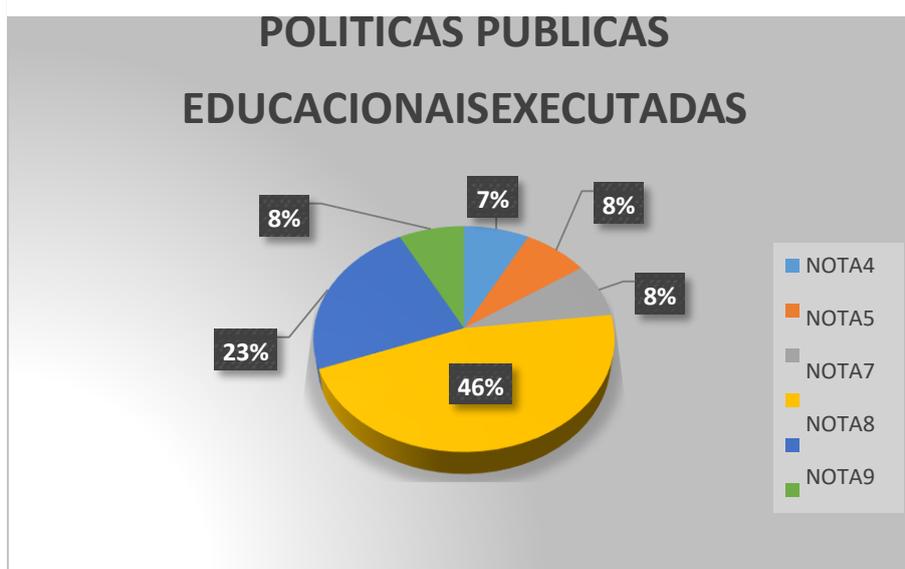
NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 4	4	2	<b>8</b>
NOTA 5	5	2	<b>10</b>
NOTA 7	7	4	<b>28</b>
NOTA 8	8	3	<b>24</b>
NOTA 9	9	2	<b>18</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>88</b>	
<b>MÉDIA PERCENTUAL FINAL</b>		<b>67,69%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se enfatiza na Tabela 13, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 88 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 67,69% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais. Na nona pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais estão sendo realmente executadas nesta unidade de ensino? Nesta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Aliás, foi apresentada aqui a seguinte condição mais uma vez: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Foi pedido, de igual forma às 8 (oito) questões anteriores, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. No gráfico subsequente, estão apresentados os seguintes resultados

abaixo:

Tabela 17 - Políticas públicas educacionais executadas nesta unidade de ensino.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 19, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “4” (quatro) ficou com 7%, a nota “5” (cinco) ficou com 8%, a nota “7” (sete) ficou com 8%, a nota “8” (oito) ficou com 46% a nota “9” (nove) ficou com 23% e a nota “10” (dez) ficou com 8%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “8” (oito) para uma nota valor “4” (quatro). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

*Tabela 18 - Políticas públicas educacionais executadas nesta unidade de ensino.*

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 4	4	1	<b>4</b>
NOTA 5	5	1	<b>5</b>
NOTA 7	7	1	<b>7</b>
NOTA 8	8	6	<b>48</b>
NOTA 9	9	3	<b>27</b>
NOTA 10	10	1	<b>10</b>
TOTAL GERAL		<b>71</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>54,62%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Perante o registro dos dados na Tabela 14, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 71 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 54,62% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na décima pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais favorecem o ensino qualitativo nesta unidade de ensino? Para esta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. A priori, para esta pergunta, apresenta-se a seguinte assertiva: Considera-se aqui como ensino qualitativo aquele que possibilita o aprendizado

pleno de todos os conteúdos que estão inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo em que também favorecem a cidadania, a inclusão e a justiça social. Mais uma vez, destaca-se que foi oferecida aqui a seguinte condição: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Foi pedido, pela décima vez seguida, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. No gráfico adiante, estão exibidos os seguintes resultados experimentais:

Gráfico 18 - Políticas públicas educacionais favorecem o ensino qualitativo nesta unidade de ensino.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 20, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “3” (três) ficou com 7%, a nota “6” (seis) ficou com 38%, a nota “7” (sete) ficou com 8%, a nota “8” (oito) ficou com 31% a nota “9” (nove) ficou com 8% e a nota “10” (dez) ficou com 8%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “6” (seis) para uma nota valor “3” (três). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

Tabela 15 - Políticas públicas educacionais favorecem o ensino qualitativo nesta unidade de ensino.

Tabela 19 - Políticas públicas educacionais favorecem o ensino qualitativo nesta unidade de ensino.

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 3	3	1	<b>3</b>

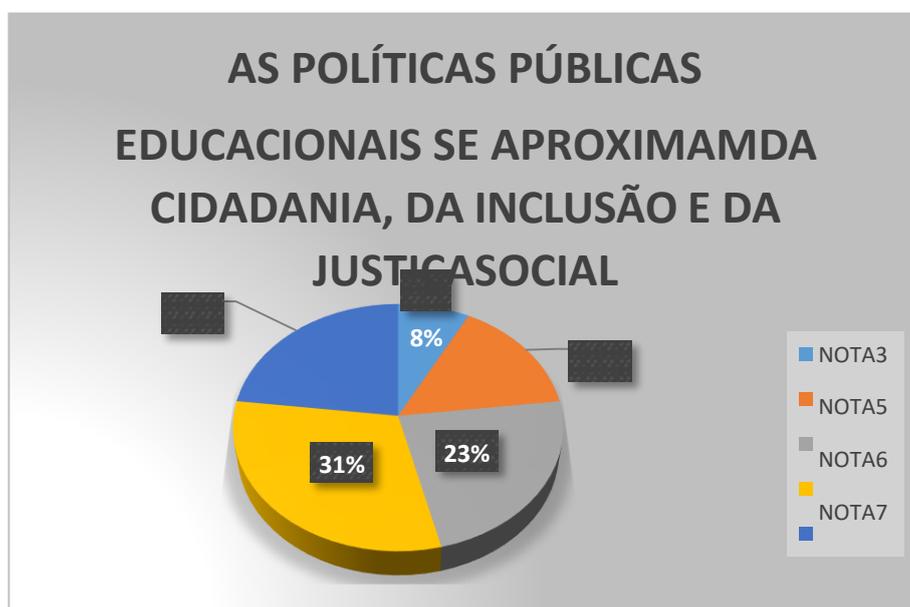
NOTA 6	6	5	<b>30</b>
NOTA 7	7	1	<b>7</b>
NOTA 8	8	4	<b>32</b>
NOTA 9	9	1	<b>9</b>
NOTA 10	10	1	<b>10</b>
TOTAL GERAL		<b>91</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>70%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Na Tabela 15, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 91 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 70% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na décima primeira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Quando favorecem o ensino qualitativo, as políticas públicas educacionais até que ponto se aproximam do experimento real da cidadania, da inclusão e da justiça social? Nesta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Foi apresentada aqui a seguinte condição mais uma vez: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Foi pedido, de igual maneira às 10 (dez) questões anteriores, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Estão apresentados os seguintes resultados abaixo, ou seja, no gráfico adiante:

Gráfico 19 - As políticas públicas educacionais se aproximam da cidadania, da inclusão e da justiça social.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 21, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “3” (três) ficou com 8%, a nota “5” (cinco) ficou com 15%, a nota “6” (seis) ficou com 23%, a nota “7” (sete) ficou com 31% e a nota “8” (oito) ficou com 23%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “7” (sete) para uma nota valor “3” (três). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

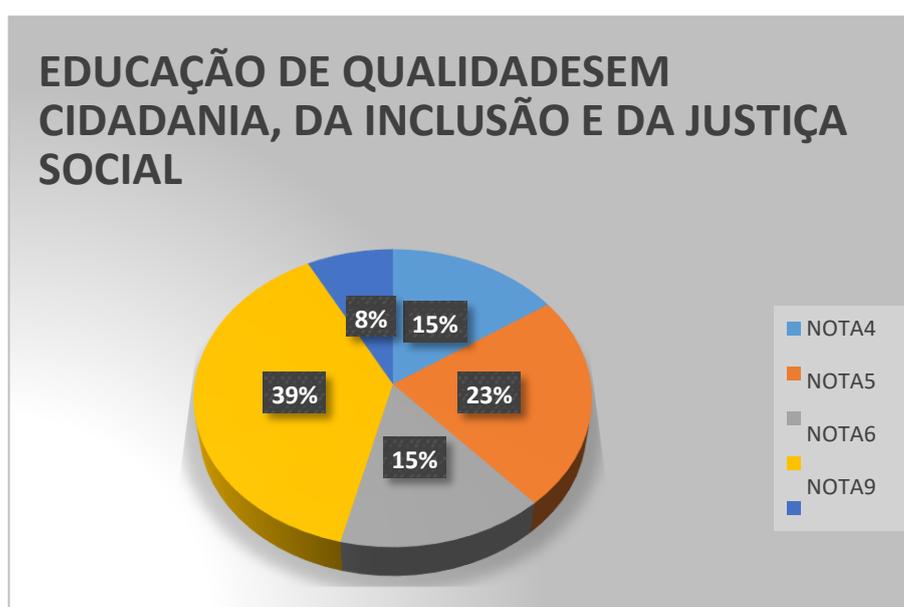
Tabela 20 - As políticas públicas educacionais se aproximam da cidadania, da inclusão e da justiça social.

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 3	3	1	<b>3</b>
NOTA 5	5	2	<b>10</b>
NOTA 6	6	3	<b>18</b>
NOTA 7	7	4	<b>28</b>
NOTA 8	8	3	<b>24</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>83</b>	
<b>MÉDIA PERCENTUAL FINAL</b>		<b>63,85%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se visualiza na Tabela 16, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 83 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 63,85% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais. Na décima segunda pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: É possível existir educação de qualidade sem o experimento real da cidadania, da inclusão e da justiça social? Aliás, isto tudo procede até que ponto? Para esta questão, foram dispostas 2 (duas) alternativas de natureza dicotômica: “Sim”; e ou “Não”. Ao lado disto, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Foi apresentada aqui a seguinte condição mais uma vez: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Foi pedido, pela décima segunda vez, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Estão apresentados os seguintes resultados abaixo, ou seja, no gráfico adiante:

Gráfico 20 - Educação de qualidade sem cidadania, da inclusão e da justiça social.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 22, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “4” (quatro) ficou com 15%, a nota “5” (cinco) ficou com 23%, a nota “6” (seis) ficou com 15%, a nota “9” (nove) ficou com 39% e a nota “10” (dez) ficou com 8%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “9” (nove) para uma nota valor “10” (dez). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

*Tabela 21 - Educação de qualidade sem cidadania, da inclusão e da justiça social.*

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 4	4	2	<b>8</b>
NOTA 5	5	3	<b>15</b>
NOTA 6	6	2	<b>12</b>
NOTA 9	9	5	<b>45</b>
NOTA 10	10	1	<b>10</b>
TOTAL GERAL		<b>90</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>69,23%</b>	

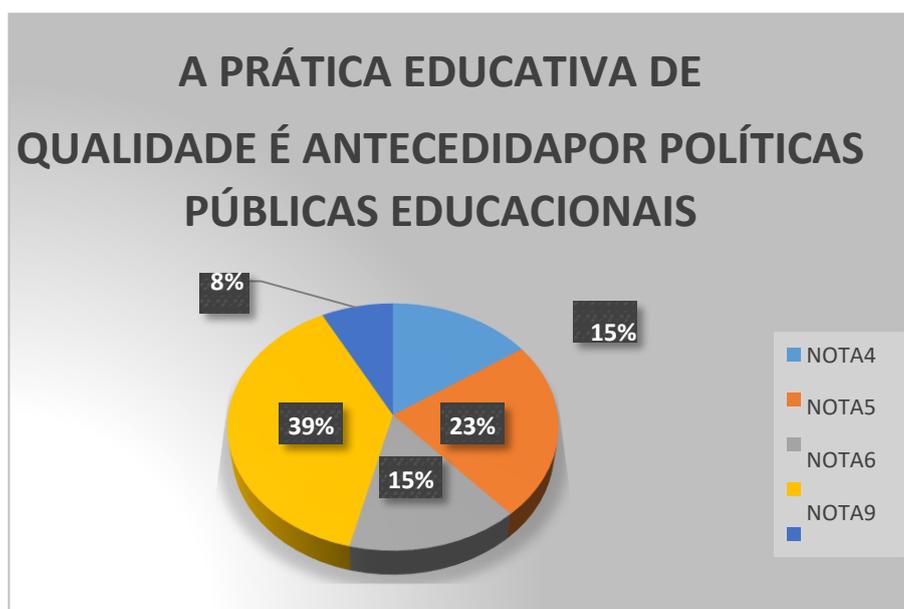
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se vislumbra na Tabela 17, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 90 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 69,23% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na décima terceira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Até que ponto a prática educativa de qualidade é antecedida por políticas públicas educacionais? Ao lado disto, destaca-se aqui a seguinte observação: Antecedida no sentido de que as suas bases são previamente determinadas por premissas que fundamentam a gestão de políticas públicas. Nesta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Foi apresentada aqui a seguinte condição mais uma vez: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade

final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Foi pedido, pela décima terceira vez, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. No gráfico precedente, estão apresentados os seguintes resultados:

Gráfico 21 - A prática educativa de qualidade é antecedida por políticas públicas educacionais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 23, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “4” (quatro) ficou com 15%, a nota “5” (cinco) ficou com 23%, a nota “6” (seis) ficou com 15%, a nota “9” (nove) ficou com 39% e a nota “10” (dez) ficou com 8%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “9” (nove) para uma nota valor “10” (dez). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

Tabela 22 - A prática educativa de qualidade é antecedida por políticas públicas educacionais.-

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 4	4	2	<b>8</b>
NOTA 5	5	3	<b>15</b>
NOTA 6	6	2	<b>12</b>
NOTA 9	9	5	<b>45</b>

NOTA 10	10	1	<b>10</b>
TOTAL GERAL	<b>90</b>		
MÉDIA PERCENTUAL FINAL	<b>69,23%</b>		

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Perante os resultados expressos na Tabela 18, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 90 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 69,23% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na décima quarta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Até que ponto a prática educativa de qualidade é sustentada por políticas públicas educacionais? Destaca-se aqui, ao lado disto, a seguinte observação: Sustentada no sentido de que as suas ações atuais são custeadas integralmente por premissas que fundamentam a gestão de políticas públicas. Para esta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Foi apresentada aqui a seguinte condição mais uma vez: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Foi pedido, pela décima quarta vez seguida, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Estão apresentados os seguintes resultados no gráfico adiante:

Gráfico 22 - A prática educativa de qualidade é sustentada por políticas públicas educacionais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 24, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “4” (quatro) ficou com 15%, a nota “5” (cinco) ficou com 8%, a nota “7” (sete) ficou com 15%, a nota “8” (oito) ficou com 8%, a nota “9” (nove) ficou com 15% e a nota “10” (dez) ficou com 8%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “10” (dez) para uma nota valor “5” (cinco). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

Tabela 23 - A prática educativa de qualidade é sustentada por políticas públicas educacionais.

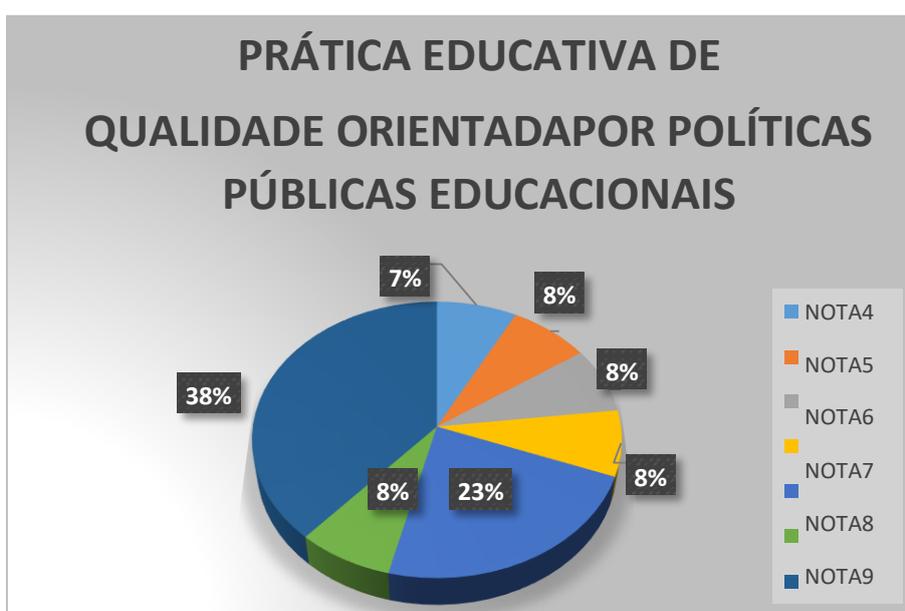
NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 4	4	2	<b>8</b>
NOTA 5	5	1	<b>5</b>
NOTA 7	7	2	<b>14</b>
NOTA 8	8	1	<b>8</b>
NOTA 9	9	2	<b>18</b>
NOTA 10	10	5	<b>50</b>
TOTAL GERAL		<b>103</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>79,23%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Considerando o registro de dados na Tabela 19, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 103 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 79,23% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na décima quinta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Até que ponto a prática educativa de qualidade é orientada por políticas públicas educacionais? Destaca-se aqui, ao lado disto, a seguinte observação: Orientada no sentido de que as suas ações porvindouras (ou seja, futuras) serão integralmente asseguradas por premissas que fundamentam a gestão de políticas públicas. Nesta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Foi apresentada aqui a seguinte condição mais uma vez: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Foi pedido, de igual modo às 14 (catorze) questões precedentes, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. No gráfico adiante, estão exibidos os seguintes resultados:

Gráfico 23 - Prática educativa de qualidade orientada por políticas públicas educacionais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 25, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “4” (quatro) ficou com 7%, a nota “5” (cinco) ficou com 8%, a nota “6” (seis) ficou com 8%, a nota “7” (sete) ficou com 8%, a nota “8” (oito) ficou com 23%, a nota “9” (nove) ficou com 8% e a nota “10” (dez) ficou com 38%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “10” (dez) para uma nota valor “4” (quatro). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

*Tabela 24 - Tabela 20 - Prática educativa de qualidade orientada por políticas públicas educacionais.*

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 4	4	1	<b>4</b>
NOTA 5	5	1	<b>5</b>
NOTA 6	6	1	<b>6</b>
NOTA 7	7	1	<b>7</b>
NOTA 8	8	3	<b>24</b>
NOTA 9	9	1	<b>9</b>
NOTA 10	10	5	<b>50</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>105</b>	

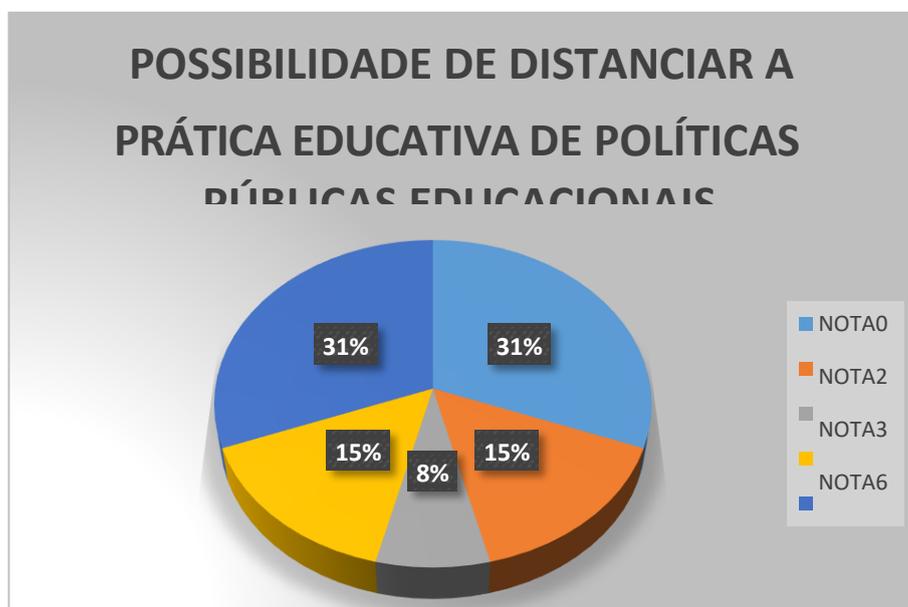
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Levando em conta os resultados vistos na Tabela 20, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 105 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 80,77% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na décima sexta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Hoje, até que ponto é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais? Para questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Foi apresentada aqui a seguinte condição mais uma vez: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Foi pedido, pela décima sexta vez seguida, uma justificativa

pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. Em suma, estão exibidos os seguintes resultados no gráfico adiante:

Gráfico 24 - Possibilidade de distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como visto Gráfico 26, das 11 (onze) possibilidades de resposta 5 (cinco) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Deste modo, a nota “0” (zero) ficou com 31%, a nota “2” (dois) ficou com 15%, a nota “3” (três) ficou com 8%, a nota “6” (seis) ficou com 15% e a nota “8” (oito) ficou com 31%. Frisa-se aqui que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor “0” (zero) para uma nota valor “3” (três). Mais uma vez, estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

Tabela 25 - Possibilidade de distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 0	0	4	0
NOTA 2	2	2	4
NOTA 3	3	1	3
NOTA 6	6	2	12
NOTA 8	8	4	32
<b>TOTAL GERAL</b>		51	

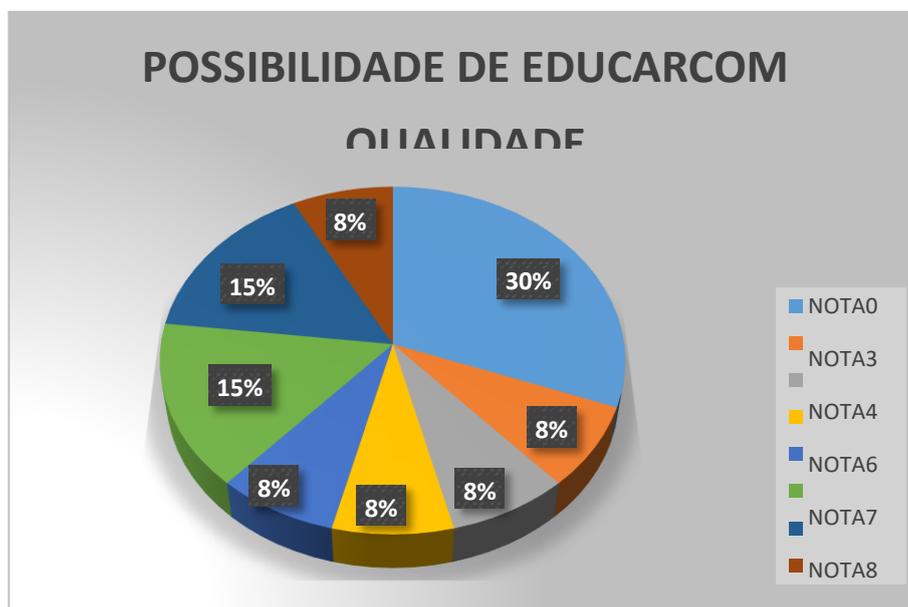
<b>MÉDIA PERCENTUAL FINAL</b>	39,23%
-------------------------------	--------

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se vislumbra nos resultados da Tabela 21, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 51 pontos ao todo. Nestas condições, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 39,23% das ocasiões. É um resultado razoável o que implica na relevância parcial, isto é, em algumas ocasiões especiais é possível distanciar a prática educativa de políticas públicas educacionais.

Na décima sétima pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Hoje, até que ponto é possível educar com qualidade sem a prévia interferência de alguma política pública educacional? Nesta questão, também foi disposta uma escala de natureza quantitativa que variava de “0” (zero) a “10” (dez) na qual apenas um valor poderia ser escolhido. Foi apresentada aqui a seguinte condição mais uma vez: “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”. Foi pedido, de igual maneira às 16 (dezesesseis) questões antecedentes, uma justificativa pela resposta escolhida, se o entrevistado julgasse necessário. No gráfico seguinte, são expostos estes resultados:

Gráfico 25 - Possibilidade de educar com qualidade. Fonte: Dados da Pesquisa (2017).



Como visto Gráfico 27, das 11 (onze) possibilidades de resposta 8 (oito) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na escola pesquisada. Assim sendo, a nota “0” (zero) ficou com 30%, a nota “3” (três) ficou com 8%, a nota “4” (quatro) ficou com 8%, a nota “6” (seis) ficou com 8%, a nota “7” (sete) ficou com 8%, a nota “8” (oito) ficou com 15%, a nota “9” (nove) ficou com 15% e a nota “10” (dez) ficou com 8%. É importante frisar que a maioria das notas escolhidas se concentra de uma nota valor 6 (seis) para uma nota valor 10 (dez). Estes resultados estão mais bem descritos na tabela seguinte:

*Tabela 26 - Possibilidade de educar com qualidade.*

NOTA	PESO	FREQUÊNCIA	PARCIAL
NOTA 0	0	4	<b>0</b>
NOTA 3	3	1	<b>3</b>
NOTA 4	4	1	<b>4</b>
NOTA 6	6	1	<b>6</b>
NOTA 7	7	1	<b>7</b>
NOTA 8	8	2	<b>16</b>
NOTA 9	9	2	<b>18</b>
NOTA 10	10	1	<b>10</b>
TOTAL GERAL		<b>64</b>	
MÉDIA PERCENTUAL FINAL		<b>49,23%</b>	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Perante o registro de dados da Tabela 22, o total de pontos registrados para esta questão em particular, os quais seriam possíveis apenas 130 pontos para uma interferência de até 100% ao todo, se efetivou em 64 pontos ao todo. Deste modo, pela mensuração aplicada, é possível afirmar que a procedência da afirmação do item avaliado nesta pergunta é algo que se consuma em até 49,23% das ocasiões. É um valor alto o que implica na relevância do papel desempenhado pelo ente estatal na criação e na manutenção da qualidade geral do ensino.

#### 4.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Na primeira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Nesta escola, existem ações motivadas por políticas públicas na área da educação, sobretudo aquelas destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade? Para tanto, são

apresentadas as seguintes alternativas: “Sim”; ou “Não”. Como se vislumbra, foram oferecidas apenas 2 (duas) opções diametralmente opostas para uma provável resposta do sujeito entrevistado, entre as quais a escolha de uma delas eliminaria de imediato a outra, ou seja, uma resposta de natureza dicotômica. Assim sendo, são consumados no próximo gráfico os seguintes resultados:

**Gráfico 26 - Ações motivadas por políticas públicas na área da educação**



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 28, das 2 (duas) alternativas para resposta apenas uma delas foi escolhida pelos educadores entrevistados na unidade escolar pesquisada. Com isto, apenas a resposta “Sim” foi escolhida no decorrer da atividade de campo. Com esta resposta, nota-se que a escola pesquisada tem ações motivadas por políticas públicas na área da educação, sobretudo aquelas destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade. Com isto, certamente as suas atividades se consumarão do melhor modo com maior frequência.

Na segunda pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Visando promover a formação discente nesta escola, quem são os autores ativamente participativos nas políticas públicas na área da educação destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Os docentes”; “Os diretores”; “Os coordenadores”; “A comunidade escolar”; e “Todos os personagens anteriores”. Como visto, são 5 (cinco) opções distintas entre as quais

seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. No gráfico precedente, estão expostos os seguintes resultados:

Gráfico 27 - Autores ativamente participativos



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 29, das 5 (cinco) alternativas para resposta apenas uma delas foi escolhida pelos educadores entrevistados na unidade escolar pesquisada. Deste jeito, foi escolhida apenas a resposta “Todos os personagens anteriores” no decorrer da atividade de campo. Com esta resposta, constata-se que a escola pesquisada atua no sentido de visar o promover da formação discente mediante a participação efetiva dos docentes, dos diretores, dos coordenadores e da comunidade escolar. Agindo assim, as suas atividades se consumarão do melhor modo com maior frequência, como já dito na análise da questão anterior.

Na terceira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Nas políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade, existe a participação ativa dos docentes desta escola? Para tanto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Sim”; ou “Não”. Neste ponto, foram oferecidas apenas 2 (duas) opções diametralmente opostas para uma provável resposta do sujeito entrevistado, entre as quais a escolha de uma delas eliminaria de imediato a outra, ou seja, uma resposta de natureza dicotômica. Deste modo se sucedeu pela segunda vez nesta parte do experimento. Isto dito, no gráfico seguinte são observados estes resultados:

Gráfico 28 - Participação ativa dos docentes.



Fonte: Dados

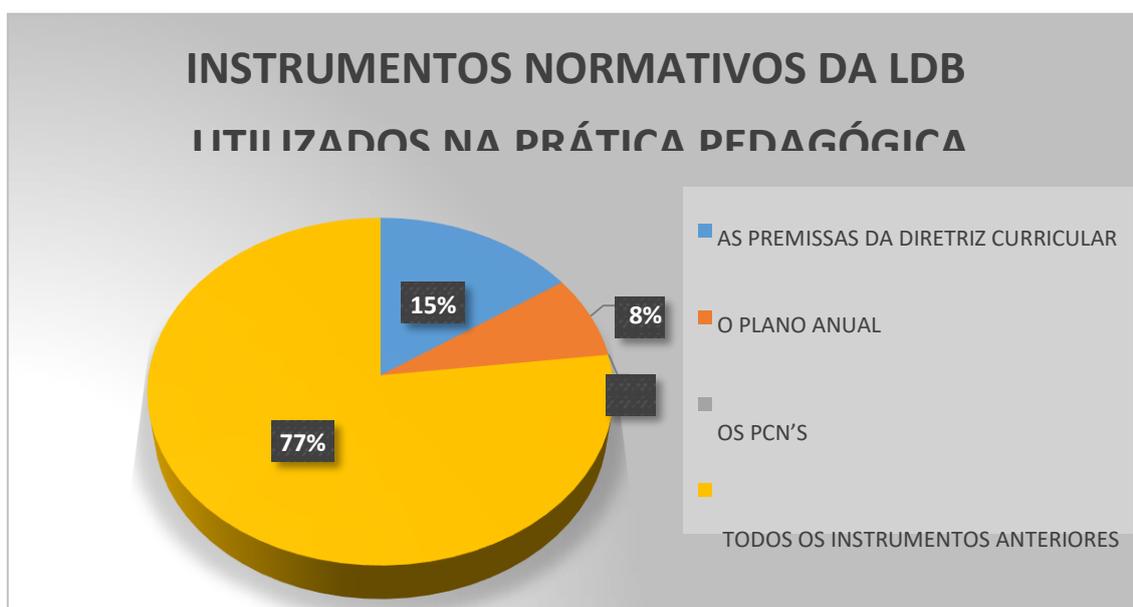
da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 30, das 2 (duas) alternativas para resposta apenas uma delas foi escolhida pelos educadores entrevistados na unidade escolar pesquisada mais uma vez. Acontecendo isto, apenas a resposta “Sim” foi escolhida no decorrer da atividade de campo. Mediante esta resposta, nota-se que existe um indicativo claro da participação ativa dos docentes desta escola, pelo menos por parte dos sujeitos entrevistados no decorrer da atividade de pesquisa. Na prática, os resultados desta constatação é um reforço a mais para a manutenção da qualidade geral do ensino nesta unidade escolar pesquisada.

Na quarta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Quais os instrumentos normativos apontados pela LDB são utilizados na prática pedagógica para promover políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente nesta escola? Para tanto, são apresentadas as seguintes alternativas: “As premissas da diretriz curricular”; “O plano anual”; “Os PCN’S”; e “Todos os instrumentos anteriores”. Como visto, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma

delas como resposta. Deste jeito, são exibidos no próximo gráfico os seguintes resultados:

Gráfico 29 - Instrumentos normativos da LDB utilizados na prática pedagógica.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 31, das 4 (quatro) alternativas para resposta apenas uma delas deixou de ser escolhida pelos educadores entrevistados na unidade escolar pesquisada. Sucedendo-se desta maneira, 1 (um) deles escolheu o plano anual, 2 (Dois) deles escolheram as premissas da diretriz curricular e os 10 (dez) restantes falaram que todos instrumentos anteriores se configuram deste modo, ou seja, as premissas da diretriz curricular o plano anual e os PCN'S são os instrumentos normativos apontados pela LDB que serão utilizados na prática pedagógica para promover políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente nesta escola, isto é, na unidade de ensino pesquisada mediante este estudo. Com esta visão, possibilita-se indicar que existe uma perspectiva de ação calcada em múltiplos meios para que o ensino se efetive com qualidade na escola analisada através deste instrumento de pesquisa.

Na quinta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Na hora de promover as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, quem são os personagens ativamente participativos da execução e da aplicabilidade do PPP nesta escola? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Os docentes e alunos”; “O diretor e o coordenador”; e “A comunidade escolar como um todo”. Como visto, são 3 (três) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Nestas condições, apresentam-se no próximo gráfico os seguintes resultados:

Gráfico 30 - Personagens ativamente participativos da execução e da aplicabilidade do PPP.

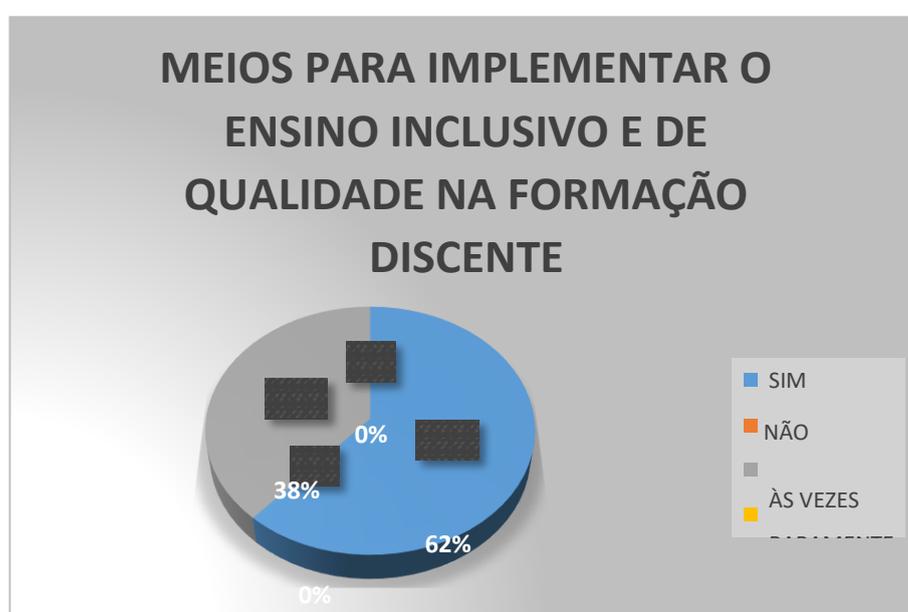


Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 32, todas as 3 (três) alternativas para resposta apresentadas para o item que aqui se avalia foram, de uma forma ou de outra, escolhidas pelos sujeitos entrevistados no decorrer da pesquisa. Com isto, aponta-se que tanto os docentes e os alunos com 1 (uma) escolha, como também o diretor e o coordenador com 2 (duas) escolhas e a comunidade escolar como um todo com 9 escolhas são personagens imprescindíveis ao promover as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, sobretudo em um contexto de participação ativa na aplicação do PPP. Este resultado é um bom indicativo para a qualidade geral do ensino na unidade escolar pesquisada.

Na sexta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No currículo escolar, disponibiliza-se meios para implementar as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Para tanto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Sim”; “Não”; “Às vezes”; e “Raramente”. Como visto, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais não seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Não o é porque cada uma delas ou representa uma resposta diametralmente oposta de alguma outra alternativa ou é um provável meio termo entre opções divergentes. Sendo assim, são expostos no próximo gráfico os seguintes resultados:

Gráfico 31 - Meios para implementar o ensino inclusivo e de qualidade na formação discente.

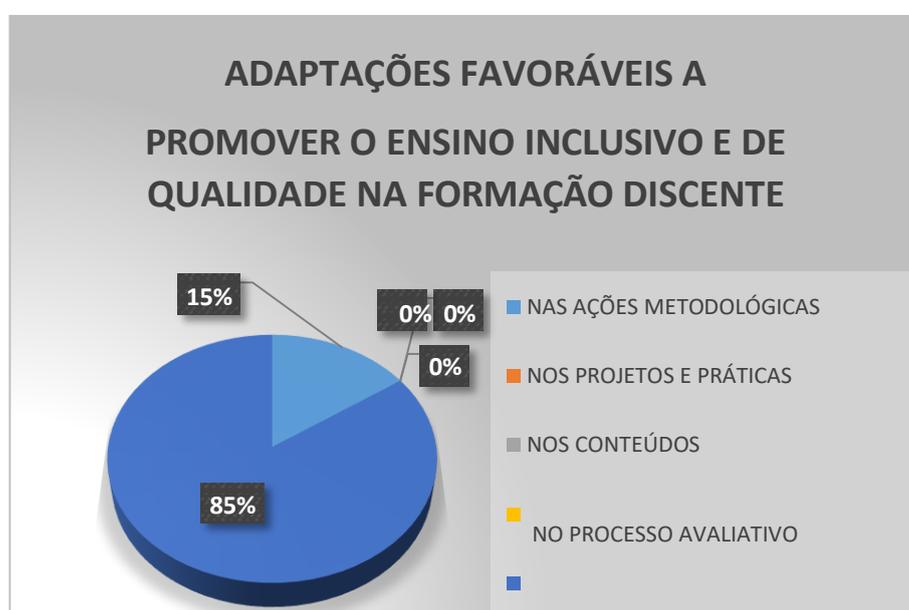


Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 33, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 2 (duas) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Deste jeito, 8 (oito) deles afirmaram que “Sim”, ou seja, no currículo escolar, disponibiliza-se meios para implementar as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, enquanto os outros 5 (cinco) falaram que só “Às vezes” esta é uma realidade procedente na unidade escolar pesquisada. Assim sendo, observa-se que há no currículo os elementos necessários ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade, mas nem sempre isto é devidamente aproveitado na prática de ensino.

Na sétima pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Nesta escola, onde há adaptações favoráveis a promover as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Nas ações metodológicas”; “Nos projetos e práticas”; “Nos conteúdos”; “No processo avaliativo”; e “Todas as alternativas anteriores”. Como se vislumbra, são 5 (cinco) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. No gráfico seguinte, estão divulgados os seguintes resultados:

Gráfico 32 - Adaptações favoráveis a promover o ensino inclusivo



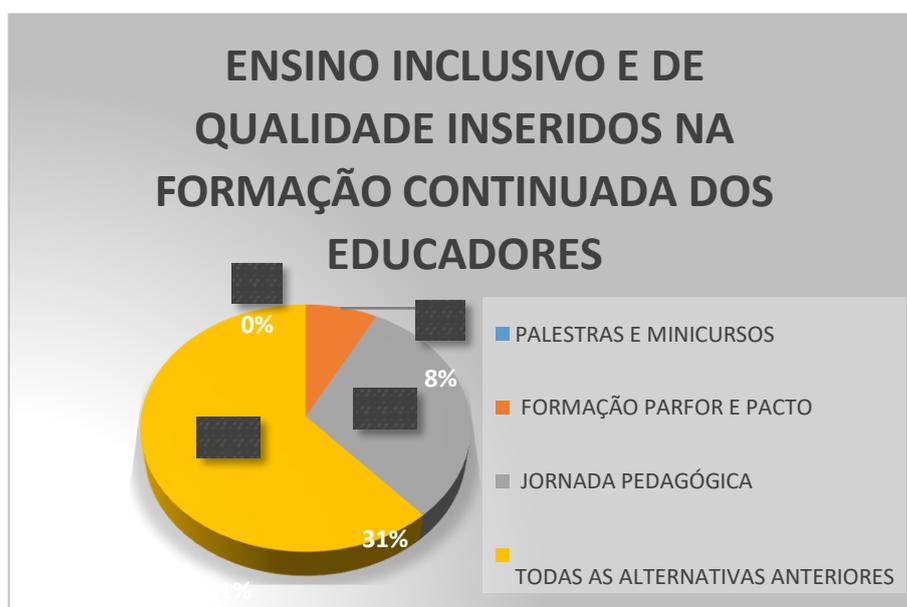
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 34, das 5 (cinco) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 2 (duas) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Acontecendo isto, apenas “Nas ações metodológicas” para 2 (dois) entrevistados há adaptações favoráveis a promover as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente na escola investigada, enquanto para os outros 11 (onze) isto é algo que se sucede nas ações metodológicas; nos projetos e práticas; nos conteúdos; e no processo avaliativo, ou seja, em todas as alternativas de resposta que foram dispostas nesta parte da pesquisa. Este resultado é um indicativo claro de que a escola estuda procura efetivar adaptações favoráveis a promover as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo

e de qualidade na formação discente com uma leve predominância na formação discente.

Na oitava pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, de que modo as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade são inseridos na formação continuada dos educadores? Neste ponto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Palestras e minicursos”; “Formação PARFOR e Pacto”; “Jornada pedagógica”; e “Todas as alternativas anteriores”. São, como visto, 4 (quatro) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Por consequência, são exibidos no próximo gráfico os seguintes resultados:

Gráfico 33 - Ensino inclusivo e de qualidade inseridos na formação continuada dos educadores.



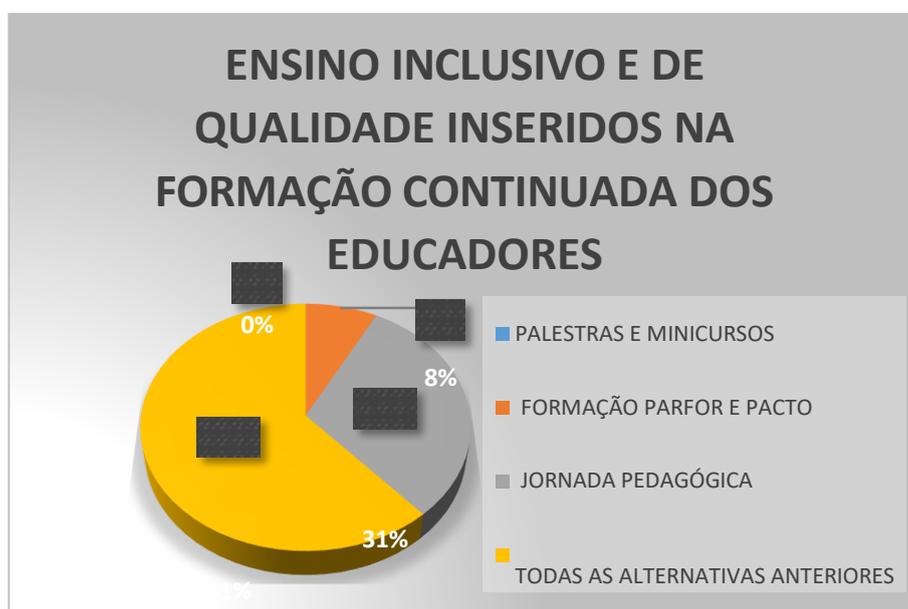
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 35, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 3 (três) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Sucedendo deste modo, para 1 (um) entrevistado é, no momento, na “Formação PARFOR e Pacto” que as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade são inseridos na formação continuada dos educadores, para outros 4 isto se efetiva apenas na “Jornada pedagógica”, no entanto para os outros 8 (oito) a inserção na formação continuada dos educadores se efetiva em palestras e minicursos; formação PARFOR e Pacto; e na Jornada pedagógica, ou seja, em todas as alternativas que foram oferecidas

como alternativa de resposta para o item que aqui se avalia. Diante destes resultados, possibilita-se cogitar que a inserção do ensino cidadão, inclusivo e de qualidade, mediante políticas públicas educacionais é algo que se realiza explorando múltiplos meios, prevalecendo as jornadas pedagógicas e a formação PARFOR e Pacto em menor grau.

Na nona pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Visando promover políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, os professores desta unidade de ensino são agentes ativos na elaboração das normas pedagógicas aplicáveis no espaço escolar? Para tanto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Sim”; “Não”; “Às vezes”; e “Raramente”. Como visto, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais não seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Não o é porque cada uma delas ou representa uma resposta diametralmente oposta de alguma outra alternativa ou é um provável meio termo entre opções divergentes. Sendo assim, são expostos no próximo gráfico os seguintes resultados:

Gráfico 34 - Os professores desta unidade de ensino são agentes ativos na elaboração das normas pedagógicas.



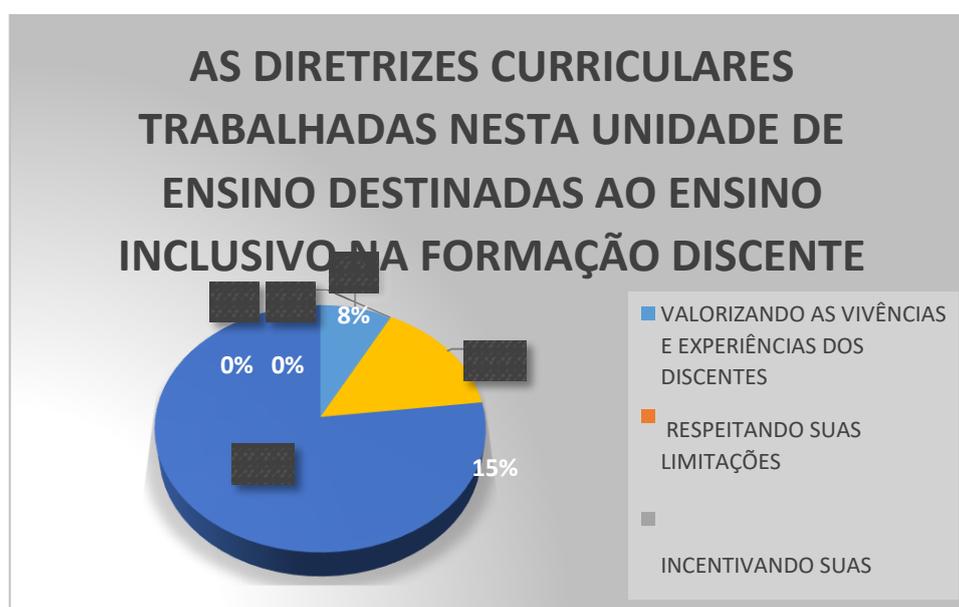
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 36, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 2 (duas) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Deste jeito, 11 (onze) deles afirmaram que “Sim”, ou seja, visando promover políticas públicas educacionais destinadas ao

ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, os professores desta unidade de ensino são agentes ativos na elaboração das normas pedagógicas aplicáveis no espaço escolar, enquanto os outros 2 (cinco) falaram que “Não” é uma realidade procedente na unidade escolar pesquisada. Apesar da pequena divergência entre os entrevistados, é possível afirmar que na maioria das ocasiões que os professores da unidade de ensino pesquisada são agentes ativos na elaboração das normas pedagógicas aplicáveis no espaço escolar, sobretudo quando visam promover políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente.

Na décima pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Como se realizam as diretrizes curriculares trabalhadas nesta unidade de ensino favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Prosseguindo, são apresentadas as seguintes alternativas: “Valorizando as vivências e experiências dos discentes”; “Respeitando suas limitações”; “Incentivando suas potencialidades”; “Adaptando os conteúdos para facilitar a aprendizagem”; e “Todas as alternativas anteriores”. Como se vislumbra, são 5 (cinco) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. No gráfico seguinte, estão divulgados os seguintes resultados:

Gráfico 35 - Diretrizes curriculares trabalhadas nesta unidade de ensino destinadas ao ensino inclusivo na formação discente.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 37, das 5 (cinco) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 3 (três) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Por consequência, para 1 (um) deles as diretrizes curriculares trabalhadas nesta unidade de ensino favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente se realizam “Valorizando as vivências e experiências dos discentes”, para outros dois isto se efetiva “Adaptando os conteúdos para facilitar a aprendizagem”, contudo para a grande maioria deles, isto é, para 10 (dez) entrevistados isto se consoma valorizando as vivências e experiências dos discentes; respeitando suas limitações; incentivando suas potencialidades; e adaptando os conteúdos para facilitar a aprendizagem, ou melhor mediante a ação de todas as alternativas que aqui foram destacadas como uma provável alternativa de resposta. Apesar da indicação sutil da valorização das vivências e experiências e da adaptação dos conteúdos para facilitar a aprendizagem”, as diretrizes curriculares trabalhadas a unidade de ensino pesquisada favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente se realizam se realizam explorando uma abordagem multidimensional, consumando-se tanto valorizando as vivências e experiências dos discentes; respeitando suas limitações; incentivando suas potencialidades; e como também adaptando os conteúdos para facilitar a aprendizagem.

Na décima primeira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Perante novas propostas de atividades didático-pedagógicas que alterem a diretriz curricular favorecendo o promover de políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, há resistência à realização de mudanças por parte dos professores desta unidade escolar? Para tanto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Sim”; “Não”; “Às vezes”; e “Raramente”. Como visto, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais não seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Não o é porque cada uma delas ou representa uma resposta diametralmente oposta de alguma outra alternativa ou é um provável meio termo entre opções divergentes. Sendo assim, são expostos no próximo gráfico os seguintes resultados:

Gráfico 36 - Resistência à mudança de atividades didático- pedagógicas.



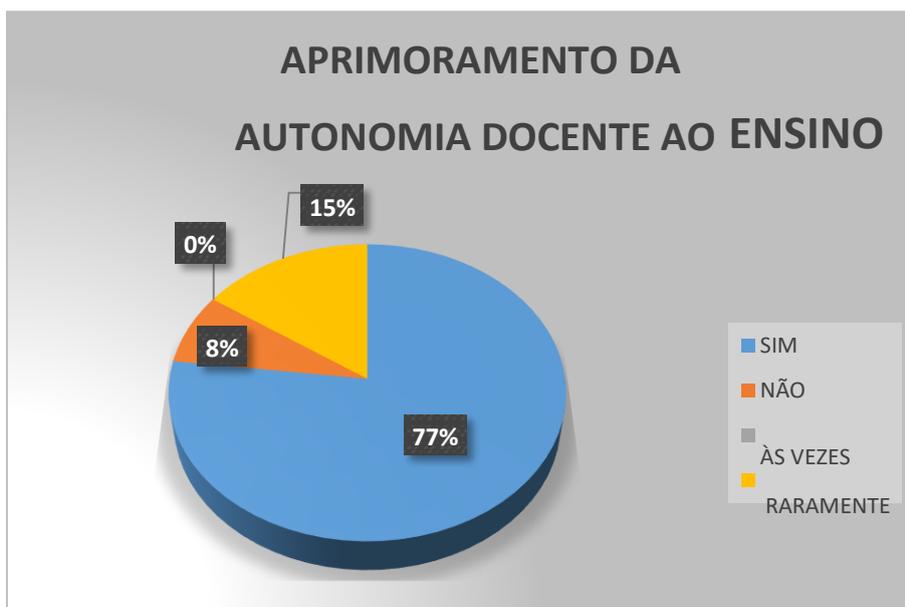
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 38, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 3 (três) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Deste jeito, 2 (dois) deles afirmaram que “Sim”, ou seja, perante novas propostas de atividades didático-pedagógicas que alterem a diretriz curricular favorecendo o promover de políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, há resistência à realização de mudanças por parte dos professores desta unidade escolar, outros 9 (nove) foram em caminho contrário quando escolheram a alternativa “Não”, enquanto os 2 (dois) restantes que isto se sucede apenas Raramente. Observa-se, com estes resultados, que não há resistência à realização de mudanças por parte dos professores desta unidade escolar diante de novas propostas de atividades didático- pedagógicas que alterem a diretriz curricular favorecendo o promover de políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, apesar de alguns pontos de aversão em algumas ocasiões. Isto dito, observa-se que a unidade escolar pesquisada aparentemente atua no sentido de vivenciar a qualidade no ensino com certa frequência, explorando novas abordagens didático-pedagógicas.

Na décima segunda pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Na definição dos objetivos práticos associados à realidade discente desta unidade escolar, existe aprimoramento da autonomia docente favorável às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? São apresentadas as seguintes alternativas a seguir: “Sim”; “Não”; “Às

vezes”; e “Raramente”. Como visto, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais não seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Não o é porque cada uma delas ou representa uma resposta diametralmente oposta de alguma outra alternativa ou é um provável meio termo entre opções divergentes. No próximo gráfico, são expostos os seguintes resultados:

Gráfico 37 - Aprimoramento da autonomia docente ao ensino.

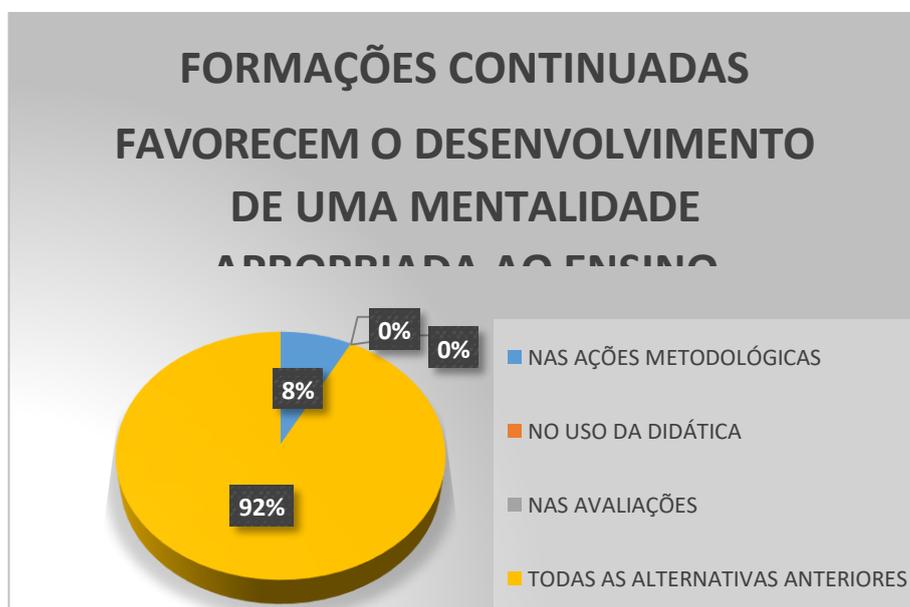


Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 39, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 3 (três) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Deste jeito, 10 (deles) deles afirmaram que “Sim”, ou seja, na definição dos objetivos práticos associados à realidade discente desta unidade escolar, existe aprimoramento da autonomia docente favorável às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, mas 1 (um) sujeito entrevistado discordou disto totalmente visto que escolheu a resposta “Não”, enquanto os outros 2 (dois) restantes disseram que isto é procedente apenas “Raramente”. Talvez as discordâncias totais ou parciais que aqui se vislumbram indicam que há uma gestão falha em alguns pontos quanto aprimoramento da autonomia docente favorável às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente. De qualquer jeito, esta é uma premissa que quiçá mereça uma observação adicional em outras atividades de pesquisa que se dedicam à problemática mais ou menos semelhante ao que aqui se investiga.

Na décima terceira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Em que ponto as formações continuadas favorecem o desenvolvimento de uma mentalidade apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Nas ações metodológicas”; “No uso da didática”; “Nas avaliações”; e “Todas as alternativas anteriores”. Como visto, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Estão expostos os seguintes resultados no gráfico adiante:

Gráfico 38 - Formações continuadas favorecem o desenvolvimento de uma mentalidade apropriada ao ensino.



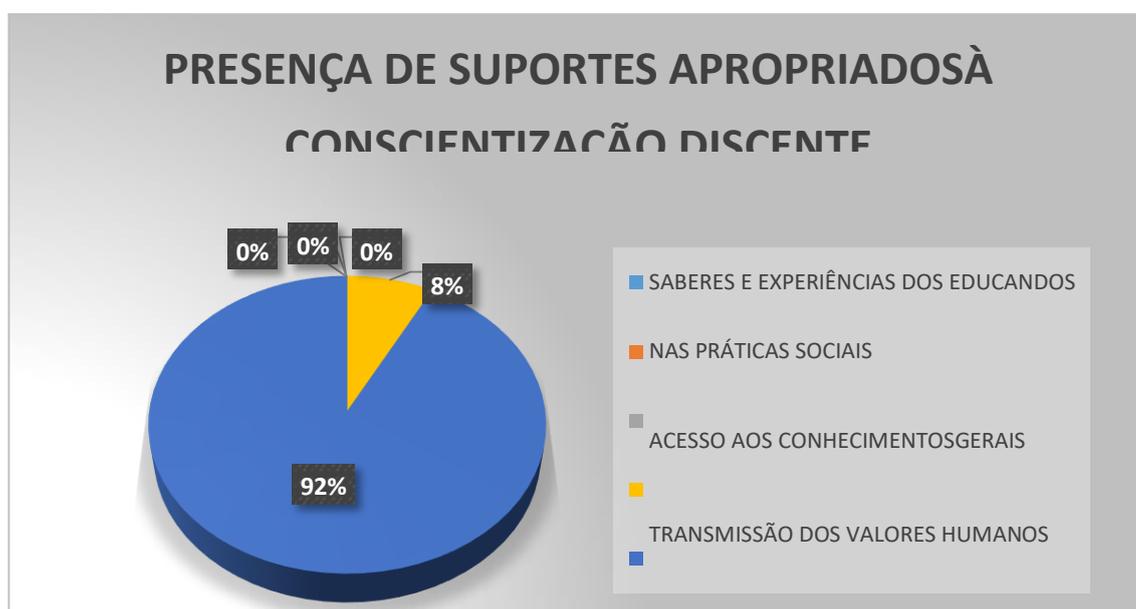
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 40, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 2 (duas) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados, mais uma vez. Isto se sucedendo, 1 (deles) deles disse que as formações continuadas favorecem o desenvolvimento de uma mentalidade apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente “Nas ações metodológicas”, enquanto os outros 12 (doze) falaram que formações continuadas favorecem o desenvolvimento de uma mentalidade apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, das ações metodológicas, também se efetiva no uso da didática e nas avaliações. Com estes resultados, nota-se que existe uma visão predominante entre os educadores

que as formações continuadas, sobretudo apropriadas às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, estão presente em atividades dos mais variados tipos, destacando-se aquelas que são comuns a prática didático-pedagógica diária.

Na décima quarta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Nas propostas pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, onde estão presentes os suportes apropriados à conscientização discente nesta escola? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Nos saberes e experiências dos educandos”; “Nas práticas sociais”; “No acesso ao conteúdo e aos conhecimentos gerais”; “Na transmissão dos valores humanos”; e “Todas as alternativas anteriores”. Como se nota, são 5 (cinco) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. No gráfico adiante, estão revelados os seguintes resultados:

Gráfico 39 - Presença de suportes apropriados à conscientização discente.



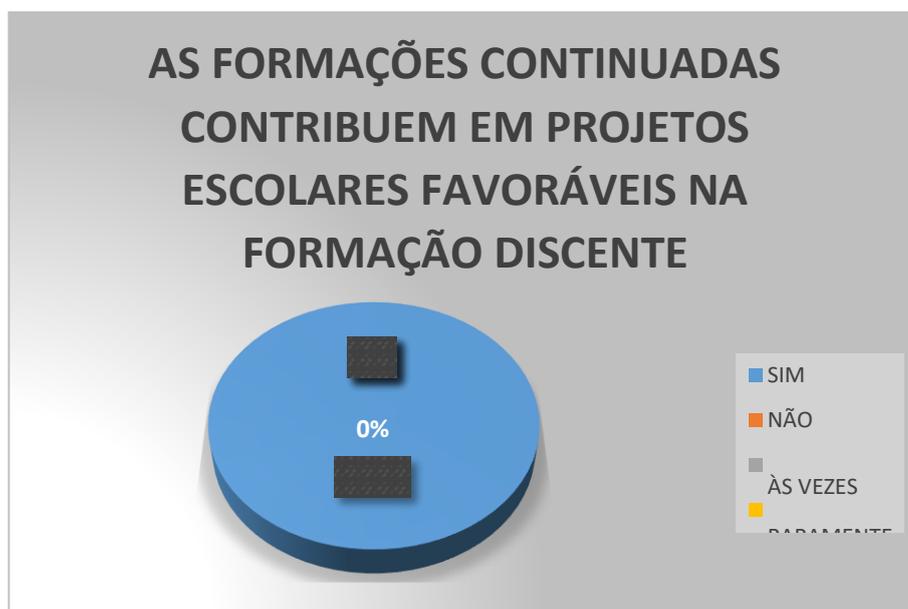
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 41, das 5 (cinco) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 2 (duas) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados, mais uma vez. Acontecendo isto, para 1 (um) deles apenas é “Na transmissão dos valores humanos” que estão presentes os suportes apropriados à conscientização discente nas propostas pedagógicas

favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente na escola investigada, contudo para os outros 12 (doze) isto é algo que se encontra presente, também, nos saberes e experiências dos educandos, nas práticas sociais e no acesso ao conteúdo e aos conhecimentos gerais, ou seja, em todas as alternativas destacadas como provável resposta para o item que aqui se avalia. No geral, qualquer proposta pedagógica favorável às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente deve se manifestar multidimensionalmente nos suportes apropriados à conscientização discente que são aplicados no espaço escolar ou pelo menos é esta a perspectiva que se vislumbra na análise qualitativa dos resultados da questão trabalhada nesta parte da pesquisa.

Na décima quinta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: As formações continuadas contribuem na aplicação subsequente de projetos escolares favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Outra vez, são apresentadas as seguintes alternativas: “Sim”; “Não”; “Às vezes”; e “Raramente”. Como visto, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais não seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Não o é porque cada uma delas ou representa uma resposta diametralmente oposta de alguma outra alternativa ou é um provável meio termo entre opções divergentes. Isto dito, são consumados no próximo gráfico os seguintes resultados:

Gráfico 40 - As formações continuadas contribuem em projetos escolares favoráveis na formação discente.

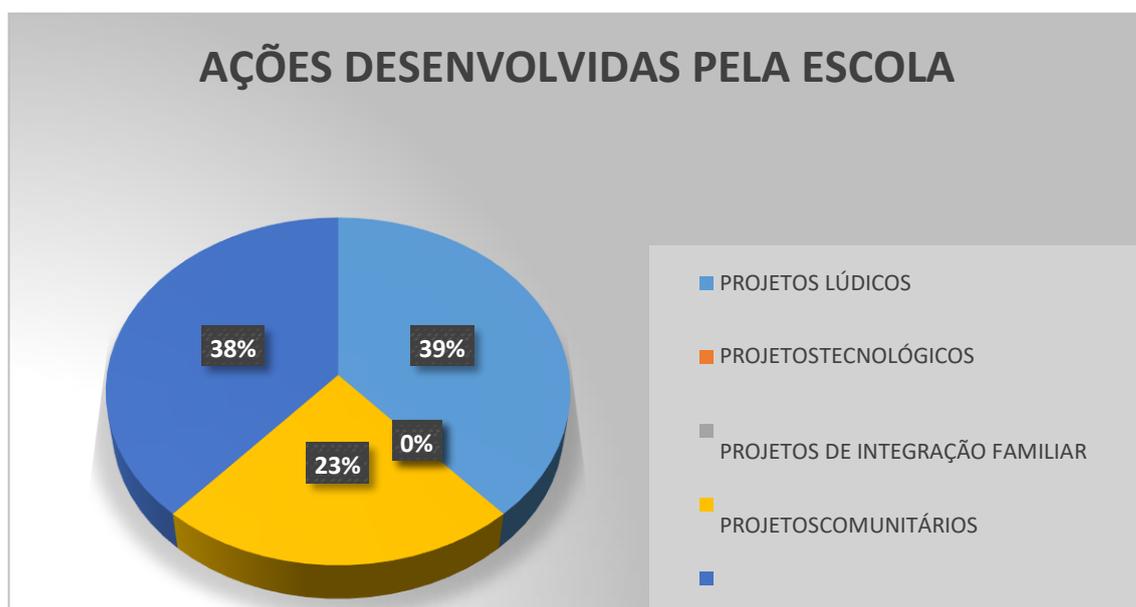


Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 42, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa apenas 1 (uma) delas foi escolhida pelos sujeitos entrevistados. Por consequência, para todos os sujeitos entrevistados no decorrer da atividade de campo consumada na unidade escolar pesquisada As formações continuadas “Sim” contribuem na aplicação subsequente de projetos escolares favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente. Com isto, é possível indicar que todos os educadores estão cientes da importância da qualificação constante de suas habilidades de ensino para que possam fomentar uma prática didático-pedagógica de qualidade, possibilitando em paralelo cidadania e inclusão social.

Na décima sexta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Em qual ação está escola desenvolve projetos favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Nos Projetos lúdicos”; “Nos Projetos tecnológicos”; “Nos projetos de integração familiar”; “Nos projetos comunitários”; e “Todas as alternativas anteriores”. Como se nota, são 5 (cinco) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. No gráfico precedente, estão expostos os seguintes resultados:

Gráfico 41 - Ações desenvolvidas pela escola



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 43, das 5 (cinco) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 3 (três) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados, mais uma vez. Efetivando-se desta maneira, 5 (cinco) deles dizem que é “Nos Projetos lúdicos” que escola desenvolve projetos favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, outros 3 (três) afirmam que isto se realiza “Nos projetos comunitários”, enquanto outros 5 (cinco) destacam, que além dos projetos lúdicos e comunitários, a escola pesquisada desenvolve projetos favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente nos projetos tecnológicos e nos projetos que visam a integração familiar nas ações didático-pedagógicas. O ideal, sobretudo se a intenção é maximizar resultados qualitativos, é desenvolver projetos favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente nos projetos lúdicos, nos projetos tecnológicos, na integração familiar e nos projetos comunitários, ao mesmo tempo. Como dito pela maioria dos entrevistados é assim que se sucede com maior frequência, mesmo perante o destaque dos projetos lúdicos e das ações comunitárias.

Na décima sétima primeira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Reconhecendo de forma razoável o contexto desta unidade escolar, você se enxerga capaz de planejar e de avaliar as suas atividades didático-pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Deste jeito, são apresentadas as seguintes alternativas: “Sim”; “Não”; “Às vezes”; e “Raramente”. Portanto, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais não seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Não o é porque cada uma delas ou representa uma resposta diametralmente oposta de alguma outra alternativa ou é um provável meio termo entre opções divergentes. Prosseguindo, são divulgados no próximo gráfico os seguintes resultados:

Gráfico 42 - Capacidade de planejar e de avaliar as suas atividades didático-



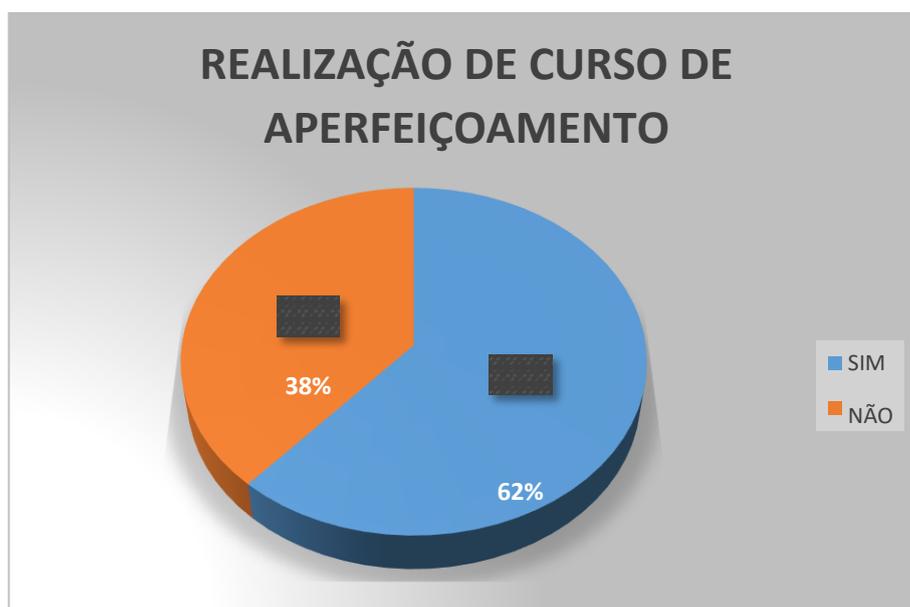
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 44, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 2 (duas) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Assim sendo, 12 (doze) deles afirmaram que “Sim”, ou seja, que reconhecendo de forma razoável o contexto desta unidade escolar, eles se enxergam capazes de planejar e de avaliar as suas atividades didático-pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, enquanto apenas 1 (um) falou que esta é uma realidade imprecendente. Diante disto, observa-se que

para a grande maioria dos sujeitos entrevistados reconhecer de forma razoável o contexto desta unidade escolar possibilitará planejar e avaliar as atividades didático-pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente com maior eficácia e qualidade.

Na décima oitava pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Nos últimos anos, você fez algum curso de aperfeiçoamento relacionado às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Mais uma vez, são apresentadas as seguintes alternativas: “Sim”; ou “Não”. Como se vislumbra, foram oferecidas apenas 2 (duas) opções diametralmente opostas para uma provável resposta do sujeito entrevistado, entre as quais a escolha de uma delas eliminaria de imediato a outra, ou seja, uma resposta de natureza dicotômica. No próximo gráfico, são consumados os seguintes resultados:

Gráfico 43 - Realização de curso de aperfeiçoamento.



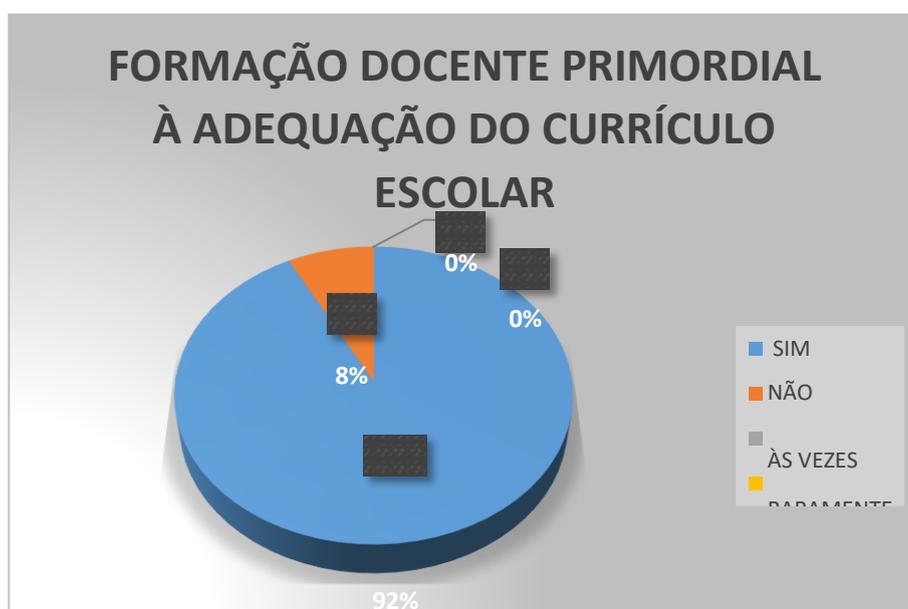
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 45, as 2 (duas) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Sendo assim, 8 (oito) deles responderam “Sim”, ou seja, que realizam algum curso de aperfeiçoamento relacionado às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, enquanto os outros 5 (cinco) disseram que este é um fato impropriedade

nos últimos anos. Na prática, a qualificação constante dos profissionais do ensino é uma das tarefas mais importantes para a gestão da qualidade geral das atividades escolares. Como visto, a maioria dos sujeitos entrevistados realizam algum curso em direção a isto, mas uma outra parte considerável do quantitativo geral não procedeu ou não teve meios para seguir em direção a isto como o desejado. O ideal é facilitar a consumação dos cursos de qualificação, visto que isto implica em melhoria geral das atividades de ensino com muita frequência.

Na décima nona pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Você considera a formação docente primordial à adequação do currículo escolar às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Prosseguindo, são apresentadas as seguintes alternativas: “Sim”; “Não”; “Às vezes”; e “Raramente”. Como se nota, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais não seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Não o é porque cada uma delas ou representa uma resposta diametralmente oposta de alguma outra alternativa ou é um provável meio termo entre opções divergentes. São expostos, por consequência, no próximo gráfico os seguintes resultados:

Gráfico 44 - Formação docente primordial à adequação do currículo escolar.



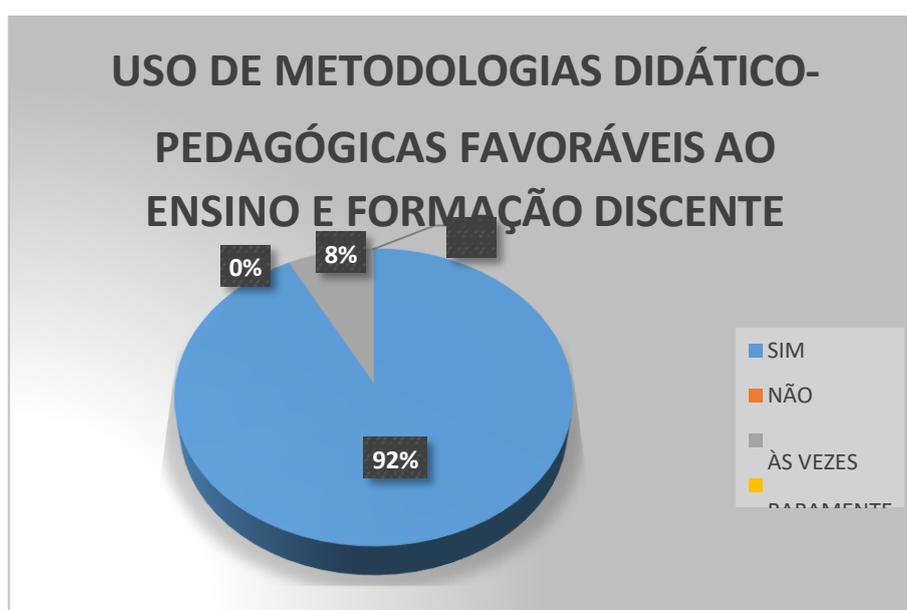
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 46, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 2 (duas) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Deste jeito, 12 (oito) deles afirmaram que

“Sim”, ou seja, considera a formação docente primordial à adequação do currículo escolar às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, enquanto apenas 1 (um) falou que “Não”, porquanto esta é uma premissa improcedente na prática didático-pedagógica. Com este resultado, constata-se que os sujeitos entrevistados, em sua esmagadora maioria concordam que a formação docente é primordial à adequação do currículo escolar às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente.

Na vigésima pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: De modo geral, é possível o uso de metodologias didático-pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? São apresentadas, para isto, as seguintes alternativas: “Sim”; “Não”; “Às vezes”; e “Raramente”. Como visto, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais não seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Não o é porque cada uma delas ou representa uma resposta diametralmente oposta de alguma outra alternativa ou é um provável meio termo entre opções divergentes. Deste jeito, são expostos os seguintes resultados estão expostos no próximo gráfico:

Gráfico 45 - Uso de metodologias didático-pedagógicas favoráveis ao ensino e formação discente.



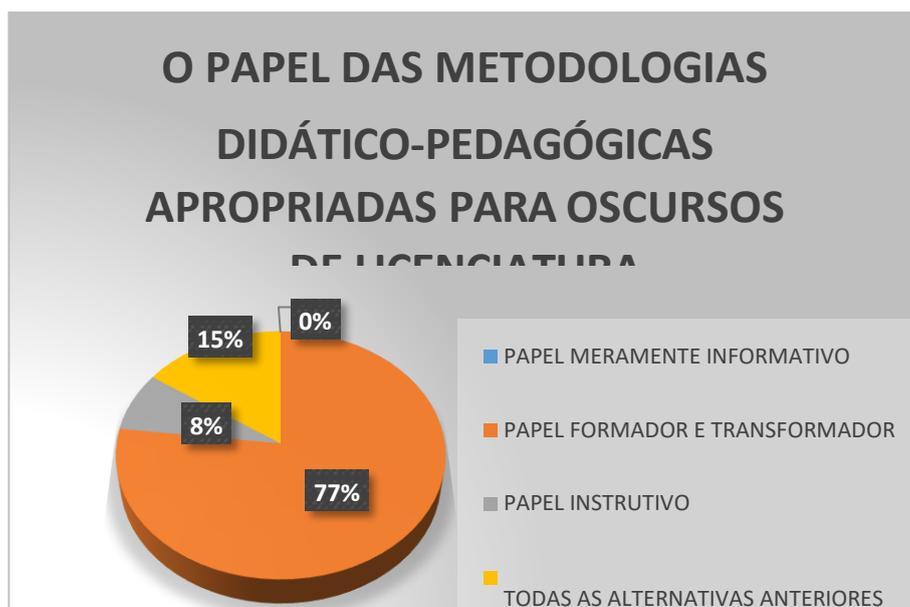
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 47, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 2 (duas) delas foram

escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Deste jeito, 12 (oito) deles afirmaram que “Sim”, ou seja, de modo geral, é possível o uso de metodologias didático-pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, enquanto apenas 1 (um) falaram que só “Às vezes” esta é uma realidade procedente na unidade escolar pesquisada. Por consequência, observa-se que o uso de metodologias didático-pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente. Apenas em algumas ocasiões especiais deixa de ser aproveitado na prática didático-pedagógica.

Na vigésima primeira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Perante a necessidade de favorecer metodologias didático-pedagógicas apropriadas às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade, qual é o papel desempenhado pelos cursos de licenciatura para a formação discente? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Papel meramente informativo”; “Papel formador e transformador”; “Papel instrutivo”; e “Todas as alternativas anteriores”. Como visto, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. No gráfico que se segue, estão divulgados estes resultados:

Gráfico 46 - O papel das metodologias didático-pedagógicas apropriadas para os cursos de licenciatura.

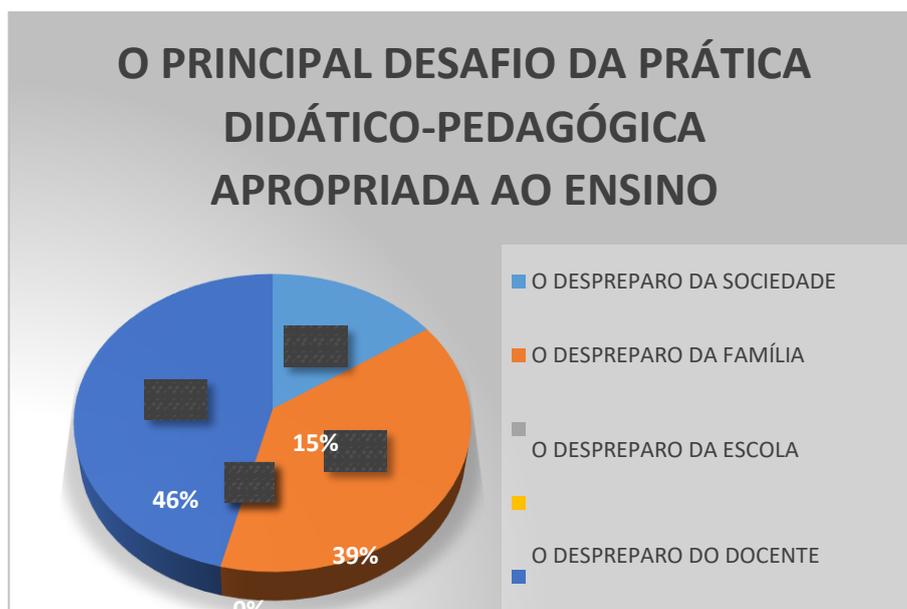


Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 48, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 3 (três) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Nestas condições, 10 (dez) entrevistados afirmam que o papel desempenhado pelos cursos de licenciatura para a formação discente, sobretudo, perante a necessidade de favorecer metodologias didático-pedagógicas apropriadas às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade, é um “Papel formador e transformador”, 1 (um) deles diz que este papel é um “Papel instrutivo”, mas para os outros 2 (dois), além de instrutivo, formador e transformador este papel também seria informativo simultaneamente. Óbvio que uma prática didático-pedagógica que visa favorecer metodologias apropriadas às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade precisa ser informativa, formadora, transformadora e instrutiva. De qualquer jeito, na unidade escolar pesquisa é destacado que este papel deve ser, antes de tudo, formador e transformador. Afinal com estes dois elementos em pauta também é viável instruir informando com maior eficácia.

Na vigésima segunda pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Qual é o principal desafio da prática didático-pedagógica apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “O despreparo da sociedade”; “O despreparo da família”; “O despreparo da escola”; “O despreparo do docente”; e “Todas as alternativas anteriores”. Como se vê, são 5 (cinco) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Estão expostos os seguintes resultados no gráfico que se segue:

Gráfico 47 - O principal desafio da prática didático-pedagógica apropriada ao ensino.

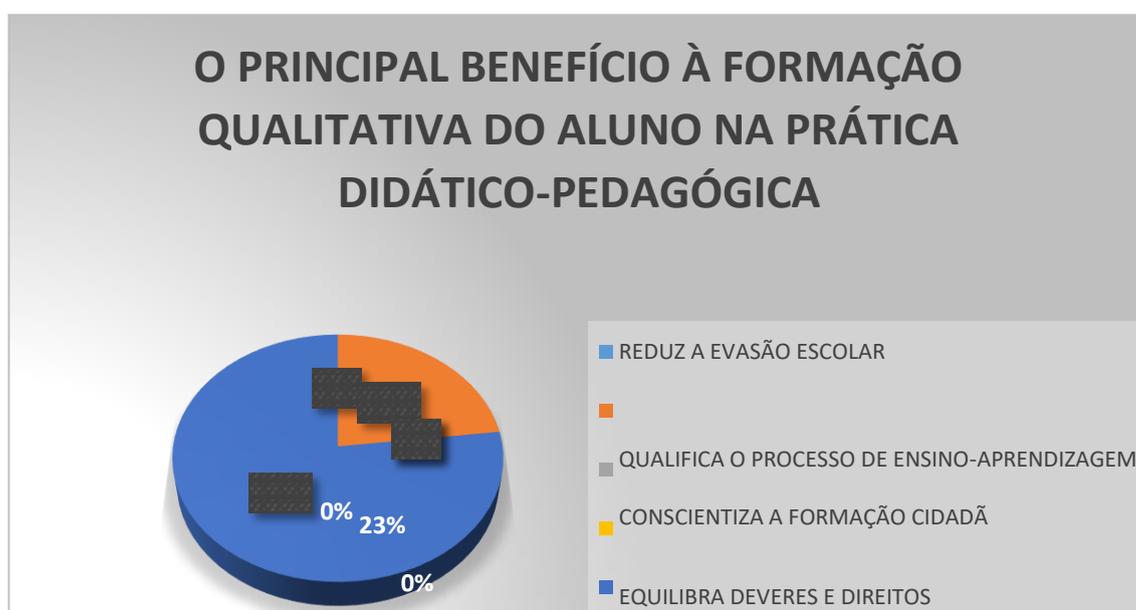


Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 49, das 5 (cinco) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 3 (três) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Deste jeito, 2 (dois) deles afirmam que o principal desafio da prática didático-pedagógica apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente é “O despreparo da sociedade”, para outros 5 (cinco) isto se efetiva mediante O “despreparo da família”, enquanto que para os outros 6 (seis) restantes o principal desafio da prática didático-pedagógica apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, além do despreparo da sociedade e da família, tem como desafios principais o despreparo escolar o qual é fortalecido pelo despreparo docente, ou seja, todos os desafios destacados como possíveis respostas para o item que aqui se avalia de maneira qualitativa. É importante frisar que mesmo diante da relevância de todos os desafios destacados um deles se destaca bem, isto é, o despreparo familiar, o qual é reforçado pelo despreparo social em paralelo. Certamente a escola é passível de oferecer melhores resultados se a família e a sociedade estão cientes do papel de relevância que desempenham na prática didático-pedagógica. Contudo, a escola e os docentes também precisam se qualificar para tanto. É isto tudo que nestas respostas se vislumbra.

Na vigésima terceira pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Na prática didático-pedagógica apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, qual o principal benefício para a formação qualitativa do aluno? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Reduz a evasão escolar”; “Qualifica o processo de ensino-aprendizagem”; “Conscientiza a formação cidadã”; “Equilibra deveres e direitos”; e “Todas as alternativas anteriores”. Portanto, são 5 (cinco) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. No gráfico adiante, estão publicados os seguintes resultados:

Gráfico 48 - O principal benefício à formação qualitativa do aluno na prática didático-pedagógica.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 50, das 5 (cinco) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 2 (duas) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Assim sendo, 3 (três) deles afirmaram que na prática didático-pedagógica apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, o principal benefício para a formação qualitativa do aluno vislumbra-se no qualificar do processo de ensino-aprendizagem, enquanto para os outros 10 (dez) o que se sucede, além disto é a redução da evasão escolar e a conscientização rumo à formação cidadão, ao mesmo tempo em que favorece o equilíbrio de deveres e direitos, ou seja, todos os 4 (quatro) benefícios que são apontados como possíveis

respostas ao item que neste ponto se avalia na pesquisa. Certamente a resposta que prevalece indica uma tendência que pelo menos se deseja na prática didático-pedagógica. Seguindo neste rumo, óbvio que a escola poderá se transformar em um espaço favorável ao exercício pleno da cidadania porquanto favorece a inclusão e a justiça social de igual maneira.

Na vigésima quarta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Para você, o que ocorre quando o currículo escolar atua no sentido de favorecer às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Mais uma vez, são apresentadas as seguintes alternativas: “A inclusão da cultura local”; “A exclusão da cultura local”; “A segregação da cultura local”; e “A aceitação da cultura local”. Como se nota, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Os seguintes resultados estão expostos no gráfico adiante:

Gráfico 49 - Ocorre isto quando o currículo favorece políticas públicas.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 51, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 3 (três) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Nestas condições, 7 (sete) deles afirmaram que o que ocorre quando o currículo escolar atua no sentido de favorecer às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente é “A inclusão da cultura local”, 2 (dois) que seria “A segregação da cultura local” e que para os outros 4 (quatro) indicam o que ocorre é “A aceitação da cultura local”. Como se observa, aparentemente a principal consequência de um currículo

escolar atuando no sentido de favorecer às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente é a inclusão da cultura local no ambiente escolar. É importante frisar que as outras ocorrências factíveis mediante as respostas apresentadas são de natureza dicotômica, ou seja, uma delas na prática elimina a outra. Afinal se segrega não há como aceitar, do mesmo jeito se aceita não existe segregação. De qualquer maneira, a prática didático- pedagógica que prevalece na unidade escolar pesquisada parece que ruma em direção de um ambiente que visa incluir e que aceita o diferente, mesmo existindo alguns problemas pontuais.

Na vigésima quinta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, qual a maior dificuldade para que nesta escola tudo transcorra de forma apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “A ausência de material específico ou adequado para o ensino”; “A falta de espaço físico adequado”; “A falta de formação docente e material pedagógico”; e “Todas as alternativas anteriores”. Como se vislumbra, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Isto tudo dito, estão expostos, no próximo gráfico, os seguintes resultados:

Gráfico 50 - Maior dificuldade.



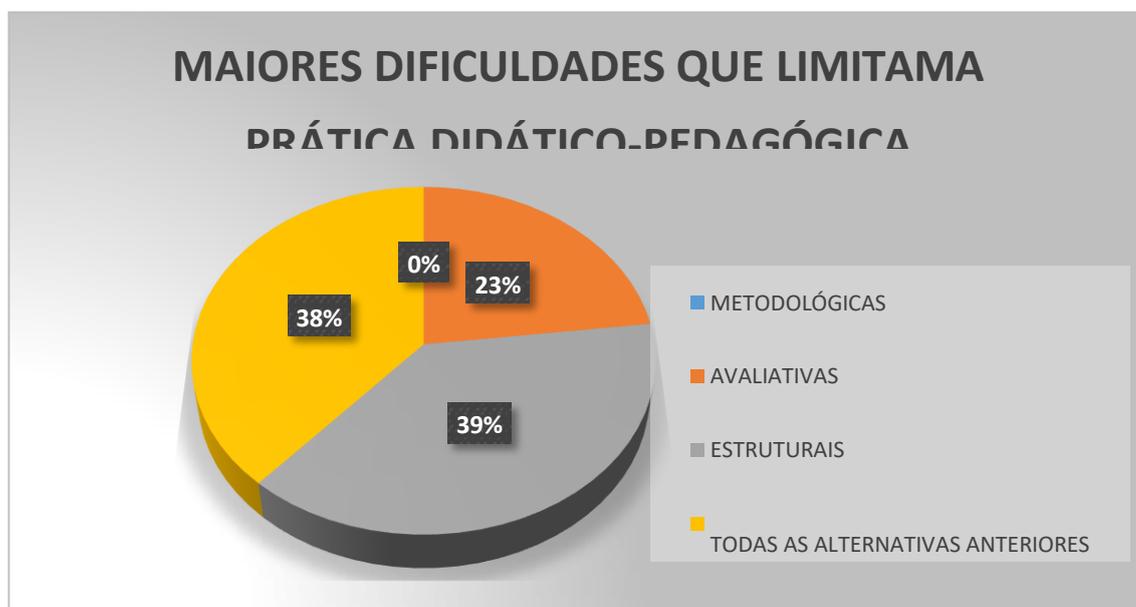
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 52, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 3 (três) delas foram escolhidas

pelos sujeitos entrevistados. Deste jeito, 7 (sete) deles afirmaram que “A ausência de material específico ou adequado para o ensino” é, no momento, a maior dificuldade para que na escola investigada tudo transcorra de forma apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, para outros 3 (três) seria “A falta de formação docente e material pedagógico” mas para outros 2 (dois) a maior dificuldade se vislumbra tanto na ausência de material específico ou adequado para o ensino, como também na falta de espaço físico adequado e na falta de formação docente e material pedagógico, isto é, de forma conjunta em todas as alternativas que foram oferecidas como provável resposta para o item que aqui se avalia. Como se nota, a visão integral dos malefícios que prejudicam o aprendizado se faz presente no conjunto geral das respostas apresentadas, no entanto a ausência de material específico ou adequado para o ensino, mesmo diante dos recursos atuais que são investidos na educação básica, ainda é a maior dificuldade para que tudo transcorra de forma apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente na escola pesquisada, complementada pela formação docente inadequada e do material pedagógico apropriado.

Na vigésima sexta pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: Focando em ações apropriadas às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, quais são as maiores dificuldades que limitam a prática didático-pedagógica do professor neste ambiente escolar? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Metodológicas”; “Avaliativas”; “Estruturais”; e “Todas as alternativas anteriores”. Como se nota, são 4 (quatro) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. No gráfico adiante, estão revelados os seguintes resultados:

Gráfico 51 - Maiores dificuldades que limitam a prática didático-pedagógica.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 53, das 4 (quatro) alternativas para resposta 3 (três) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados na unidade escolar pesquisada. Sucedendo-se desta maneira, 3 (três) deles escolheram as “Avaliativas” como sendo as maiores dificuldades que limitam a prática didático-pedagógica do professor no ambiente escolar pesquisado, para outros 5 (cinco) as maiores dificuldades estão presentes na alternativa “Estruturais”, mas outros 5 (cinco) as maiores dificuldades estão presentes tanto nas questões metodológicas, como também nas avaliativas e nas estruturais simultaneamente, ou seja, em todas as opções de resposta oferecidas para o item que aqui se avalia. Perante estes resultados, é possível afirmar que apesar da relevância de todas as dificuldades apresentadas, as questões de natureza estrutural se destacam, as quais são seguidas pelos problemas comuns ao processo de avaliação da prática didático-pedagógica diária na unidade escolar pesquisada.

Na vigésima sétima pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: O que favorece as metodologias do ensino desta escola, se focadas em ações apropriadas às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “O desenvolvimento cognitivo”; “O desenvolvimento psicomotor”; “O desenvolvimento global”; e “Todas as alternativas anteriores”. São, mais uma vez, 4 (quatro) opções distintas entre as quais seria possível a escolha de mais de uma

delas como resposta. No gráfico precedente, estão expostos os seguintes resultados:

Gráfico 52 - As metodologias do ensino focadas em ações apropriadas às políticas públicas educacionais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 54, das 4 (quatro) alternativas para resposta 2 (duas) delas foram escolhidas pelos educadores entrevistados na unidade escolar pesquisada. Nestas condições, para 4 (quatro) deles, se focadas em ações apropriadas às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, as metodologias do ensino da escola pesquisada favorecem o desenvolvimento cognitivo, mas para a maioria dos entrevistados o que realmente favorecem, além disto, é o desenvolvimento psicomotor e o desenvolvimento global, ou seja, todas as ações apresentadas como uma provável possibilidade de resposta são favorecidas pelas metodologias de ensino aplicadas na escola pesquisada. Com esta resposta, observa-se que a visão da prática didático- pedagógica integral é uma alternativa válida para o ensino de qualidade.

Na vigésima oitava pergunta desta parte da pesquisa, indaga-se: No momento, as metodologias do ensino desta escola favorecem o usufruto de projetos apropriados às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente? Para isto, são apresentadas as seguintes alternativas: “Sim”; “Não”; “Às vezes”; e “Raramente”. Como se vê, são 4

(quatro) opções distintas entre as quais não seria possível a escolha de mais de uma delas como resposta. Não o é porquanto cada uma delas ou representa uma resposta diametralmente oposta de alguma outra alternativa ou é um provável meio termo entre opções divergentes. Assim sendo, são revelados no próximo gráfico os seguintes resultados:

Gráfico 53 - Metodologias do ensino favoráveis às políticas públicas educacionais.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como se observa no Gráfico 55, das 4 (quatro) alternativas possíveis para a resposta do item investigado nesta parte da pesquisa 2 (duas) delas foram escolhidas pelos sujeitos entrevistados. Assim sendo, 6 (seis) deles afirmaram que “Sim”, ou seja, no momento, as metodologias do ensino desta escola favorecem o usufruto de projetos apropriados às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, enquanto os outros 7 (sete) falaram que Não, pois esta é uma realidade improcedente na unidade escolar pesquisada.

Deste jeito, observa-se que o usufruto de projetos apropriados às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente ainda geram posições antagônicas na prática escolar, sobretudo quando se considera as metodologias do ensino da escola pesquisada. Talvez se suceda desta maneira pela ausência de capacitação adequada para tanto. De

qualquer jeito, esta é uma variável que precisa ser destacada nos resultados gerais deste experimento de pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, estudou-se a formação continuada como elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA, no período de 2017, tomando como ponto de partida a aplicação de políticas públicas educacionais.

Com isso, o problema de pesquisa se resume na seguinte indagação: Como ocorre a implementação das Políticas públicas educacionais diante da Formação continuada como elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA, no período de 2017? Deste jeito, o principal objetivo deste estudo foi analisar a implementação das Políticas públicas educacionais diante da Formação continuada como elemento formador para construção da prática pedagogia reflexiva na rede de ensino municipal no município de Sapucaia/PA, no período de 2017. Como específicos, por sua vez, apresentaram-se as seguintes tarefas: 1º) Verificar de que maneira ocorre a aplicabilidade das Políticas Públicas Educacionais no espaço escolar para a melhoria do ensino; 2º) Descrever se a formação continuada é exercida como elemento formador para a construção de um ensino de qualidade; 3º) identificar como a prática pedagógica reflexiva vem sendo implementada no contexto escolar para a formação discente.

Como já dito antes, nos últimos anos, o Ministério da Educação vem investindo nas políticas públicas educacionais na tentativa de buscar a qualidade do ensino público brasileiro. Aliás, entre estas ações se destacam as políticas de formação continuada. Portanto a formação torna-se um mecanismo formador essencial por proporcionar uma melhor preparação do professor no desenvolvimento de suas atividades, incluindo-se aqui a gestão de uma educação de qualidade com maior frequência.

Na prática, a educação é uma atividade interativa que visa instruir e ao mesmo tempo doutrinar, preservando na medida do possível todos os conceitos, ideias e paradigmas coletivamente predominantes. Nestas condições, a educação de qualidade é aquela que possibilita o aprendizado pleno de todos os conteúdos que estão inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo em que também favorece a cidadania, a inclusão e a justiça social. Assim sendo uma política pública educacional é qualquer ato de origem Estatal que visa o custeio de uma educação

de qualidade, possibilitando instrução plena de todos os conteúdos inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo em que preserva o usufruto de todos os direitos e deveres inerentes ao estado cidadão e democrático. Nesta pesquisa, considerou-se como sendo uma política pública qualitativa no ambiente escolar todas as ações estatais que favorecem a cidadania, a inclusão, a justiça social e o aprendizado pleno de todos os conteúdos que estão inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo. Por sua vez, considerou-se aqui como ensino qualitativo aquele que possibilita o aprendizado pleno de todos os conteúdos que estão inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo em que também favorecem a cidadania, a inclusão e a justiça social.

Nas escolas, é preciso que existam ações motivadas por políticas públicas na área da educação, sobretudo aquelas destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade. Visando promover a formação discente, os autores ativamente participativos nas políticas públicas na área da educação destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade deverão ser os docentes, os diretores, os coordenadores, ou seja, toda, a comunidade escolar. Nas políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade, deve existir a participação ativa dos docentes. Na prática, os instrumentos normativos apontados pela LDB são utilizados na prática pedagógica para promover políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente nesta escola deverão ser as premissas da diretriz curricular, o plano anual e os PCN'S ao mesmo tempo. Assim deve ser, sobretudo, na hora de promover as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente mediante os personagens ativamente participativos, destacando-se os docentes e alunos; o diretor e o coordenador, isto é, a comunidade escolar como um todo.

No currículo escolar, é importante que sejam disponibilizados meios para implementar as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente. Com isto, em toda escola são imprescindíveis adaptações favoráveis a promover as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente as quais poderão ser antevistas nas ações metodológicas; nos projetos e práticas; nos conteúdos; e no processo avaliativo de uma só vez. No momento, as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de

qualidade são inseridos na formação continuada dos educadores mediante palestras e minicursos, como também através da formação PARFOR e Pacto e da jornada pedagógica. Por consequência, ao propender o promover políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, os professores de toda unidade de ensino deverão ser agentes ativos na elaboração das normas pedagógicas aplicáveis no espaço escolar. Para tanto, as diretrizes curriculares trabalhadas em qualquer unidade de ensino deverão ser favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente valorizando as vivências e experiências dos discentes, respeitando as limitações dos educandos ao mesmo tempo em que incentiva suas potencialidades, adaptando os conteúdos para facilitar a aprendizagem.

Perante novas propostas de atividades didático-pedagógicas que alterem a diretriz curricular favorecendo o promover de políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, é importante que não existam resistências à realização de mudanças por parte dos professores desta unidade escolar. Para isto, na definição dos objetivos práticos associados à realidade discente desta unidade escolar, urge o aprimoramento da autonomia docente favorável às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente. Assim sendo, as formações continuadas favorecem o desenvolvimento de uma mentalidade apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente deverão se efetivar nas ações metodológicas, no uso da didática e nas avaliações. Nas propostas pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, os suportes apropriados à conscientização discente nesta escola serão necessários nos saberes e experiências dos educandos, nas práticas sociais, no acesso ao conteúdo e aos conhecimentos gerais e na transmissão dos valores humanos.

Dito isso tudo, as formações continuadas deverão contribuir na aplicação subsequente de projetos escolares favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente. Certamente isto se consumará com maior facilidade se a escola desenvolver projetos favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão,

inclusivo e de qualidade na formação discente explorando projetos lúdicos, projetos tecnológicos, projetos de integração familiar e os projetos comunitários, concomitantemente. Por isto, a formação docente é primordial à adequação do currículo escolar às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente.

Em suma, estas foram as principais ideias trabalhadas nesta atividade dissertativa. Espera-se que os seus resultados sirvam como um excelente ponto de partida para outras atividades que se realizarão explorando problemática mais ou menos semelhante ao que aqui se estudou e agora se finaliza.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel (Coord.). **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto: Porto Editora, 2005.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- AZEVEDO, Janete M. Lins. **A Educação como Política Pública**. 3ª Ed. Campinas: Autores Associados 2004.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Org.) **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARBOSA, Flávio Alves. **Descomplicando o Complicado: Aprendendo a fazer uma monografia em três dias**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2010.
- BARRETO, Elba Siqueira e GATTI, Bernadete A. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Senado Federal, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2008.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba, PR: Champagnat, 1996.
- CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.
- COCHRAN-SMITH, Marilyn. **A nova educação de professores: para melhor ou para pior**. In Revista Educação, PUCRS, Porto Alegre, ano XXIX, p. 203-240, jan. / abr. 2006.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª Ed. Porto Alegre: Ateneu, 2010.
- DELORS, Jacques et al. **Educação, um tesouro a descobrir**. Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- DOURADO, Luís Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental: Textos para Discussão**, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

DOURADO, L. F; OLIVEIRA, J. F. de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago.2009.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação – PNE.** Brasília: Senado Federal, 2008. GATTI, Bernadete A; Barreto Siqueira S; e André, Marli Eliza Dalmazo de A. **Políticas Docentes no Brasil: Um estado da Arte – Brasília** UNESCO,2011.

GATTI, Bernadete A. **Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década.** Revista Brasileira de Educação, vol. 13, nº 37, jan./abr 2008.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IMBERNON, Francisco. **Formação docente profissional: forma-se para a mudança e a incerteza.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IMBERNON, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências.** 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica,** Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 2007.

PERES, Eliane & TRAVERSINI, Clarice (Orgs). **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: didática e formação de professores.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 410 - 420.

PERRENOUD, Philippe. **O Trabalho sobre o Habitus na Formação de Professores: Análise das práticas e tomada de consciência.** In: PAQUAY, Leopoldo, et. al. (Orgs.). *Formando Professores Profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* Porto Alegre: Artmed. 2008. 2ª ed.P.161-182.

NÓVOA, Antonio. **Os Professores e as Histórias de Vida.**In: \_\_\_\_\_(org.) *Vida de Professores.* Porto: Porto editora, 2007.2ª ed.p.11-30.\_\_\_\_\_. *Profissão professor.* Porto: Porto Editora,1995.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividades docentes.** 8ª Ed. São Paulo; Cortez2012.

PRADA, Luís Eduardo. **Formação Continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas.** EDUC, 10, nº 30, p. 367-387 maio/agosto 2010.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2007.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude. **O trabalho docente hoje**: elementos para um quadro de análise. In: O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 3.ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007, p.15-54.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico- elementos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

## APÊNDICE – QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA

**QUESTIONÁRIO PARA A IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL PESSOAL,  
PROFISSIONAL, INTERACIONAL E MOTIVACIONAL**

**1ª Qual o seu gênero?**

(x) Homem.

(x) Mulher.

(x) Outros.

2ª Qual a sua idade?

---

**3ª Qual o seu estado civil?**

(x) Solteiro.

(x) Casado.

(x) Outros.

4ª Qual a sua formação?

(x) Graduação.

(x) Especialização.

(x) Mestrado.

(x) Doutorado.

(x) Pós-Doutorado.

5ª Há quanto tempo você atua na área de educação?

**6ª Para você, é importante ser relacionado de forma saudável com os seus colegas de trabalho e com os seus alunos na escola investigada?**

(x) Sim.

(x) Não.

Julgando necessário, justifique-se, por favor.

**7ª No momento, até que ponto você se relaciona de forma saudável com seus colegas de trabalho?**

**Observação:** “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus colegas de trabalho nesta escola”.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Julgando necessário, justifique-se, por favor.

**8ª No momento, até que ponto você se relaciona de forma positiva com os seus alunos em sala de aula?**

**Observação:** “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto melhor for a qualidade final da interação com os seus alunos desta escola”.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Julgando necessário, justifique-se, por favor.

**9ª Para você, é importante a motivação para a qualidade geral do trabalho na escola investigada?**

(x) Sim.

(x) Não.

10ª No momento, até que ponto você se encontra motivado para atuar como professor?

**Observação:** “Tanto maior deverá ser a sua nota quanto maior for a sua motivação atual nesta escola”.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Julgando necessário, justifique-se, por favor.



**4ª No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais estão recebendo incentivos das autoridades federais?**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**5ª No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais estão recebendo incentivos das autoridades estaduais?**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**6ª No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais estão recebendo incentivos das autoridades municipais?**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**7ª No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais são compreendidas pela sociedade?**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**8ª No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais são compreendidas pela comunidade escolar?**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**9ª No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais estão sendo realmente executadas nesta unidade de ensino?**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**10ª No momento, até que ponto as políticas públicas educacionais favorecem ensino qualitativo nesta unidade de ensino?**

**Observação:** Considera-se aqui como ensino qualitativo aquele que possibilita o aprendizado pleno de todos os conteúdos que estão inseridos na grade curricular, ao mesmo tempo em que também favorecem a cidadania, a inclusão e a justiça social.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**11ª Quando favorecem o ensino qualitativo, as políticas públicas educacionais até que ponto se aproximam do experimento real da cidadania, da inclusão e da justiça social?**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**12ª É possível existir educação de qualidade sem o experimento real da cidadania, da inclusão e da justiça social? Aliás, isto tudo procede até que ponto?**

Sim.

Não.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**13ª Até que ponto a prática educativa de qualidade é antecedida por políticas públicas educacionais?**



---

**QUESTIONÁRIO PARA A AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA****ÁREA DA EDUCAÇÃO**

1ª Nesta escola, existem ações motivadas por políticas públicas na área da educação, sobretudo aquelas destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade?

Sim.

Não.

2ª Visando promover a formação discente nesta escola, quem são os autores ativamente participativos nas políticas públicas na área da educação destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade?

Os docentes.

Os diretores.

Os coordenadores.

A comunidade escolar.

Todos os personagens anteriores.

3ª Nas políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade, existe a participação ativa dos docentes desta escola?

Sim.

Não.

4ª Quais os instrumentos normativos apontados pela LDB são utilizados na prática pedagógica para promover políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente nesta escola?

As premissas da diretriz curricular.

O plano anual.

Os PCN'S.

Todos os instrumentos anteriores.

5ª Na hora de promover as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, quem são os personagens ativamente participativos da execução e da aplicabilidade do PPP nesta escola?

- (X) Os docentes e alunos.
- (X) O diretor e o coordenador.
- (X) A comunidade escolar como um todo.

6ª No currículo escolar, disponibiliza-se meios para implementar as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

- (X) Sim.
- (X) Não.
- (X) Às vezes.
- (X) Raramente.

7ª Nesta escola, onde há adaptações favoráveis para promover as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

- (X) Nas ações metodológicas.
- (X) Nos projetos e práticas.
- (X) Nos conteúdos.
- (X) No processo avaliativo.
- (X) Todas as alternativas anteriores.

8ª No momento, de que modo as políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade são inseridas na formação continuada dos educadores?

- (X) Palestras e minicursos.
- (X) Formação PARFOR e Pacto.
- (X) Jornada pedagógica.
- (X) Todas as alternativas anteriores.

9ª Visando promover políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, os professores desta unidade de

ensino são agentes ativos na elaboração das normas pedagógicas aplicáveis no espaço escolar?

Sim.

Não.

Às vezes.

Raramente.

10ª Como se realizam as diretrizes curriculares trabalhadas nesta unidade de ensino favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

Valorizando as vivências e experiências dos discentes.

Respeitando suas limitações.

Incentivando suas potencialidades.

Adaptando os conteúdos para facilitar a aprendizagem.

Todas as alternativas anteriores.

11ª Perante novas propostas de atividades didático-pedagógicas que alterem a diretriz curricular favorecendo o promover de políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, há resistência à realização de mudanças por parte dos professores desta unidade escolar?

Sim.

Não.

Às vezes.

Raramente.

12ª Na definição dos objetivos práticos associados à realidade discente desta unidade escolar, existe aprimoramento da autonomia docente favorável às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

Sim.

Não.

Às vezes.

Raramente.

13ª Em que ponto as formações continuadas favorecem o desenvolvimento de uma mentalidade apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

Nas ações metodológicas.

No uso da didática.

Nas avaliações.

Todas as alternativas anteriores.

14ª Nas propostas pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, onde estão presentes os suportes apropriados à conscientização discente nesta escola?

Nos saberes e experiências dos educandos.

Nas práticas sociais.

No acesso ao conteúdo e aos conhecimentos gerais.

Na transmissão dos valores humanos.

Todas as alternativas anteriores.

15ª As formações continuadas contribuem na aplicação subsequente de projetos escolares favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

Sim.

Não.

Às vezes.

Raramente.

16ª Em qual ação está escola desenvolve projetos favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

Nos Projetos lúdicos.

Nos Projetos tecnológicos.

Nos projetos de integração familiar.

Nos projetos comunitários.

Todas as alternativas anteriores.

17ª Reconhecendo de forma razoável o contexto desta unidade escolar, você se enxerga capaz de planejar e de avaliar as suas atividades didático-pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

Sim.

Não.

Às vezes.

Raramente.

18ª Nos últimos anos, você fez algum curso de aperfeiçoamento relacionado às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

Sim.

Não.

19ª Você considera a formação docente primordial à adequação do currículo escolar às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

Sim.

Não.

Às vezes.

Raramente.

20ª De modo geral, é possível o uso de metodologias didático-pedagógicas favoráveis às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

Sim.

Não.

Às vezes.

Raramente.

21ª Perante a necessidade de favorecer metodologias didático-pedagógicas apropriadas às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade, qual é o papel desempenhado pelos cursos de licenciatura para a formação discente?

Papel meramente informativo.

Papel formador e transformador.

Papel instrutivo.

Todas as alternativas anteriores.

22ª Qual é o principal desafio da prática didático-pedagógica apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

- (X) O despreparo da sociedade.
- (X) O despreparo da família.
- (X) O despreparo da escola.
- (X) O despreparo do docente.
- (X) Todas as alternativas anteriores.

23ª Na prática didático-pedagógica apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, qual o principal benefício para a formação qualitativa do aluno?

- (X) Reduz a evasão escolar.
- (X) Qualifica o processo de ensino-aprendizagem.
- (X) Conscientiza a formação cidadã.
- (X) Equilibra deveres e direitos.
- (X) Todas as alternativas anteriores.

24ª Para você, o que ocorre quando o currículo escolar atua no sentido de favorecer às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

- (X) A inclusão da cultura local.
- (X) A exclusão da cultura local.
- (X) A segregação da cultura local.
- (X) A aceitação da cultura local.

25ª No momento, qual a maior dificuldade para que nesta escola tudo transcorra de forma apropriada às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

- (X) A ausência de material específico ou adequado para o ensino.
- (X) A falta de espaço físico adequado.
- (X) A falta de formação docente e material pedagógico.

(X) Todas as alternativas anteriores.

26ª Focando em ações apropriadas às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente, quais são as maiores dificuldades que limitam a prática didático-pedagógica do professor neste ambiente escolar?

(X) Metodológicas.

(X) Avaliativas.

(X) Estruturais.

(X) Todas as alternativas anteriores.

27ª O que favorece as metodologias do ensino desta escola, se focadas em ações apropriadas às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

(X) O desenvolvimento cognitivo.

(X) O desenvolvimento psicomotor.

(X) O desenvolvimento global.

(X) Todas as alternativas anteriores.

28ª No momento, as metodologias do ensino desta escola favorecem o usufruto de projetos apropriados às políticas públicas educacionais destinadas ao ensino cidadão, inclusivo e de qualidade na formação discente?

(X) Sim.

(X) Não.

(X) Às vezes.

(X) Raramente